



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**COTIDIANO RITUALIZADO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO
PRODUTO DAS PRÁTICAS ESTATAIS: RIBEIRÃO PRETO/SP
(2007 A 2016)**

MICHELLE SILVA BORGES

Uberlândia – MG
2020

MICHELLE SILVA BORGES

**COTIDIANO RITUALIZADO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO
PRODUTO DAS PRÁTICAS ESTATAIS: RIBEIRÃO PRETO/SP
(2007 A 2016)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em História.

Área de concentração: História Social

Linha de pesquisa: História e Cultura

Orientadora: Prof^a Dr^a Vera Lúcia Puga

Uberlândia – MG
2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B732 Borges, Michelle Silva, 1988-
2020 COTIDIANO RITUALIZADO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO
PRODUTO DAS PRÁTICAS ESTATAIS: RIBEIRÃO PRETO/SP (2007
A 2016) [recurso eletrônico] / Michelle Silva Borges. -
2020.

Orientadora: Vera Lúcia Puga.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.709>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Puga, Vera Lúcia, 1952-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em
História. III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História			
Defesa de:	TESE DE DOUTORADO, Ata 11, PPGHI			
Data:	Vinte e três de outubro de dois mil e vinte	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento: 16:45
Matrícula do Discente:	11713HIS012			
Nome do Discente:	Michelle Silva Borges			
Título do Trabalho:	Cotidiano Ritualizado e a Violência de Gênero como produto das práticas estatais: Ribeirão Preto/SP (2007 a 2016)			
Área de concentração:	História Social			
Linha de pesquisa:	História e Cultura			
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Gênero e Cultura: descortinando sujeitos e violências			

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Carla Denari Giuliani (UFU), Walter Valdevino do Amaral (UNICAP), Murilo Borges Silva (UFJ), Cláudia Costa Guerra (ESAMC), Vera Lúcia Puga orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Vera Lúcia Puga, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Denari Giuliani, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/10/2020, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Walter Valdevino do Walter Amaral, Usuário Externo**, em 23/10/2020, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Costa Guerra, Usuário Externo**, em 23/10/2020, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lúcia Puga, Usuário Externo**, em 23/10/2020, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Murilo Borges Silva, Usuário Externo**, em 23/10/2020, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2309656** e o código CRC **7E2708F2**.

Dedico este trabalho às
mulheres que vieram antes de mim.

AGRADECIMENTOS

Há alguns dias me convenci de que havia acabado esta tese, porém, a sensação, evidentemente comum a qualquer estudante, é de que falta tanto e tanto a ser escrito; de que mal fui capaz de estabelecer as conexões necessárias a um documento de significativa importância e eterno legado. Entretanto, como tudo na vida, é, sobretudo, importante dizer: chega! E, escrita da tese, chegamos ao fim! Foi difícil tê-la comigo, mas soubemos nos acompanhar. Claro, com a ajuda de pessoas que foram essenciais para que possamos nos despedir, hoje, sem ressentimentos – afinal, já nos ressentimos no calor de alguns anos. Mas isso fica entre nós!

Foram 13 anos até este derradeiro momento, iniciado com a graduação em História em 2007, o mestrado em 2013 e o doutorado em 2017. Nesse percurso, escolhido afrontosamente, pois, tudo caminha para o caos da marcha histórica e para o despontar da ideologia da ignorância, recuperei do conhecimento historiográfico lições daquilo que, cotidianamente, esvaziava-se no ordenamento social. Portanto, antes de qualquer coisa, quero agradecer aos estudos produzidos por essa ciência.

Assim como a História, dispus de substanciais e tônicas amizades que, ora acalentaram, ora inflamaram as questões que me levavam à pesquisa acadêmica. Outras, pelo seu simples existir, estabeleceram-se como provocações singulares e mais que solenes para eu estar aqui, e que me valeram com condições que até o mais expressivo dos poetas talvez se julgue desqualificado para acomodá-las em alguns parágrafos de agradecimento. Essas, indulgentes e excessivas, eu guardarei para sempre, e só para mim.

Cabe, contudo, a citação de pessoas que me ajudaram com minhas dificuldades de horário, geográfica, de sono e, até mesmo, oferecendo-me abrigo em suas casas e nos espaços de sua intimidade. Assim, agradeço ao Walter, como início, meio e fim de todo esse processo. Ao Ítalo, por ter me oferecido longos meses do seu quarto de visitas e de sua companhia pela manhã no prédio da UFU. Agradeço à Pamela pelos abraços, pela cama arrumada (no chão do quarto, porque eu não consigo dormir em cama de solteiro sem cair), pelas impressões e entregas de última hora, pelo diálogo e divisão.

Por fim, celebrarei nessas linhas, individualmente e de modo singular, a pessoa de quem farei uso do nome e que, desde o primeiro encontro, me acolheu: Vera Lúcia Puga. Essa pessoa, embora a grandeza de seu pretérito e da excepcional imagem que possui, sempre se fez multivalente e acessível. Eu a admirei quando me aceitou sob seu guarda-chuva de orientações; quando me recebeu em sua casa com pães de queijo e café; quando chorou por estar doente e, ainda assim, não se rendeu à rotina violenta de seu tratamento; quando fez mais que me orientar. Obrigada!

“[...] toda ação, por bem ou por mal, e todo acidente necessariamente destroem todo o padrão em cuja estrutura movimenta-se a previsão e onde encontra seu fundamento”.
Hannah Arendt

RESUMO

Este trabalho propõe investigar de que modo os processos de composição geográfica do município de Ribeirão Preto/SP e, portanto, os conflitos de territórios, interpostos por práticas estatais, relacionam-se à violência de gênero, e como essa se manifesta. Para tanto, essa pesquisa faz uso de 26.104 boletins de ocorrência registrados na Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto/SP, entre os anos de 2007 a 2016, por entender que esses registros são capazes de exteriorizar o cotidiano da violência doméstica através de seus números, de seus históricos e das qualificações de seus sujeitos. Foi a partir dos boletins de ocorrência, dos estudos de gênero, da historicização de Ribeirão Preto/SP e, por fim, de discussões sobre relações de poder, que se chegou à conclusão de que a zona norte desse município é objeto permanente do absentismo estatal e de representações assentadas na desqualificação social de seus moradores, cujo resultado é uma rotina social marcada por desequilíbrios internos que, por sua vez, norteiam o exercício da violência, notoriamente a violência de gênero, que se impõe entre aqueles que residem nos bairros da zona norte, sobretudo, nos bairros do Ipiranga e Campos Elíseos. Entre os teóricos utilizados, foram fundamentais os estudos trazidos por Rachel Soihet, Claude Raffestin, Cynthia Andersen Sarti e Michel Foucault.

Palavras-chave: Ribeirão Preto. Conflitos de território. Relações de poder. Violência de gênero. Boletim de ocorrência.

ABSTRACT

This work proposes to investigate how the processes of geographic composition of the city of Ribeirão Preto / SP and, therefore, the conflicts of territories, interposed by state practices, are related to gender violence and how it manifests itself. To this end, this research makes use of 26,104 police reports registered at the Women's Police Station in Ribeirão Preto / SP, between the years 2007 to 2016, as it understands that these records are capable of externalizing the domestic violence routine through their numbers, their histories and the qualifications of their subjects. It was from the occurrence reports, from gender studies, from the historicization of Ribeirão Preto/SP and, finally, from discussions about power relations, that the conclusion was reached that the northern zone of this municipality is a permanent object of state absenteeism and representations based on the social disqualification of its residents, the result of which is a social routine marked by internal imbalances, which, in turn, guide the exercise of violence, notably gender violence, which is imposed among those who live in the neighborhoods of northern zone, especially the Ipiranga and Campos Elíseos neighborhoods. Among the theorists used, the studies brought by Rachel Soihet, Claude Raffestin, Cynthia Andersen Sarti and Michel Foucault were fundamental.

Keywords: Ribeirão Preto. Territory conflicts. Power relations. Gender-based violence. Police report.

LISTA DE GRÁFICOS E IMAGENS

Gráfico 1	Boletins de ocorrência de violência doméstica registrados na Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto/SP, entre 2007 e 2016.....	17
Gráfico 2	Infrações penais, por zonas, cometidas contra as mulheres e registradas na Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto/SP, entre 2007 a 2016.....	35
Gráfico 3	Três infrações penais mais cometidas contra as mulheres e registradas na Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto, entre 2007 e 2016.....	122
Imagen 1	Núcleo Colonial Antônio Prado.....	22
Imagen 2	Enchente na Rua General Osório, Ribeirão Preto, 1927.....	27
Imagen 3	Representação gráfica da relação estabelecida entre Estado e grupos populares.....	70
Imagen 4	Bairros Ipiranga e Campos Elíseos, cidade de Ribeirão Preto/SP – 2019.....	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO: os territórios marginais.....	19
1.1 Realidade <i>versus</i> Representação: homens agressores.....	32
1.2 Medo na Cidade: a criminalização simbólica.....	47
CAPÍTULO 2 – O PARADOXO DO PANÓPTICO.....	63
2.1 Sem “Divisórias”: aliados e rivais.....	80
2.2 Os Paradigmas da Honra Feminina: mulheres e a violência “negociada”.....	94
CAPÍTULO 3 – A VISÃO DO INVISÍVEL: mulheres, violência de gênero e a polícia.....	108
3.1 Espaço de Perigo: o estatuto do visível sobre a violência de gênero...	121
3.2 Matar ou Morrer: mulheres consignadas.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
FONTES DOCUMENTAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	151
APÊNDICES.....	160

INTRODUÇÃO

A violência de gênero é produto da “fabricação” dos agressores, logo, é essencial a compreensão matriz de marcadores sociais, econômicos, etários, de instrução e, especialmente, dos conflitos de território e territorialidade que desembocam em exclusões, condições de invisibilidades e processos de representações. Esses, por sua vez, levam a desequilíbrios internos, interposições estatais e disciplinas que, como objetivo basilar desta tese, influem no cotidiano das ações humanas e, como objeto dessa discussão, nas variantes criminais, ou seja, suas tipificações legais.

A adoção do conceito de território, compreendido a partir do geógrafo Claude Raffestin, como espaço político por excelência e, por conseguinte, fração do espaço apropriado por relações de poder e representações¹, faz-se substancial nessa discussão, uma vez que é no território que os sujeitos encontram um ponto de apoio para aplicar a alavanca que opera o poder, que, sob a perspectiva foucaultiana é multidimensional, imanente a todos os tipos de relações (políticas, econômicas, sociais, etc.), intencionais e não subjetivas, que resumem a história a um conjunto de instituições e de instrumentos garantidores da sujeição das pessoas a um Estado determinado. Assim, é através do exercício de forças que se modifica as situações reais em prol das demandas de quem “detém” esse Estado, isto é, os ricos.

E é evidente que essa política, atravessada de uma vontade endógena e exógena, implica não apenas na construção e permanência de estruturas assimétricas, mas, privativamente, em um conjunto de critérios e disciplinas que determinam a rarefação de uma parcela da sociedade. Por fim, o pouso da violência que se reproduz em todas as manifestações da vida cotidiana (sobre e entre) esses sujeitos “populares”.

A complexidade dessa violência é tamanha que justifica a admissão e a explicação de seu conceito, que, ainda que retirado de fontes cuja perspectiva se compõe através da questão de gênero e da violência em razão dela empregada, pode ser tomada, também, na relação existente entre as forças do Estado e os

¹ RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

sujeitos em sociedade. Assim, adota-se, a partir das pesquisadoras Maria Amélia de Almeida Teles e Mônica de Melo, a seguinte definição para violência:

em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano².

Desse modo, refletir sobre a violência de gênero é assumir, antes de mais nada, premissas que vão além da questão de gênero e suas infinitas interpelações. É estar atento às disposições e aos intentos do Estado, aos interesses dissonantes que delimitam e definem as camadas sociais, bem como seus sujeitos e os aspectos de cada instrumentalidade corpórea e extracorpórea. É, por fim, averiguá-la como resultado sociocultural e, através dessa, as relações de poder, pois

uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe social ou etnia. A categoria Gênero usada primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão da diferença dentro da diferença³.

Dessa forma, é fundamental, como plano de pesquisa, além de se falar da questão de gênero e da violência de gênero como fatos que se processam e que emanam de estruturas culturais e de relações de poder em sociedade, como bem apontou Helelith I. B. Saffioti, ao dizer que gênero/s “se reconstrói/constrói juntamente com uma nova maneira de articular relações de poder”⁴, observar também sua dinâmica e as práticas de violência dele (gênero/s) resultantes sob o viés do conceito de território e de interação humana com o meio, ou seja,

² TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 15.

³ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas.** São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 63-95. p. 86.

⁴ SAFFIOTI, Helelith Iara Bongiovani. A ontogênese do gênero. In: SWAIN, Tania Navarro; STEVENS, Cristina Maria Teixeira (orgs.). **A construção dos corpos: perspectivas feministas.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008. p. 149-181. p. 161.

desenvolver uma espécie de campo da ecologia humana e dos processos ecológicos da violência doméstica.

Assim, sustenta-se, em consonância com Shecaira, que não há “uma ‘cidade’ violenta, mas inúmeras ‘cidades’ dentro da ‘cidade’ com padrões e riscos comparáveis”⁵. Logo, é essencial que, para entender a violência de gênero, se considere a interatividade dos sujeitos com o local aos quais estão vinculados e a presença *ad infinitum* do Estado e suas instrumentalidades, interpretada por Foucault como biopolítica⁶, cuja conceituação e discussão será realizada em páginas futuras.

Aqui, portanto, durante todo o trabalho, relacionar-se-á o conceito de território, enquanto espaço abstrato simbólico, palco de ressignificações e de disputas de poder, com as múltiplas dimensões sobre ele produzidas, em especial no que diz respeito à violência de gênero e suas tipificações, tomada como uma entre os inúmeros produtos dessas disputas de poder, ações e intencionalidades, cujo efeito é a transformação física do território, e, de modo singular, onde os sujeitos também se transformam. Isso, pois, como observou Milton Santos, “o Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”⁷. E, como habilmente ajuizou o geógrafo Claude Raffestin:

a projeção sobre um espaço qualquer E de um sistema a é preciso fazer corresponder a projeção de um sistema de intenções de poder que se molda sobre o primeiro. A delimitação de um território, o controle de pontos, de ilhas, de cidades etc. e o traçado de rodovias, de vias etc. não surgem de uma axiomática euclidiana traduzida em termos de relações de poder? Não somente estamos tentados a dizê-lo, como o afirmamos!⁸

Para tanto, como propostas de discussão do primeiro e segundo capítulos, destaca-se a importância não só da historicização da constituição do espaço ribeirão

⁵ SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 138.

⁶ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

⁷ SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, São Paulo, ano. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. p. 7. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>. Acesso em: 17 dez. 2019.

⁸ RAFFESTIN, Claude. Op. cit., p. 145.

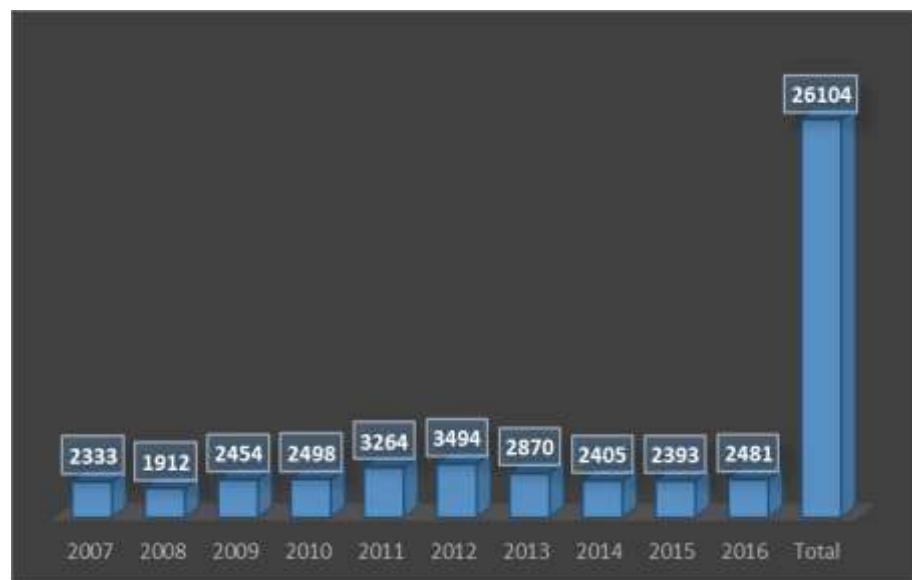
pretano, mas, em especial, de toda a maquinaria de representação e disciplinas sobre os territórios populares, em uma busca “literal” de inscrições da lei no corpo dos sujeitos que ali residem. Feito isso, como proposta do terceiro e último capítulo, relacionar-se-á processos de instrumentalização desses sujeitos por parte do Estado, atravessado por demandas políticas e interesses socioeconômicos, aos crimes de gênero praticados no interior das “fronteiras” visíveis e invisíveis marcadas pela existência do pobre, uma vez que é lá, como se demonstrará, o local por excelência da violência de gênero.

Nessa esteira de discussão, que tem por espaço a cidade de Ribeirão Preto/SP e o recorte temporal entre os anos de 2007 a 2016, enfatiza-se a importância dos boletins de ocorrência registrados na Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto/SP, uma vez que se considera que tais registros apresentam capacidade incalculável no que diz respeito à percepção das formas cotidianas de conflitos de gênero, os quais, em sua essência, são sempre um problema coletivo, cultural e diligenciado pelo Estado e seus subordinados profissionais.

Além do uso dos boletins de ocorrência, enquanto fonte de pesquisa, foi também feito contato com 10 policiais civis atuantes das carreiras de escrivão e investigador de polícia, os quais, ainda que lotados em delegacias e municípios espalhados pelo Estado de São Paulo, foram fundamentais no esclarecimento de determinadas situações a partir de respostas obtidas através de um questionário composto por 12 questões, no qual a eles foi garantido total anonimato de seus nomes, funções e/ou lotações.

Mas, voltando aos boletins de ocorrência, a determinação do recorte temporal (2007-2016) se deu em razão de ter sido a partir de 2007 que os boletins de ocorrência de violência doméstica passaram a agregar essa natureza, junto à incidência penal, para distingui-lo de um boletim de ocorrência que não fosse de violência de gênero. Essa condição permitiu uma seleção estratégica não só dos 10 anos de registros, mas também dos 26.104 boletins de ocorrência, conforme é possível observar na imagem que segue.

Gráfico 1 – Boletins de ocorrência de violência doméstica registrados na Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto/SP, entre 2007 e 2016.



Isso posto, e ciente da alta seletividade das ações interventivas do governo atravessadas essencialmente pelo cultivo à “ecologia do medo”, que, sob a ótica do pesquisador Alessandro de Giorgi, caracteriza-se pelo excesso do negativo sobre multidões que, uma vez objetos da construção social de classe perigosa e imprevisível, tornam-se alvo dos processos de segmentação e “de um poder disciplinar que cultiva a ambição de produzir sujeitos úteis, e o alvorecer de um poder de controle que se limita a vigiar populações cujas formas de vida não consegue colher”⁹. Objetiva-se, então, responder, não necessariamente nessa ordem, e ao longo da discussão:

- Quais são os exercícios estatais sobre a questão da violência e, como espécie, da violência de gênero?
- Como os territórios ocupados pelos sujeitos/objetos dessa análise dialogam com os exercícios do Estado e daqueles que os subjugam?
- De que modo os diversos comandos institucionais, criados pela norma ou vividos e ressignificados entre os operadores do Direito, influenciam no trato da violência de gênero e nas experiências das próprias mulheres?
- Quais são as manifestações da violência de gênero?

⁹ GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2006. p. 105.

- De que modo o ambiente de vulnerabilidade e exposição contribui para as tipificações da violência de gênero?

CAPÍTULO 1

NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO: os territórios marginais

Conhecida como “Califórnia Brasileira”, expressão popular utilizada durante o século XX em razão de sua prosperidade econômica resultante da indústria do açúcar e do álcool, Ribeirão Preto teve, segundo a pesquisadora Ernesta Zamboni, nas famílias Reis e Junqueira seus mais antigos povoadores, sendo que:

os recém-chegados, acostumados aos imprevistos do sertão e à solidão, estabeleceram-se em regiões desertas, ocupando parte de sesmarias ou apoderando-se de terras devolutas, povoando a área e organizando várias fazendas como: Palmeiras, Pontinha ou Ribeirão Preto, Serra Azul, Tamanduá, Capoeirinha, Figueira, Cravinhos, Lageado, Serrinha, Cabeceira do Ribeirão Preto, Laureano e Sertãozinho¹⁰.

Se, inicialmente, Ribeirão Preto teve como principais atividades a agricultura para o abastecimento e a criação de gado, foi a partir da década de 1870 que o município abriu as portas para suas primeiras experiências com o café, como apontado pela pesquisadora Luciana Suarez Lopes¹¹. A produção do café fez-se relevante haja vista ser um dos setores da atividade econômica relacionado ao processo de crescimento urbano e chegada de imigrantes – ponto essencial e incipiente para a construção da abordagem proposta. Sobre o café, sabe-se que

primeiramente na região de Campinas e Limeira, o café encontrou terras abundantes e mão de obra disponível. Mais tarde, o desenvolvimento ferroviário e o crescimento da imigração estrangeira

¹⁰ ZAMBONI, Ernesta. Estudo da rede fundiária da área de Ribeirão Preto – Fazenda do Lageado: um estudo de caso no período de 1874 a 1900. In: MARCONDES, Renato Leite; REGISTRO, Tania Cristina; GUAZZELLI, Aurélio Manoel Corrêa (orgs.). **Ribeirão Preto: a cidade como fonte de pesquisa.** v. 1. São Paulo: Prefeitura do Campus USP – Ribeirão Preto/Seção de Atividades Culturais, 2015. p. 17-43. p. 27.

¹¹ LOPES, Luciana Suarez. As principais fontes de renda e as principais despesas do município de Ribeirão Preto de 1911 até 1930. In: MARCONDES, Renato Leite; REGISTRO, Tania Cristina; GUAZZELLI, Aurélio Manoel Corrêa (orgs.). **Ribeirão Preto: a cidade como fonte de pesquisa.** v. 1. São Paulo: Prefeitura do Campus USP – Ribeirão Preto/Seção de Atividades Culturais, 2015. p. 97-123.

possibilitaram o avanço da fronteira do cultivo da preciosa rubiácea mais ao Oeste e Norte. Grandes áreas que apresentavam condições muito propícias – como, por exemplo, a afamada terra roxa – para esta cultura foram viabilizadas¹².

No que diz respeito à imigração, o pesquisador Renato Leite Marcondes revela que houve um vertiginoso crescimento demográfico nas últimas décadas do século XIX, cuja ocupação consistia, já no início do século XX, em mais da metade, de estrangeiros. Segundo o autor, em Ribeirão Preto observou-se “a presença de 16.814 trabalhadores estrangeiros e tão somente 4.736 nacionais, totalizando 21.550 pessoas. Outrossim, de cada quatro trabalhadores no campo, três eram estrangeiros em 1904-05”¹³.

Paula Beigelman explica que, em se tratando do Oeste Paulista, haja vista o contexto do surgimento de sua alavancada produtiva, que se chocava com movimentos abolicionistas, cujo efeito já tinha atingido duas etapas nos anos de 1850 e 1871, a opção pela mão de obra imigrante, em especial a estrangeira, com destaque para os italianos, significava não só um movimento de vanguarda, mas, especialmente, da adoção de um discurso que considerava necessária uma mão de obra que aceitasse como legítima a exploração do seu trabalho e a ela se submetesse. “Nesse esquema, é levada basicamente em conta a introdução de uma massa proletária, desenraizada de suas origens (europeias) e destituída de bens de produção, vendo-se limitada unicamente à posse de sua força de trabalho”¹⁴.

Esses imigrantes, cativos de uma realidade política fundiária de privilégios territoriais e da necessidade de mão de obra nos cafezais, mas atraídos pela “oportunidade”, tornaram-se ocupantes dos núcleos coloniais, os quais, em 1867, foram regulamentados pelo Governo Imperial através do Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro. Desses núcleos coloniais, muitos se tornaram bairros ou cidades e, entre eles, cabe a esta pesquisa o destaque ao núcleo Senador Antônio Prado, datado de 1887, cujo surgimento coincide com outros 19 núcleos criados no Estado de São

¹² MARCONDES, Renato Leite. *O café em Ribeirão Preto (1890-1940)*. In: MARCONDES, Renato Leite; REGISTRO, Tania Cristina; GUAZZELLI, Aurélio Manoel Corrêa (orgs.). **Ribeirão Preto: a cidade como fonte de pesquisa**. v. 1. São Paulo: Prefeitura do Campus USP – Ribeirão Preto/Seção de Atividades Culturais, 2015. p. 71-95. p. 74.

¹³ MARCONDES, Renato Leite. Op. cit., p. 76.

¹⁴ BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 24.

Paulo entre 1885 e 1911, e sobre o qual vale a pena a observação feita pela pesquisadora Adriana Capretz, ao dizer que

entre os núcleos paulistas da mesma época, tanto aqueles que vieram a se tornar bairros (no caso do Núcleo da Glória) como os que se tornaram cidades autônomas de São Paulo, todos prosperaram, e mantêm em suas tradições locais a história do tempo em que constituíram núcleos coloniais. Entretanto, a cidade de Ribeirão Preto não menciona o Núcleo Antônio Prado em sua historiografia (revistas, jornais e mesmo pesquisas científicas desconheciam [...] a existência do Núcleo Colonial Antônio Prado, assim como a maior parte da população, pois, diferentemente dos casos citados, ele não prosperou enquanto local aceito e integrado à cidade¹⁵.

Sob o conceito de território, assume-se, a partir do pesquisador Claude Raffestin, que esses núcleos coloniais são parte de um processo de produção territorial sobre o qual “não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações”¹⁶.

Tais configurações são entendidas como integrantes embrionárias de uma sequência de atos que, através da organização hierarquizada, acaba por assegurar o controle sobre o que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, de modo que, nesse sentido, ao se apropriar de um espaço faz-se sua territorialização concreta e abstrata (através das representações) que, por sua vez (a representação), como suporte egocêntrico da manifestação do “eu” sobre o “não eu”, interligando projeções assumidas pelas estruturas manipuladas às infinitas formas “justificadas” de um sistema de objetivos intencionais e de ações disposto a separar, subtrair e disciplinar.

E aqui, nessa discussão, entende-se que essa discriminação espacial, além de ser um meio de impor, de fato e formalmente, relações assimétricas, faz-se, também, recurso fundiário para o acúmulo dos “renegados”, que conduz a desequilíbrios internos atravessados pela crise do comprometimento com os laços

¹⁵ SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto:** os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado (1887). 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. p. 54.

¹⁶ RAFFESTIN, Claude. Op. cit., p. 151.

comunitários e onde – como se discutirá ao longo dessa pesquisa – impera a violência – enquanto diálogo – manipulada por todos os lados que cercam e compõem esses lugares e – enquanto problema – especificado na violência de gênero, como principal objeto dessa discussão.

Essas afirmações ocorrem uma vez identificado que essa extensa área do Núcleo Antônio Prado foi elementar no surgimento dos bairros da zona norte e, mais recentemente, dos bairros da zona leste. Estes configuram bairros de extrema importância a essa pesquisa, haja vista serem eles os que mais se destacam como o endereço das mulheres vítimas qualificadas nos boletins de ocorrência criminal da Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto/SP, cuja discussão e presença acontecerá mais adiante. Por enquanto, é significativo que, uma vez criado o objetivo de compreender a realidade atual, se alcancem as origens de um determinado lugar, pois é ali onde tudo começa. E, a fim de possibilitar um melhor entendimento territorial e visualização do assunto, segue a Imagem 1.

Imagen 1 – Núcleo Colonial Antônio Prado.



Fonte: APHRP (2002) *apud* Silva (2007).

A partir da imagem, percebe-se, inicialmente, a divisão do núcleo colonial em cinco zonas de ocupação. Nessa divisão, obediente à Lei nº 95, de 20 de setembro de 1892, regulamentada pelo Decreto nº 272, de 10 de dezembro de 1894, nota-se a existência de uma sede, separada como lote “urbano”, sobre a qual, conforme previsão no artigo 4º do Decreto citado, recaía o propósito de servir como extensão da “cidade”, ou seja, seria destinada à futura povoação, enquanto que as demais seções, qualificadas como áreas rurais, serviriam como zonas de lavoura. Essa

circunstância alterou substancialmente o valor para aquisição do metro quadrado em um lote localizado na sede que, evidentemente, era muito superior aos lotes localizados em áreas rurais – tudo isso demarcado fisicamente pela existência da estrada de ferro. Outra característica relevante da Imagem 1 é a existência da denominação “barracão”:

essas denominações foram decorrentes do Barracão que foi construído ao lado da linha férrea da Mojiana, onde os imigrantes desembarcavam (pois a elite desembarcava na Estação Principal, no centro da cidade) e demarcava também a divisão topográfica entre as duas seções, sendo que a segunda seção (Barracão de Cima) ficava em um nível mais elevado em relação à terceira seção (Barracão de Baixo)¹⁷.

Sobre esses lotes de terras sabe-se que, em razão de determinações existentes no artigo 5º do Decreto 272, de 1894, cuja concessão se daria mediante o uso para a agricultura, foi comum a produção de produtos como arroz, feijão, milho e fubá, além do estabelecimento de comércios de secos e molhados, e, aproveitando-se da demanda local, o surgimento das primeiras indústrias da cidade. Aqui vale uma advertência sobre o surgimento dessas indústrias, pois, embora a existência da demanda local como condição básica para sua alavancada, foi em razão do Código de Posturas, de 1889, com destaque ao seu artigo 54, que a indústria se tornou atividade elementar nas áreas rurais, haja vista determinar a proibição, nos limites das áreas de povoação, de fábricas com máquinas que pudesse colocar em risco a salubridade pública¹⁸.

Foi nesse processo de solidificação das estruturas e funcionamento de um mercado de subsistência do Núcleo Colonial que, por outro lado, nos primeiros anos do século XX, momento no qual o município de Ribeirão Preto experimentava a sensação de ser o maior produtor de café do Estado de São Paulo, a mão de obra disponível, dentre a qual, como já apresentado, se destacava a estrangeira, passou a sofrer de problemas relacionados à produção cafeeira, entre elas a ocorrência de uma geada, em 1918, que impossibilitou a retomada da produção no patamar

¹⁷ SILVA, Adriana Capretz Borges da. Op. cit., p. 9.

¹⁸ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Resolução Estadual nº 198 de 03 de agosto de 1889. **Manda publicar e executar o Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1889/resolucao-198-03.08.1889.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

anterior a esse fato; ainda, além dessa geada, Luciana Lopes destaca os reflexos da Primeira Guerra Mundial na queda do mercado cafeeiro¹⁹. Logo, tecendo um quadro geral desse momento, tem-se a seguinte a firmação:

no final da década seguinte (safra de 1937-38), a produção de café de Ribeirão representou tão-somente 1,4% do total do Estado de São Paulo. Assim, consolidou-se a retração da importância da cidade na cafeicultura paulista. No município, cresceram as colheitas de outras culturas, como, principalmente, o algodão e a cana-de-açúcar, e as atividades urbanas, em especial as vinculadas à indústria, aos serviços e ao comércio²⁰.

Sobre isso, é possível concluir que a retração do café, acompanhada do elevado aumento de atividades urbanas e industriais, além da adoção de novas culturas, em especial o algodão e o açúcar, acabou por alterar o foco de atração produtiva dos trabalhadores que, em Ribeirão Preto, se instalaram. Assim, se no início do século XX Ribeirão Preto mostrou-se referência na produção cafeeira, embora, como menciona Lopes, essa atividade não figurasse como a principal fonte de receita, haja vista as impossibilidades sobre o uso de impostos relacionados ao comércio exterior, representando, em média, 4% do que era arrecadado pelo município e 2% em 1930, foi no decorrer dos anos de 1920 que esse cenário mudou, bem como a oferta de empregos, sendo que, nos estudos de Luciana Lopes, de 1911 a 1930, a maior parte da receita do município era originária do comércio e da prestação de serviços, responsável, em média, por 44% da arrecadação²¹.

Nesse mesmo contexto, a mão de obra que passou a entrar em Ribeirão Preto foi aquela proveniente dos municípios vizinhos. Oriundos das fazendas de café da região, afetados pela crise no setor, com destaque para os efeitos do *crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, muitos passaram a deixar o campo atraídos pela possibilidade de emprego nos setores que mais faturavam no município, ou seja, o comércio e a prestação de serviço. Nos estudos de Adriana C. B. da Silva Manhas, sobre imigração e urbanização em Ribeirão Preto, a pesquisadora registra que

¹⁹ LOPES, Luciana Suarez. Op. cit., p. 97-123.

²⁰ MARCONDES, Renato Leite. Op. cit., p. 83.

²¹ LOPES, Luciana Suarez. Op. cit., p. 97-123.

a tendência geral de diminuição da população atingiu mais as zonas rurais, enquanto se notou um pronunciado aumento na população urbana de Ribeirão Preto, assim como outros centros regionais como Franca, Araraquara e Botucatu, que não apresentaram diminuição populacional em nenhum desses períodos. O desenvolvimento da indústria, favorecido pela abundância de mão de obra que, em sua instabilidade após a queda do café, procurava tanto as novas zonas pioneiras como os centros urbanos que proporcionassem salários mais elevados, causou elevação à população urbana²².

É evidente que esses sitiantes, desprovidos de poder aquisitivo, a exemplo do que ocorreu com os imigrantes estrangeiros, fixaram-se na região do Núcleo Colonial Antônio Prado, ou seja, fora da zona urbana, fora da zona de visibilidade. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o pesquisador José Roberto do Amaral Lapa, ao se debruçar nos estudos do processo de modernização do município de Campinas, entre 1850 e 1900, objetivando compreender a sobreposição de uma ordem social capitalista e burguesa a uma ordem social senhorial, expôs o sentimento de relativa inconveniência à existência da ordem senhorial, de modo que a nova ordem que se impunha procurou fazer invisível tudo aquilo que a velha ordem tinha de indesejável.

É preciso desaparecer tudo, ou quase tudo, que não devia ser visto. Em lugar da cidade de taipa, despudorada e malcheirosa, aspirava-se a cidade de tijolos, bem-comportada e higiênica. Não há hesitações entre simplesmente camuflar o artefato comprometedor e a sua gente molambenta e até, se for o caso, demolir e expulsar do convívio urbano os que não se adaptarem àqueles novos tempos. Sejam edifícios ou espaços. Pessoas vivas ou mortas, pouco importa²³.

Além desses teóricos, é de extrema relevância apontar o trabalho feito pela pesquisadora Maria Clara Tomaz Machado que, com precisa criticidade, demonstrou as estratégias de disciplina do espaço urbano de Uberlândia, entre 1950 e 1980, cujo resultado foi o banimento de tudo aquilo e daqueles que pudessem ser considerados uma ameaça aos propósitos de cidade organizada, laboriosa e ordeira, haja vista a “potencialidade de perigo social”. Segundo ela:

²² MANHAS, Adriana C. B. da Silva. Imigração e urbanização: o Núcleo Colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto. In: MARCONDES, Renato Leite; REGISTRO, Tania Cristina; GUAZZELLI, Aurélio Manoel Corrêa (orgs.). **Ribeirão Preto: a cidade como fonte de pesquisa.** v. 1. São Paulo: Prefeitura do Campus USP – Ribeirão Preto/Seção de Atividades Culturais, 2015. p. 397-319. p. 308.

²³ LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900.** São Paulo: Edusp, 1996. p. 12.

foram criadas medidas para dar a Uberlândia um perfil de cidade limpa, sem problemas sociais, criando-se instituições de assistência ao pobre, ao migrante, instruindo a população para que não desse esmolas nas portas ou ruas e sim encaminhasse os pobres e mendigos às instituições especialmente criadas para atender aos necessitados²⁴.

Nessa perspectiva e, voltando ao cenário ribeirão pretano, faz-se indispensável trazer à tona a importante função da urbanização da cidade de Ribeirão como motor de atração e, ao mesmo tempo, entender as práticas e táticas políticas responsáveis pelo enraizamento da segregação urbana e social, de modo que, com relação ao Núcleo Colonial Antônio Prado, fica clara uma composição que se fez articulada/pensada para ser invisível, embora discursos e obras de embelezamento.

Tal situação, ainda que em um contexto diferente, articulado sob a perspectiva da questão de gênero, foi observada pela pesquisadora Rachel Soihet, que, em uma análise crítica sobre a prática de violência estrutural e de gênero, apontou o processo de subordinação e de submissão que atendesse aos interesses das camadas privilegiadas no decorrer do fim do século XIX e início do XX, segundo ela:

o que fica claro é o empenho das autoridades em impedir a presença dos populares em certos locais, no esforço de afrancesar a cidade para o desfrute das camadas mais elevadas da população e para dar mostras de “civilização” aos capitais e homens estrangeiros que pretendiam atrair. No caso das mulheres, acrescentavam-se os preconceitos relativos ao seu comportamento; sua condição de classe e de gênero acentuava a incidência da violência. O desrespeito às suas condições existenciais traduzia-se em agressões físicas e morais²⁵.

Mas, retomando o cenário ribeirão pretano, Lopes explica que a urbanização foi apontada como objetivo político relevante dos prefeitos daquela época que, voltados a solucionar os problemas da cidade, bem como embelezá-la, fizeram da

²⁴ MACHADO, Maria Clara Tomaz. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História e Perspectiva**, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 37-77, jan./jun. 1991. p. 46. Ainda sobre esse assunto Cf. MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês**: assistência social institucionalizada (Uberlândia 1965 a 1980). 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

²⁵ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 393-400. p. 366.

urbanização setor “responsável, em média, por 35% do total de despesas do município entre 1911 e 1930”²⁶. Apesar da atuação administrativa sobre a urbanização, o que se via em Ribeirão Preto era um cenário de contrastes entre aquilo que se gastava e aquilo que se observava, como pode ser demonstrado através da Imagem 2.

Imagen 2 – Enchente na Rua General Osório, Ribeirão Preto, 1927.



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

A imagem acima, que traz ao fundo a Estação Ribeirão Preto da Cia. Mogiana, é interessante por, primeiramente, expor a condição de calamidade vivenciada pela população, apesar de, como já dito, os investimentos em urbanização. Igualmente, ela é proveitosa por dar conta da estrutura do município e da presença de inúmeros hotéis, cujas existências assinalam a importância da cidade que se posicionava como polo de atração migratória desde seus primórdios. De qualquer modo, o que vale ressaltar aqui é a questão das alterações substanciais feitas no município, logo, se inicialmente a legislação urbana, através dos códigos de posturas, tratou de afastar a indústria, em sequência

hospitais, hospícios, asilos, orfanatos e demais equipamentos de saúde e instituições de ordenamento da cidade passaram a se localizar na área do Núcleo Colonial Antônio Prado, tanto pela distância da área central, quanto pelos preços dos terrenos, que eram adquiridos por meio de desapropriações ou doações por parte de entidades benfeicentes²⁷.

²⁶ LOPES, Luciana Suarez. Op. cit., p. 113.

²⁷ MANHAS, Adriana C. B. da Silva; MANHAS, Max Paulo Giacheto. Traçado urbano e funcionamento do núcleo colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto (SP) 1887. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE

A ação da prefeitura na configuração geográfica social da cidade foi muito importante naquele momento ao passo que, até os dias de hoje, ao se analisar o território ribeirão pretano, o que se observa é uma divisão caracterizada por uma área central provida de lugares e residências de alto padrão, enquanto que coube às periferias, em especial à zona norte, onde bairros, como o Ipiranga e os Campos Elíseos estão localizados, construções oferecedoras de risco à sociedade e/ou que maculassem o projeto de beleza/modernidade governamental.

Exposto isso, ao analisar as contradições do processo de desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto, portanto, evidencia-se de que modo o espaço urbano funciona como um mecanismo de exclusão sobre o qual investimentos e tecnologias determinam a valorização ou não de determinadas áreas, distribuídas segundo condições de renda. Assim, é evidente que, contidos a tal regime, restam aos pobres a oferta de tudo aquilo onde o Estado não chega e onde a infraestrutura não se faz presente e/ou contínua. Circunstância que, como aponta o professor Lúcio Kowarick, é a produção de um espaço que

gera, portanto, zonas que por causa do preço da terra só podem ser destinadas às camadas de maior poder aquisitivo: nelas a um custo econômico alto correspondente a um ônus social medido em termos de infra-estrutura e serviços públicos – praticamente nulo. Por outro lado, nas zonas onde esses elementos são praticamente inexistentes – que são as únicas a que a população pauperizada tem acesso – custo econômico é relativamente baixo, mas em contrapartida o ônus social medido em termos de espoliação urbana é extremamente alto²⁸.

Nessa perspectiva, deixa-se de lado o argumento da pobreza como pretexto para qualquer tipo de afirmação que se relacione com a prática criminal, entendendo-a, manifestadamente, como sequela das desigualdades socioeconômicas e de processos políticos manejados, direta ou indiretamente, por quem ocupa os espaços de privilégios, cujo efeito mais direto é, como aponta Raffestin, a existência de desequilíbrios internos que determinam tensões que se

CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1º, 2011, Paraty/RJ. **Anais (on-line)...** Rio de Janeiro: Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. p. 14. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CAPRETZ_ADRIANA_E_MANHAS_MAX_PAULO.pdf. Acesso em: 26 fev. 2019.

²⁸ KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade:** São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 27-28.

contrapõem à noção de coesão social requerida pelo Estado, e por aqueles que dele fazem uso, enquanto instrumento, no silêncio dos bastidores e das relações de poder²⁹.

Assim, no que diz respeito à situação de desordem ou de desequilíbrios internos, como impulso às demais conjunturas (de criminalidade), é oportuna a observação feita pelo pesquisador Lewis Mumford que, valendo-se do impacto da industrialização sobre a humanidade ao longo da história, e comparando a destruição e a desordem das grandes cidades do século XIX a um campo de batalha, afirmou que “o industrialismo, a principal força criadora do século XIX, produziu o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais vira; na verdade, até mesmo os bairros das classes dominantes eram imundos e congestionados”³⁰.

Ao trazer a afirmação feita por Mumford à realidade de Ribeirão Preto quando do início do processo de urbanização e industrialização, que dominou o município no final do século XIX e início do século XX, nota-se que, para além do caos urbano, manobrado/camuflado pelas autoridades e pelo interesse das camadas privilegiadas alocadas no centro da cidade – os quais buscaram a todo custo a transferência de tudo aquilo que representava o “atraso” –, a ausência dos signos dos “novos tempos” e da “higiene” para a porção norte da cidade, região correspondente ao Núcleo Colonial e que abrigou, portanto, institutos que colocassem em risco o projeto de beleza e a saúde da população residente na área central, sua principal consequência foi a segregação.

Entre a fábrica e a cidade, o limite da natureza definido pelo Ribeirão Preto e o limite da técnica representado pela estrada de ferro, definiam uma incompatibilidade física e social entre a cidade rica e salubre da cidade pobre e suja, embora fosse nesta segunda que residia grande parte dos trabalhadores³¹.

Essa fragmentação espacial e populacional foi objeto dos estudos de Flávio Villaça, que afirmou ser “a segregação um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de

²⁹ RAFFESTIN, Claude. Op. cit., p. 130-139.

³⁰ MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, desenvolvimento e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 484.

³¹ MANHAS, Adriana C. B. da Silva; MANHAS, Max Paulo Giacheto. Op. cit., p. 16.

outros”³². Em cima dessa reflexão, fica evidente que tais mudanças figuram como uma espécie de “prisão social” articulada por quem possui a vantagem de ser “visível” no ordenamento social, de modo que aos demais, envoltos em uma dinâmica de segregação não voluntária, restam o confinamento e o peso do estigma que sua região carrega – questão a ser trabalhada mais adiante. Nas palavras de Bauman, a exclusão social não se caracteriza como algo momentâneo, resultado da má sorte, mas algo em definitivo, via de mão única, irrevogável e que

para tornar a distância intransponível, e escapar do perigo de perder ou de continuar sua pureza local, pode ser útil reduzir a tolerância a zero e expulsar os sem-teto de lugares nos quais eles poderiam não apenas viver, mas também se fazer notar de modo invasivo e incômodo, empurrando-as para esses espaços marginais, *off-limits*, nos quais não podem viver nem se fazer ver³³.

Nessa mesma lógica, Marilena Chauí, em uma pesquisa sobre coesão e coerção social, afirmou que “as diferenças e as simetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade”³⁴. Situação que, evidentemente mantém-se atrelada a um conjunto de práticas que naturalizam as exclusões e demarcam a existência de uma estrutura hierárquica do espaço social.

A partir disso, refletindo sobre os mecanismos que incidem sobre a segregação social das populações de baixa renda, de modo a construir os limites do “seu” espaço e, observando as divisões de Ribeirão Preto/SP, bem como as estratégias de acomodação dos institutos físicos e dos Seres Humanos, enquanto mão de obra, conclui-se que o mesmo grupo social que se fez/faz valer das mãos e dos braços de seus trabalhadores é aquela que determinou/determina seu banimento, sendo claro que “a distância social tem uma importância particular. Ela aumenta a tendência de atribuir a certos atos o signo de crimes, e às pessoas o simples atributo de criminosas”³⁵.

³² VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. p. 148.

³³ BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 26.

³⁴ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. p. 89.

³⁵ CHRISTIE, Nils. **A Indústria do controle do crime**: a caminho dos GULAGs em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 13.

Ao analisar esses processos, chega-se à conclusão, portanto, de que a imposição desse sistema de fronteiras veio para facilitar o enquadramento de um projeto social de conotações políticas que, por seu turno, é a expressão de uma manifestação coletiva atravessada de privilégios que procura se perpetuar. Como tal, tornou-se um sinal de hierarquia constituída por relações de poder e pela manipulação do controle, os quais se servem de infinitas representações, como será abordado, superpostos aos sujeitos presentes no interior dos limites para o qual foram sumariamente destinados em meio a tantas articulações e estratégias.

Sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como se exercer. Na famosa fórmula "dividir para reinar", encontra-se essa preocupação. O exercício do poder implica a manipulação constante da oposição continuidade versus descontinuidade. O jogo estrutural do poder conduz a assegurar ora a continuidade, deslocando os limites, ora a provocar a descontinuidade, criando novos limites. Não é excessivo pretender que o poder, para se manter ou se reorganizar, tem necessidade de se apoiar sobre esse jogo geométrico dos limites³⁶.

E, como será demonstrado e discutido mais adiante, essa condição fez-se importante e mantém relação direta com a população que se instalou nos bairros da zona norte, com destaque para os bairros Campos Elíseos e Ipiranga, de modo que as exclusões físicas, territoriais, simbólicas e representacionais, além das táticas e práticas políticas e de poder, foram imprescindíveis na demarcação de estereótipos que deslegitimam aquele grupo e sobre eles tornam aceitáveis a expressão do desprezo e a justificativa do medo, do controle e da violência.

Além disso, tais configurações de natureza sociológica que se instalam permanentemente, constituem-se instrumentalizadoras das disposições que interagem com o cotidiano desses sujeitos e nas posturas por eles assumidas, sobre os seus e, em especial, sobre as mulheres presentes nesses espaços, em um complexo sistema de refluxo às relações domésticas.

³⁶ RAFFESTIN, Claude. Op. cit., p. 169.

1.1 Realidade versus Representação: homens agressores

De modo geral, uma cidade começa pelo centro, e Ribeirão Preto não foi diferente. Como já exposto, foi na composição geográfica do município que ricos e pobres foram separados pensadamente, de modo que coube às extremidades o destino dos “excluídos”, mas indispensáveis ao funcionamento da sociedade ribeirão pretana, alocados em núcleos coloniais, em uma espécie de “viveiro humano”, dos quais o núcleo Senador Antônio Prado surge como de principal interesse.

A adoção do termo “viveiro humano” assume seu propósito pejorativo sobre as circunstâncias aqui analisadas, haja vista as experiências compartilhadas por aqueles que foram afastados dos apanágios que uma vida pode conceder, sendo eles não só confinados física e simbolicamente aos territórios marginais da cidade, mas, também, preteridos a uma vigorosa marcha de crescimento populacional que, embora espalhada por todo o espaço ribeirão pretano, sobretudo em razão da urbanização promovida entre os anos 1910 e 1930, encontrou entre os sujeitos e os espaços populares, isto é, a zona norte, enquanto área de ocupação do Núcleo Colonial, o lugar de destaque.

O município de Ribeirão Preto possuía 92.160 habitantes em 1950. No censo demográfico de 2000, a sua população absoluta elevou-se para 504.923 habitantes, correspondendo, assim, a um aumento percentual de 447,87% no período de 50 anos. No mesmo período, a população total do país passou de 51.944.397 habitantes, em 1950, para 169.590.693 em 2000, apresentando um crescimento percentual de 226,48%³⁷.

Com isso houve um *boom* de construções na cidade – entre 1950 e 1959, foram 121 loteamentos aprovados e mais 46 na década seguinte – principalmente voltados para a classe popular. Diante de todas as condições favoráveis e muitas terras disponíveis, que passaram a se encontrar mais “próximas” da área central (considerando a introdução do uso do automóvel), tem início o processo acelerado de loteamento das glebas das seções ainda disponíveis do núcleo que, nos vinte anos seguintes, foram incorporadas à malha urbana da cidade³⁸.

³⁷ FERNANDES, Maria; ADAS, Sérgio. Produção da Subcidadania no processo de (des)organização da cidade corporativa. In: FERNANDES, Maria (coord.). **A cidade e seus limites:** as contradições do urbano na “Califórnia Brasileira”. Ribeirão Preto: Unaerp, 2004. p. 43-77. p. 50.

³⁸ SILVA, Adriana Capretz Borges. Expansão urbana e segregação social: efeitos da implantação de um núcleo colonial em Ribeirão Preto. In: ENCONTRO DA ANPPAS, II, maio, 2004, Indaiatuba. **Anais...** ANPPAS, 2004. p. 11. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT14/adriana_capretz.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

Mas, voltando à questão das partições territoriais, Raffestin propõe que essa centralidade, com consequente marginalização, não é mera noção geométrica inventada ou descoberta pelos sujeitos, mas condição raiz de intencionalidades e da constituição de lugares simbólicos, atravessados pela cristalização de um poder muitas vezes indelével. O mesmo autor também afirmou que uma primeira discriminação pode se valer da natureza espacial, de modo que determinado grupo impõe ao segundo uma localização determinada; todavia, a discriminação espacial dificilmente se faz desacompanhada, sendo, dessa forma, ajustada a outras tantas formas que, convenientemente, atingem certo grupo³⁹.

Em virtude disso, nos próximos parágrafos são justamente essas outras tantas formas que se farão objeto de análise. A partir daqui, portanto, articula-se a questão do território com questões de natureza sociológica, em especial o enfraquecimento e a ruptura com os vínculos sociais, compreendidas como consequências diretas dos processos de composições físicas e espaciais – e de anonimato – que, de maneira lógica, alcançam seus sujeitos e suas práticas sociais e, evidentemente, propulsionam um estado de violência, enquanto gênero, e a violência de gênero, enquanto espécie. Tal correspondência pode ser explicada, inicialmente, em cima da assertiva utilizada pela pesquisadora Sylvia Leser de Mello:

a fragmentação geográfica, e também a das ocupações e das funções, acaba por corresponder a uma fragmentação das experiências e à formação de identidades psicossociais complexas. No caso das classes subalternas, a aquisição da identidade é problematizada pelo forte sentido de discriminação vivido diariamente sob a forma da humilhação que situa seus integrantes, em relação ao poder, como cidadãos de segunda categoria⁴⁰.

Essa mesma autora alerta que as carências ajuizadas a determinados grupos são promotoras de tensões, oposições e conflitos que se tornam uma constância na vida social desses indivíduos, os quais, em tais condições, podem ser autores e objetos da exacerbação dessas disposições. Segundo ela, “as pessoas, obrigadas a

³⁹ RAFFESTIN, Claude. Op. cit., p. 186-190.

⁴⁰ MELLO, Sylvia Leser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWA, B (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 129-140. p. 133-134.

um convívio diuturno com o desconhecido, e com um desconhecido ameaçador, sucumbem às tensões, exageram os conflitos, defendem-se com mais violência”⁴¹.

Sob a mesma linha de raciocínio, Sérgio Salomão Shecaira sinaliza que quanto maior a mobilidade, menor é o controle social informal e maior o índice de criminalidade⁴². Soma-se a ele o pesquisador Freitas que, ao comentar tais processos, argumentou que “este ambiente densamente povoado, heterogêneo, marcado pela impessoalidade e caracterizado por desigualdades profundas, apresenta-se terreno fértil a desvios de conduta, muitos destes reputados como crimes”⁴³. Essa afirmação dialoga com as proposituras apresentadas por Raffestin ao trazer a noção dos desequilíbrios internos como consequência das discriminações espaciais e das rarefações do sujeito e suas possibilidades de existir; e, ao fazer referência a tais desequilíbrios, Raffestin os correlaciona à questão da criminalidade⁴⁴ – e é precisamente isso que será aqui problematizado.

Exposto isso, chama-se, então, a atenção do(a) leitor(a), já ciente do processo de formação do município de Ribeirão Preto, cujas consequências determinaram contenções populacionais e demarcações espaciais, sendo que à zona norte, como circunscrição objeto desse estudo, coube a fixação de estrangeiros e sitiantes, para o fato de que essa região também se destaca como região onde imperam os números da violência, em particular a violência de gênero, enquanto margem de infração criminal a ser analisada, como pode ser observado a partir de dados extraídos da Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto/SP, entre os anos de 2007-2016.

⁴¹ Ibid., p. 135.

⁴² SHECAIRA, Sérgio Salomão. Op. cit., 2014.

⁴³ FREITAS Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade:** lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002. p. 18.

⁴⁴ RAFFESTIN, Claude. Op. cit., p. 130-139.

Gráfico 2 – Infrações penais, por zonas, cometidas contra as mulheres e registradas na Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto/SP, entre 2007 a 2016.

	Zona norte	Zona oeste	Zona leste	Zona sul	Região não localizada	Total
■ 2007	24	14	9	1	2	50
■ 2008	28	14	7	1	2	52
■ 2009	21	19	7	2	2	51
■ 2010	24	14	10	1	1	50
■ 2011	20	17	12	1	1	51
■ 2012	23	14	12	2	1	52
■ 2013	29	16	5	1	1	52
■ 2014	31	11	4	3	3	52
■ 2015	23	12	8	5	0	48
■ 2016	22	10	13	4	0	49
■ TOTAIS	245	141	87	21	13	507
■ 2007 ■ 2008 ■ 2009 ■ 2010 ■ 2011 ■ 2012 ■ 2013 ■ 2014 ■ 2015 ■ 2016 ■ TOTAIS						

Antes de qualquer informação sobre essas referências, é imprescindível dizer que a obtenção desses dados não foi tarefa fácil. Embora a questão da violência seja assunto do cotidiano e muito bem explorado/vendido pela mídia, quando se vai até o site da Secretaria da Segurança Pública/SP, enquanto local particular de registro/estatística desse assunto, tais informações parecem se perder em um portal de indeterminações – situação não muito diferente encontrada na página oficial da Prefeitura de Ribeirão Preto/SP. Assim, uma vez obtida autorização do Delegado Geral da Polícia Civil de São Paulo/SP para atuar sobre os boletins de ocorrência registrados na DDM da cidade, para fins de produção acadêmica, chegou-se, então, aos resultados apresentados no Gráfico 2.

O critério estabelecido para seleção desses boletins de ocorrência policial foi desenvolvido da seguinte forma: após limitada a extensão temporal (2007-2016), em cujo espaço observado incide a publicação e os efeitos da Lei nº 11.340/06, tal como já explicado em páginas anteriores, definiu-se que seria contabilizado um boletim de ocorrência por dia, registrado às segundas-feiras (ou data subsequente quando do advento de feriado ou da ausência do maior número possível de informações/qualificações necessárias a esse estudo no que diz respeito à vítima e ao agressor), no decorrer dos 10 anos de análise, em um total de 507 boletins de ocorrência policial, das 26.104 ocorrências policiais registradas na Delegacia de Defesa da Mulher entre os anos de 2007 a 2016, conforme contabilização realizada.

Optou-se por, no que diz respeito à qualificação dos dados do autor, desprezar a exigência de seu bairro, pois, primeiramente, em muitos boletins de ocorrência não havia essa informação, uma vez que é comum, após a prática da violência, o autor abandonar, ainda que temporariamente, o local que reside, de modo que, quando do registro policial, a vítima não é capaz de (ou não quer) indicar onde o autor seria localizado. Por outro lado, haja vista que esse estudo recai apenas sobre os boletins de ocorrência cujas partes possuem envolvimento amoroso, sendo, no geral, tal envolvimento afiançado pelo instituto do casamento, mesmo que na condição de união estável, popularmente denominados amásios um do outro, é habitual a presunção de que ambos compartilham do mesmo lar – ainda que, como dito, o autor esteja afastado da residência em razão da condição de violência ocorrida.

A intenção da exposição do Gráfico 2 é trazer elementos de modo a servir como fonte de análise capaz de subsidiar e, ao mesmo tempo, fazer-se servir do aparato teórico visto até aqui. Das informações trazidas pelo Gráfico 2, nota-se como a zona norte se impõe em ocorrências de violência de gênero, de modo a ganhar significativo distanciamento das demais zonas ribeirão pretanas. Atrás da zona norte apenas ganha corpo a zona oeste que, integrada pelo bairro Vila Tibério, enquanto bairro também tipicamente operário, viu-se objeto, “por tabela”, do abstencionismo político.

Ainda sobre isso, sabendo que das 507 ocorrências registradas 245 são procedentes da zona norte, dando conta, portanto, nesse espaço amostral, de 48,32% do total de crimes comunicados ao Estado, observou-se que, em se tratando dos bairros Ipiranga e Campos Elíseos, enquanto bairros que concentram os limites das artimanhas políticas e territoriais analisadas nas primeiras páginas desta tese, são eles responsáveis por 54 e 26 ocorrências, respectivamente, ou seja, os dois bairros, juntos, reúnem 32,65% do total de registros relacionados à zona norte (245) no decorrer dos 10 anos, sendo que à zona norte reputa-se a existência de, aproximadamente, 50 bairros.

Ante a exposição desses números e a problemática que aqui vem sendo construída, propõe-se, então, uma reflexão do quanto a realidade que se justapõe aos sujeitos de determinadas regiões, no caso, os bairros da zona norte de Ribeirão Preto, com destaque para os bairros Campos Elíseos e Ipiranga, pode ser pensada

como decisiva na construção das bases da masculinidade e, por fim, no emprego da violência de gênero contra as mulheres.

Acerca disso, o sociólogo Serge Paugam foi certeiro quando, em uma análise dos processos de desqualificação social e rupturas dos vínculos sociais, estabeleceu preciso correlação entre os processos de isolamento, humilhação e desqualificação social com o gradativo enfraquecimento dos vínculos sociais e, por fim, com um movimento de refluxo às relações domésticas que, curiosamente, têm nos homens especial e prejudicial atividade. Assim, segundo Paugam,

como a desclassificação social é uma experiência humilhante, ela desestabiliza as relações com o outro, levando o indivíduo a fechar-se sobre si mesmo. Mesmo as relações no seio da comunidade familiar podem ser afetadas, pois é difícil para alguns admitir que não estejam à altura das pessoas que o cercam. Ao falar de suas dificuldades conjugais, estabelecem uma relação etiológica entre a perda do emprego e as tensões surgidas em casa⁴⁵.

Em páginas futuras, retomar-se-á essa discussão, porém, neste instante, sob a mediação das advertências feitas por Paugam, somadas a historicização aqui realizada sobre a cidade de Ribeirão Preto e aos históricos de registros policiais que aqui serão apresentados, observa-se que, de fato, a condição de fragmentação geográfica e a desqualificação social que alcançam os moradores da zona norte de Ribeirão Preto são promotoras de um distanciamento das obrigações a serem compartilhadas em comunidade, sobretudo no que diz respeito à não adoção da violência como prática reinante no “diálogo” que se estabelece entre os seus.

A ruptura desse comprometimento natural dos laços comunitários, governada pelo hábito, faz surgir, segundo Bauman, o que ele denominou de “comunidades estéticas”, isto é, aquelas que se constituem ao redor de um determinado problema, ídolo, evento, etc. O grande senão existente sobre esses tipos de comunidades é que, conforme aponta o autor, elas não tecem responsabilidades éticas e compromissos a longo prazo. “Quaisquer que sejam os laços estabelecidos na

⁴⁵ PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. In: SAWA, B (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 67-86. p. 74.

explosiva e breve vida da comunidade estética, eles não vinculam verdadeiramente: eles são literalmente ‘vínculos sem consequências’”⁴⁶.

Logo, uma comunidade desprovida de compromissos de longo prazo e abandonada à própria sorte, assume, instantaneamente, uma rotina artificial, produtora, igualmente, de um controle artificial no qual impera a ausência das formas de controle social informal que, por sua vez, cede espaço ao controle social formal, esse altamente seletivo e discriminatório⁴⁷. Contudo, neste instante, cabe especial atenção, justamente, à questão da ausência desse controle informal que, decorrente das induções e das rarefações sociais, políticas, territoriais e de poder, assume sobre os sujeitos o ensejo da anomia social e, por conseguinte, as práticas de violência.

Em se tratando da violência de gênero, enquanto espécie do gênero violência, em seu sentido mais plural, que, por sua vez, tem nas mulheres seu objeto por excelência, entende-se que essa (violência de gênero) assume nos homens que ocupam os bairros aqui apontados uma reação da letargia de seu cotidiano e, acima de tudo, um movimento de refluxo, no seio das relações domésticas, ante as carências de demonstrações de virilidade que “devem” ocupar os espaços por onde anda o masculino. Sobre isso, Saffioti propõe que “na medida em que o poder é essencialmente masculino e a virilidade é aferida, frequentemente pelo uso da força, estão reunidas nas mãos dos homens, as condições básicas para o exercício da violência”⁴⁸.

Assim, é evidente que essa virilidade ganha corpo entre as discussões teóricas sobre cultura e representação, pois é sob o sustentáculo da cultura, definida por Chartier como discursos não neutros, que se engendram construções sociais das quais resultam representações definidoras não só das funções sociais a serem seguidas por mulheres e homens de determinada coletividade, mas, e

⁴⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 67.

⁴⁷ Controle social formal e informal são termos utilizados em pesquisas de vertente criminológica. Sobre isso é importante a informação de que, ao se falar em controle social, traz-se a noção das práticas sociais e estatais voltadas a “moldar” o indivíduo para que adote, legalmente falando, as posturas aceitáveis em sociedade. Esse controle social divide-se em “informal” e “formal”, sendo que o controle informal cabe às instâncias informais da sociedade que atuam sobre o sujeito, como família, escola, trabalho, religião, etc., enquanto que o controle social formal é instrumentalizado pelas instâncias formais de controle. Carregada de seletividade e discriminação, a competência do controle social formal, em grande medida, advém do Estado através da polícia, por exemplo.

⁴⁸ SAFFIOTI, Heleith I. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. p. 57.

principalmente, percepções do grupo ao qual pertencem, que operam como força de permanência à manutenção de arquétipos coletivos sobre cada um deles⁴⁹, de modo que as relações de gênero passam a ser definidas a partir de uma orientação que tem como propósito a legitimação de uma condição escalonaria de poder, bem como da promoção de intervenções de um sobre outro.

Assim sendo, percebe-se que, uma vez submetidos às precárias geografias de poder, e, dentre elas, encontram-se as impossibilidades econômicas, haja vista as profissões que prevalecem, como foi possível constatar no levantamento das qualificações dos autores de violência de gênero registradas na DDM de Ribeirão Preto/SP, cujo perfil mais detalhado encontra-se nos apêndices, esses homens passam a interpretar sua existência com notório sinal de inferioridade e fracasso social. Desta forma, o retorno às relações domésticas nada mais é do que uma maneira de escapar ao olhar dos outros e, onde, seletivamente, acabam sendo capazes de exacerbar demonstrações de poder que lhes foram subtraídas nos espaços público e coletivo das relações sociais; assim, “tomam progressivamente consciência da distância que os separa da grande maioria da população e acreditam que o fracasso que os atinge é visível a todos”⁵⁰.

Essas relações quase que etiológicas entre as perdas simbólicas da virilidade e as tensões surgidas em casa são, não raro, atravessadas pelo consumo do álcool como meio de compensação à infelicidade e à sensação de inutilidade para a coletividade. Logo, foi possível verificar que, nas áreas analisadas, o álcool e a droga constituem um verdadeiro problema para as mulheres que procuraram a ajuda da polícia e registraram um boletim de ocorrência de violência doméstica.

Comparece nesta Unidade Policial, a vítima qualificada informando que viveu até então em união estável com o autor há quatro anos, não restando filhos, sendo que possui um casal de filhos de relacionamento anterior de 25a e 20a de idade. Que desde sempre o autor é pessoa bastante agressiva, descontrolada, possessiva, brigando por qualquer motivo dentro do lar, inclusive, até com agressões físicas e ameaças constantes, mas nunca registrou Boletim de Ocorrência por medo dele e também porque ele a procurava e prometia que iria melhorar, fato que nunca aconteceu, pois ele continua a mesma pessoa de sempre, talvez até pior, pois atualmente, **não está trabalhando, não contribui com nada dentro de casa e a vítima é quem banca tudo e mesmo assim, ele a**

⁴⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.

⁵⁰ PAUGAM, Serge. Op. cit., p. 73.

controla. Ontem a noite, não foi diferente, ele chegou em casa possivelmente **alcoolizado** e já começou a brigar, resmungar, mexendo em suas coisas pessoais, inclusive até em seu celular e quando o proibiu de mexer no aparelho é que a situação piorou de vez e ele ficou agressivo ao extremo, lhe agredindo fisicamente, agarrando-a fortemente pelo pescoço e para defender-se, ainda subjugada por ele, pegou aleatoriamente algum objeto que estava em cima da pia para defender-se e acabou por pegar uma faca de cozinha, mas ele a agarrou, grudando em sua mão com a faca, forçando em seus braços com o objeto, restando vários riscos vermelhos, isso tudo lhe proferindo palavras de baixo calão, xingando-a de “vagabunda, que tem outros homens em seu local de trabalho...” e outros impropérios. Que, além de tudo isso lhe proferiu ameaças de morte, dizendo que iria lhe matar. A vítima quer deixar consignado que hoje de manhã, **ele foi ao seu local de trabalho**, hospital, batendo fortemente nas portas, apertando todas as campainhas, enfim causando transtornos a todos (Grifos nossos)⁵¹.

A pesquisadora Maria Izilda Santos de Matos, em uma análise crítica sobre o ébrio e as tensões construídas em torno da masculinidade e da questão de gênero, no período que vai de 1890 a 1940, sustenta que o alcoolismo era considerado um círculo descendente, “começando pela enfermidade, passando para o não cumprimento dos deveres como homem-trabalhador, homem provedor, homem-pai”⁵².

Ainda segundo Maria Izilda, há no ébrio um rebaixamento moral que o impede de distinguir o público do privado, de modo que o banco da praça torna-se seu lugar de sono e, ao analisar o registro policial transscrito, percebe-se o quanto os autores da violência de gênero posicionam-se exatamente em cima do que sentencia a autora, isto é, em uma situação na qual público e privado tornam-se uma unidade, ainda que em constante conflito, e que o “ciúmes por alcoolismo” faz-se destaque na trajetória de deméritos e de violências vivenciadas pelos casais.

Em razão disso, tentar ser “rei” em seu ambiente doméstico já não é mais suficiente, sendo necessário a tais homens a ocupação e a usurpação dos espaços por onde andam “suas” mulheres, em uma tentativa quase nula de recomposição da relação de poder escalonaria que, aos homens, seduz e que deles exige a manutenção do pináculo. Dessa forma, portanto, a embriaguez passa a ser entendida como instrumento que se mescla à falência do sujeito e a ele franqueia as

⁵¹ DEL. DEF. MUL. RIBEIRÃO PRETO. RDO 2454/2016.

⁵² MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu lar é o botequim:** alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 46.

possibilidades de retomada da virilidade, que se sustenta na posse das mulheres enquanto seus objetos, uma vez que, paralelamente, são esses homens alvos de processos de marginalização e de deslegitimação nos campos político, social e econômico. É a humilhação do sujeito tentando se reconciliar com as “obrigações” do macho através das mulheres.

Em outro registro policial – não muito diferente do primeiro registro analisado – há, também, as mesmas configurações dos rumos que levam à prática da violência, sobretudo o álcool e a questão com o trabalho. Aqui, no entanto, surge algo que já foi objeto de discussão mais pormenorizada no decorrer do mestrado, que é a questão da dependência econômica como condição substancial que leva inúmeras mulheres a permanecerem nos lares onde a violência de gênero impera.

Presente a vítima informando que está casada há 16 anos com o autor dos fatos, sendo que deste relacionamento tiveram uma filha, a qual está com 14 anos de idade. Declara que decidiu separar-se do autor, pois o mesmo é **alcoólatra, e que as contas e despesas do lar ficam sob sua responsabilidade**. Inquirida, relata que ontem o autor ameaçou matá-la, e ainda disse que irá cortar a língua da filha e também matá-la, caso a vítima insista em separar-se dele. Que já registrou outras ocorrências nesta especializada contra o autor, pelos mesmos fatos, entretanto, na ocasião, não manifestou o seu desejo de representar criminalmente contra o mesmo (Grifos nossos)⁵³.

Como é possível observar, ante as ineficiências de seu esposo, compete àquela mulher assumir as despesas e a manutenção da casa. Situação que, embora demonstrada através de um único boletim de ocorrência, faz-se muito comum na realidade marginal onde essas mulheres são obrigadas a uma rotina de trabalho de baixo valor moral e econômico, bem como seus companheiros. Porém, diferente deles, elas se mantêm íntegras às políticas de controle social e ao bom funcionamento da coletividade.

Sendo assim, distante da justificativa acolhida pelo senso comum, ao tempo do mestrado, constatou-se que, embora exista um padrão profissional direcionado às populações da zona norte (detalhado nos apêndices), nas quais mulheres e homens, quando ambos trabalham, exercem atividades de equivalência, isto é, atividades braçais e de baixo apreço remunerativo, e que às mulheres se destinam os mais baixos salários, fazendo lacunar o poder econômico de cada parte, não é

⁵³ DEL. DEF. MUL. RIBEIRÃO PRETO. RDO 2014/2016.

possível propor tal condição como elemento que, analisado isoladamente, subordina as mulheres a ficarem em seus lares que sangram. Logo, reitera-se a alegação de que

a violência conjugal possui múltiplas causas e está presente em toda e qualquer camada social e perfis de mulheres, resultando, portanto, na inviabilidade da generalização de tal pressuposto como condicionante da permanência, ainda mais quando tomado como fator exclusivo⁵⁴.

Esse paradoxo, evidentemente, está associado às funções sociais e aos aspectos simbólicos e valorativos que recaem sobre o masculino e sobre o feminino, de modo que, embora como afirmou a pesquisadora Vera Lúcia Puga, a divisão sexual do trabalho tenha reservado aos “homens uma esfera *produtiva* e valorizada pela sociedade enquanto às mulheres coube outra esfera: a *reprodutiva*”⁵⁵, são elas, não raro, provedoras do lar. Porém, desqualificadas socialmente, sua rotina e força são enfraquecidas e estereotipadas – e delas não se espera nada.

Assim sendo, se ao homem é exigido um campo de virilidade, esse faz uso da violência para mantê-la ou recompô-la; porém, se das mulheres exige-se o recolhimento, a passividade e a resignação, não seria legítimo (socialmente) que essa usufruisse da violência como meio de se realocar, até mesmo porque a sociedade não espera das mulheres nenhuma escalada ao topo, pois sobre as mulheres, como declarou Virginia Woolf,

não era possível consultar o mapa e dizer que Colombo descobriu a América e que Colombo era uma mulher; ou pegar uma maçã e observar: Newton descobriu as leis da gravidade e Newton era uma mulher; ou olhar para o céu e, ao ver os aviões que voam lá no alto, dizer que foram inventados por mulheres. Não há nenhuma marca na parede para medir a altura exata das mulheres. Não há metros, criteriosamente divididos nas frações de um centímetro, que se possam dispor sobre as qualidades de uma boa mãe ou a dedicação

⁵⁴ Borges, Michelle Silva. **Sob os muros das convenções e as muitas faces da violência de gênero**: Ribeirão Preto/SP (2007 a 2013). 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. p. 67. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16526/1/MurosConvencoesFaces.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

⁵⁵ PUGA, Vera Lúcia. Trabalho feminino/Profissões. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2019. p. 708-712. p. 709.

de uma filha, a fidelidade de uma irmã ou a capacidade de uma dona de casa⁵⁶.

Em um terceiro boletim de ocorrência mais uma vez se percebe a presença do álcool e do desemprego, em um estado de resignação total e de descontentamento em relação a vida social, de modo que essa fragilidade (pública) tende a ser compensada na esfera do doméstico; logo, bem como expõe o registro policial a seguir, o que se observa é uma tentativa de reconstituição das privações elementares. Sendo assim, ao assumir um conflito com sua esposa em razão da mistura, entende-se que esse homem não faz do banal a razão de sua tensão, mas visualiza nele parcela de seu processo de privações simbólicas enquanto sujeito viril, por conseguinte, ainda que incapaz de prover a parte que lhe cabe do sustento da casa, é inaceitável a esses homens, ludibriado pelo álcool, a escassez dos recursos que sustentam as averbações de ser um homem viril.

Comparece a vítima informando ser casada com o autor há 18 anos, possuem uma filha, de 17 anos de idade, que nos últimos quatro anos o casal vem se desentendendo, que no último ano, devido a ser **usuário de bebida alcoólica**, o marido passou a ficar mais agressivo, está **desempregado**, promove brigas por motivos fúteis, ofendê-la verbalmente e ameaçá-la de morte ou de agressão caso opte pela separação. Na data dos fatos, o autor chegou embriagado, brigou por causa da mistura, ficou nervoso, passou a xingá-la, pegou uma faca, mandando que a vítima tentasse contra ele, bem como ameaçou dizendo “se você não ficar quieta e vou te matar” (Grifos nossos)⁵⁷.

As discussões em torno do alcoolismo como vetor do crime têm nos homens seu sujeito por excelência, situação que, embora agravante à realidade doméstica, promove-se como atenuante às circunstâncias do fato; são esses homens, portanto, tomados como objetos da privação de seus sentidos em um cenário já marcado pela ausência. Ausência que, evidentemente, também se impõe às mulheres, porém, essas, ainda que submetidas a privações, como mencionado, dificilmente são capazes e detentoras da legitimidade social para agir contra si ou contra terceiros e, quando, sucumbem ao vício, postam-se em um contexto de vulnerabilidade infinitamente maior, ainda mais quando ao seu lado coexiste a figura do ébrio.

⁵⁶ WOOLF, Virginia. **Um Teto Todo Seu**. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014. p. 123.

⁵⁷ DEL. DEF. MUL. RIBEIRÃO PRETO. RDO 2027/2016.

Comparecem nesta Unidade Policial os Policiais Militares acima qualificados informando que foram acionados a comparecer no local dos fatos onde teria acontecido uma Tentativa de Homicídio. No local, encontraram a vítima e o autor e foram informados que o pai da vítima, ora autor, teria esfaqueado a filha, em virtude da moça ser usuária de drogas e estar furtando coisas dentro de casa. O autor informou que a vítima dá muito trabalho, é usuária de drogas há muitos anos e durante a madrugada ela teria furtado "dois corotes" de pinga para vender em troca de drogas. Por esta razão, ele ficou nervoso e a esfaqueou na nuca enquanto dormia⁵⁸.

Percebe-se, portanto, que a adoção dessa violência se resume, por óbvio, a perda dos vínculos sociais que levam esses homens a acreditar que não têm mais nada a perder. Uma vez interiorizado seu fracasso público e sua condição marginal, passam a procurar, acima de tudo, satisfazer aquilo que lhe é mais imediato e que, talvez, possa realocar posições nas estruturas escalonarias das relações de poder e de gênero. A exemplo dessa afirmação está o registro policial feito acima (RDO 1785/2016), no qual, ainda que deslocado para o campo das relações paternas, portanto, fugindo da seara das relações conjugais, é capaz de evidenciar a tragédia alocada no imediatismo das necessidades mais insignificantes e, a partir das quais, pode um indivíduo ser capaz de matar.

Nesse terreno de observações, cabe trazer a essas linhas algumas considerações provenientes de autores consagrados em uma ciência muito comum na área do Direito, intitulada Criminologia, que, como o próprio nome sugere, se ocupa da análise do fenômeno criminológico. Entre esses autores, destaca-se o sociólogo Robert Merton que, orientado pela proposta da anomia de Durkheim, propôs que a anomia não sobrevém apenas da desregulação das regras/valores que regem a sociedade ou determinado grupo em uma situação de crise, mas, antes de tudo, trata-se da ausência de meios/recursos socioestruturais para obtenção das expectativas culturais, cujo resultado é um sintoma de discordância entre as possibilidades oferecidas pela estrutura social e as expectativas culturais preexistentes. É evidente que tal concepção mantém vínculos com a ideia do "sonho americano", sendo que, para Merton, o sujeito, intencionado em alcançar determinada meta, mas desprovido das estruturas sociais, acaba por se valer dos caminhos que estão ao seu alcance, entre eles, a adoção de condutas irregulares.

⁵⁸ DEL. DEF. MUL. RIBEIRÃO PRETO. RDO 1785/2016.

Assim, ao observar as incidências de casos registrados nos bairros como Ipiranga e Campos Elíseos, bem como os aspectos nos quais eles se dão, e relacioná-los com a condição histórica socioestrutural daquele local, além do conhecimento da teoria da anomia, não parece difícil conseguir tecer compreensões em cima daquele determinado espaço e sobre suas práticas. Isso porque, relegados do centro urbano, desprovidos da atenção do poder público – cuja consequência é a inafastabilidade da desorganização social –, carentes das mais variáveis formas de acesso às metas sociais genericamente impostas à sociedade, sejam elas de cunho econômico, educacional, familiar, urbana, entre outras, faz-se imperativo aquele grupo, senão, ao sujeito de modo particular, a adoção de condutas desviadas e, portanto, fazer-se valer de infrações criminais.

Desta maneira, a par de que a questão da violência de gênero passa pela incapacidade do Estado no engendramento social, urbano, cultural e político que, ao se esquecer de muitos, confisca do sujeito seu direito a uma vida “plena”, resta a constatação que tais interdições acaba por impossibilitar os sujeitos de resolver seus conflitos de modo mais harmonioso, fazendo nascer a violência⁵⁹ que, por sua vez, flutua entre os sujeitos e sobre eles constitui o que o psicólogo francês Gustave Le Bon denominou “alma coletiva”:

do ponto de vista psicológico, a palavra multidão tem um sentido totalmente diferente. Em determinadas circunstâncias, e apenas nessas, um agrupamento de indivíduos adquire caracteres novos, bem diversos dos caracteres de cada um dos indivíduos que o compõem. A personalidade consciente desvanece-se e os elementos e as ideias de todas as unidades são orientados numa direção única. Forma-se uma alma coletiva, sem dúvida transitória, mas que apresenta caracteres bem definidos. A coletividade transforma-se então no que, à falta de expressão mais adequada, chamarei uma multidão organizada ou, se preferirem, uma multidão psicológica. Passa a constituir um ser único e fica submetida à lei da unidade mental das multidões⁶⁰.

⁵⁹ No âmbito de pesquisas criminológicas todas as escolas fazem referência à prevenção do delito, sendo senso comum a defesa de que não basta reprimir, mas antecipar-se ao fato, prevenir. No rol de discussões acerca dos métodos de prevenção, ganha destaque a prevenção primária que, voltada às raízes do problema, cujo exercício se dá pela atuação do Estado ao conferir bem-estar social/qualidade de vida, sendo, portanto, capaz de dar aos sujeitos condições de que seus conflitos sejam resolvidos de modo mais harmonioso, influenciando, portanto, diretamente na ocorrência da criminalidade.

⁶⁰ LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016. p. 9.

Não é à toa que durante a observação dos boletins de ocorrência percebeu-se que, no geral, os autores da prática de violência de gênero são homens que não possuem antecedentes criminais, ou seja, são primários⁶¹. Essa lógica decorre da ausência do Estado e que, consequentemente, faz gerar a desorganização social e a sensação de completa anomia, cujo resultado é o surgimento de justiceiros e do crime organizado, os quais acabam por substituir o Estado onde ele não chega e que, por sua vez, são impulsionadores de uma “ordem moral” “compartilhada” entre os sujeitos que convivem naquele espaço, os quais, de modo mais particular já são objetos do afrouxamento das regras sociais de conduta, do abandono estatal e da sensação de anonimato que, ao transformarem em uma multidão colabora com o surgimento da alma coletiva que, por seu turno, mantém relação com a “ordem moral”.

Logo, a “região moral” possui vínculos com um complexo estrutural (não necessariamente físico ou negativo) marcado por interesses que se cruzam ou que se submetem por representações e, em se tratando do grupo objeto desta análise, da existência de uma “ecologia do medo” e da criação de subculturas, promotoras de segmentações que se materializam em práticas de intervenções estatais, através da Polícia, concebidas como instrumento mediador do diálogo entre aqueles que detêm o controle da sociedade e aqueles que a ela se submetem, e que, somado a todo o resto, efetiva a composição de um grupo “fabricado” pela violência, aqui compreendida como “ordem moral” que, entre as mais diversas formas de se fazer notável, assume na violência de gênero mais uma de suas muitas faces.

É óbvio que tais colocações não podem ser pensadas de modo laboratorial, como se a violência – e, no caso, a violência de gênero – fosse propriedade do grupo e da camada social em questão, pois, afinal de contas, é consensual e patente a existência dessa prática entre as mais diversas camadas sociais e grupos do ordenamento social⁶². Todavia, o que se faz notável e, portanto, objeto dessa análise para fins de problematizações e entendimentos (ou não) é a alta incidência da violência de gênero entre a população pobre, de modo que, ainda que se observe a

⁶¹ Ante a impossibilidade de demonstrar, estatisticamente, a informação que se absorveu empiricamente, vale conferir: CRUZ, Elaine Patrícia. **Autores de violência doméstica receberão cursos de reeducação familiar em SP**. Agência Brasil. São Paulo. 29 set. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/autores-de-violencia-domestica-receberao-cursos-de-reeducacao-familiar-em-sp>. Acesso em: 05 abr. 2019.

⁶² CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio:** mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

adoção dessa violência onde quer que o sujeito humano esteja, é necessário entender por que e como ela se assenhora com latência em determinado grupo social, embora, adianta-se que, no decorrer desse estudo, essa noção será mais e melhor ampliada, uma vez que nenhuma defesa é suficiente e única para pensar a criminalidade e a violência de gênero.

Uma vez, então, atingido o propósito deste subcapítulo ao se debruçar por questões de caráter mais sociológico no fenômeno da violência de gênero, analisando as consequências daquilo que foi abordado no início dessa discussão, momento no qual se detalharam as condições do plano de fundamento e ordenação da cidade de Ribeirão Preto, esse trabalho propõe um olhar sobre o processo de criminalização simbólica sobre esse grupo social.

Nas próximas páginas será melhor discutida a questão da ecologia do medo, sempre retomando a segregação, a desorganização social e a anomia enquanto fomentadoras da delinquência, observado o fenômeno do etiquetamento e da subcultura na ligação que se estabelece entre ricos e pobres, entre aqueles que se servem do Estado e aqueles que por ele são instrumentalizados.

Mas, rapidamente, é importante dizer que, ao se referir à instrumentalização, jamais e de modo algum se toma o sujeito como inativo aos comandos institucionais, afinal, simpatizante do que propõe Foucault, há de se considerar que as relações de forças são sempre tensas e que, do outro lado, encontram-se resistências⁶³, entendidas e percebidas, nesse trabalho, nas táticas encontradas pelos autores da violência de gênero, como se demonstrará.

1.2 Medo na Cidade: a criminalização simbólica

"Tenho medo. Medo de ti, sem te conhecer,
Medo só de te sentir, encravada
Favela, erispela, mal-do-monte
Na coxa flava do Rio de Janeiro.
Medo: não de tua lâmina nem de teu revólver
Nem de tua manha nem de teu olhar.
Medo de que sintas como sou culpado
E culpado somos de pouca ou nenhuma irmandade.
Custa ser irmão
Custa abandonar nossos privilégios
E traçar a planta

⁶³ FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2014.

Da justa igualdade
Somos desiguais
E queremos ser sempre desiguais.
E queremos ser bonzinhos benévolos Comediante
Sociologicamente
Mui bem comportados”

(Favelário Nacional – Carlos Drummond de Andrade)

A história da humanidade jamais constituiu um sistema unificado de compreensão. Toda reflexão, símbolos e práticas que atravessam e compõem os sujeitos enraízam-se em um mundo de representações ansioso por se fazer permanecer; afinal de contas, é no terreno das representações que a mentalidade encontra o seu lugar e, como processo de mais difícil contração, não seria no seio das representações que a condição humana tornar-se-ia diversamente singular e transitória. Espécie de poder normativo, que se funda na manipulação dos recursos simbólicos, entende-se que na e das representações surge o que Foucault denominou “regime de verdades”, que, por sua vez, tem por propósito fazer sucumbir o sujeito a instâncias de normalização destinadas, evidentemente, a excluir.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro⁶⁴.

Assim, ainda que ausente uma lógica em sua origem, a história da humanidade vem mostrar que o apropriado/correto é, sobretudo, uma inclinação aos efeitos de poder, e que o sujeito nada mais é do que uma produção historicamente determinada sobre o qual, portanto, fazendo uma analogia com a proposta ricoeuriana ao se lançar sobre a noção de “mundo do texto” e “mundo do leitor”⁶⁵, se operará uma construção de sentidos, variando segundo o tempo, o espaço e as

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 12.

⁶⁵ RICOEUR, Paul. O mundo do texto e o mundo do leitor. In: RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997. p. 273-314.

proposições subjetivas de quem o ‘lê’. Isso posto, ao se pensar no grupo objeto dessa análise, não seria diferente a conjuntura a ser observada.

Desde o início deste trabalho, destacaram-se processos interventivos que, consciente ou inconscientemente, posicionam de forma física, abstrata e simbolicamente tais indivíduos às margens do acesso urbano e das possibilidades do espaço central. Atentou-se, também, para as condições territoriais condicionadoras do sujeito e determinantes na construção de uma “região moral” quase que indeclinável àqueles que a ela estão submetidos e, por conseguinte, instrumentos da “alma coletiva”, como já exposto em páginas anteriores.

Nesse raciocínio, pontuou-se não ser propriedade dos pobres tais conceitos, mas que são noções importantes para se pensar a constituição do sujeito de modo mais plural e, portanto, compreender práticas inseridas no campo da violência, em particular, a violência de gênero, deixando-se, naquele momento, a interrogação de que, embora a concepção de “região moral” e “alma coletiva” subsista no tempo e no espaço, agregando a todos em maior ou menor proporção, por que tais proposições assenhoram-se dos sujeitos associados às camadas populares?

A resposta para esse questionamento, evidentemente, subsidiou-se na constatação do ininterrupto estado de violência a que são obrigados a compartilhar, direta ou indiretamente, e que, embora generalizado no ordenamento social (a violência), faz-se ímpar nos perímetros da população privada do abastecimento estatal – a começar pelo trato dispensado pelo Estado aos “sujeitos marginais”. Falta, neste sentido, acesso à educação, à saúde, à cultura, à diversão e tantas outras coisas importantes ditas civilizatórias.

E, é claro, como discutido, são esses elementos essenciais à qualidade do sujeito, sem os quais os homens, enquanto autores da violência de gênero, e em um diálogo constante com os imperativos da virilidade, adentram em um complexo refluxo de sua condição aos limites da vida doméstica, do lar e sobre suas esposas, quando não sobre os filhos. Tudo isso, evidentemente, como reflexão que se trará em parágrafos futuros em uma escalada ajuizada pela “síndrome do pequeno poder”.

Dessa forma, fazem-se esses homens, impelidos pela rarefação do que é substancial e legitimados pela ordem e o poder do macho, insubmissos às ausências que uma vida pode fixar, incapazes de resoluções mais harmoniosas, priorizando, assim, a violência (a violência de gênero) que a eles é reservada como instrumento

de recomposição dos níveis de poder ou, no mínimo, de manutenção do estado das coisas ao nível em que elas estão.

Exposto isso, a partir daqui levar-se-á em consideração os aspectos já discutidos, considerados impulsionadores da violência de gênero, e abrir-se-á as portas de análise para um enfoque de natureza mais simbólica, que, em conjunto com as condições e implicações políticas, econômicas, sociais e territoriais, é entendida como cortina que matiza os sujeitos objetos dessa discussão, bem como o território a eles destinados, e sobre eles perfazem inúmeras disciplinas justificadas pela expressão mais profunda da perspectiva simbólica: o medo do outro.

Em tais circunstâncias, servem-se os poderosos do uso da instituição que, desde seu nascedouro, tem a função de policiar, ou seja, a instituição Policial, sobretudo a instituição Policial Militar. Sobre essa questão, a pesquisadora Denise Jodelet afirmou que “os estereótipos de deslegitimização visam a excluir moralmente um grupo do campo de normas e de valores aceitáveis, por uma desumanização que autoriza a expressão do desprezo e do medo e justifica as violências e penas que lhe infligimos”⁶⁶.

Circunstância que, manifestadamente, converte-se em uma instância viciosa de duas faces: a primeira delas é o estabelecimento de mais violência em um território já atravessado pelo que é mais precário; e a segunda – essa em razão da primeira –, é a produção, real, e avultada pelo simbólico, de sujeitos, em especial, homens, que recorrem a essa mesma violência como hábito e esteio de sua existência, condição que funciona como subsídio regressivo à necessidade de policiar. Dentro dessa lógica, não seria diferente a correlação que se estabelece entre a violência existente/real e a violência registrada/revelada⁶⁷, em cujas pontas de seu protagonismo se posicionam, em maior número, a Polícia e os pobres – como é possível perceber através dos números de registros policiais aqui apresentados.

⁶⁶ JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWA, B (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 53-66 p. 64.

⁶⁷ Ao se falar em violência real e violência revelada, é importante trazer a esse estudo que, no meio dos fatos (ocorridos e reportados), há aqueles conhecidos como “criminalidade oculta”, isto é, o número de delitos ocorridos, mas que não são noticiados ao Estado/à polícia e que, portanto, não são elucidados. Entre os crimes “ocultos” destacam-se a violência de gênero e os crimes patrimoniais de pequeno valor. Cf. PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

Dessa forma, atentando para o fato de que, apesar de estarem expostos a um cenário de contínua violência condicionante de práticas ramificadas, como é o caso da violência de gênero, exigindo, consequentemente, a ação do Estado figurado na instituição policial (civil e militar) que, precedentemente, já se faz presente nas mais diversas formas de atuações, sem ser requisitada, mas na qualidade de instrumento de vigilância, sugere-se que, retomando os aspectos da representação proposta por Chartier, muito do que se fala ou do que se veicula sobre o grupo em questão, exame que talvez possa ser aproveitado de modo mais plural, é produto de uma “ecologia do medo” que se sustenta em representações, as quais, convertidas para o campo criminológico, tomam corpo na teoria denominada “*Labelling approach*”, que

contempla o crime como mero subproduto do controle social. Para ela o indivíduo se converte em delinquente não por que tenha realizado uma conduta negativa, senão por que determinadas instituições sociais etiquetaram-lhe como tal, tendo ele assumido referido status de delinquente que as instituições do controle social distribuem de forma seletiva e discriminatória. Por isso, a teoria do labbeling approach não é uma teoria da criminalidade, senão da criminalização⁶⁸.

A partir dessa citação acima, reconhece-se que a violência em si, apesar de registrada/constatada, sobrevive mais na esfera do imaginário que, ao se apoderar e instrumentalizar as representações, recria em determinado local as disposições do que se entende por crime – em um conjunto de “infrapenalidades”⁶⁹ – e, ao mesmo tempo, eleva, naquele ambiente, a presença estatal na figura da polícia. Sem dúvida, essas representações, ainda que resumidas e abstratas, são satisfatórias para consentir com as intervenções que buscam a “eficácia”.

Assim, quando se discute a violência de gênero no interior dos grupos populares, é indispensável pensar que, previamente, tais práticas passam, como produto, pelas intervenções de natureza simbólica dos sujeitos que ocupam espaços de autoridade social, econômica e política, atormentados muito mais pelos sentidos trazidos através da presença daquilo que está fora do seu estrato, do que interessados, de fato, em uma sistemática prevenção da criminalidade em sua

⁶⁸ MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia:** introdução a seus fundamentos teóricos: Introdução às bases criminológicas da Lei 9099/95, lei dos juizados especiais criminais. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 300.

⁶⁹ A noção de infrapenalidades é apresentada por Foucault no livro “Vigiar e Punir”, cujas considerações serão melhor explicadas no capítulo dois desta tese.

acepção absoluta. É, nesse sentido, a evidência do domínio pelo terreno, conforme discussão já realizada, e a posse pelos símbolos. Nessa situação, a partir de uma analogia feita sobre as constatações de Raffestin ao analisar a língua e as relações de poder, visualiza-se uma relação na qual se reconhece a existência de uma

tensão constante entre a organização central que distribui mensagens "oficiais" e as organizações periféricas, que tentam emitir mensagens específicas. E por tanto uma relação dissimétrica, pois o modelo oficial procura desestruturar os modelos particulares, que quase sempre constituem, na ótica da organização central, uma contracultura que se opõe à ideologia do homogêneo. Uma hierarquia se institui entre a organização central e as organizações periféricas: o campo do poder restringe progressivamente o espaço das organizações periféricas⁷⁰.

Para pensar no que foi exposto nos parágrafos anteriores, recorre-se a uma determinada orientação criminológica oriunda da teoria denominada “teoria crítica”, no caso, a “Criminologia crítica”, também conhecida como “Criminologia radical” ou “Nova Criminologia”, a qual sustenta uma crítica das leis enquanto instrumentos das camadas dominantes, argumentando ser o sistema legal um administrador da criminalidade, haja vista estar voltado para os menos favorecidos como principal clientela em detrimento de uma ação abrangente que inclua, igualmente, o crime dos poderosos. Portanto, segundo essa linha, há, na verdade, uma “justiça de classe” que colabora para os processos de estigmatização/rotulamento dos desprivilegiados, cuja ocorrência é entendida como recurso à tentativa de impor o medo sobre a população marginalizada, pautado no propósito de delas obter a ordem e, por fim, a estabilidade das relações e a produtividade.

Uma das hipóteses da criminologia mais tradicional é que as pessoas são rotuladas criminosas porque seu comportamento foi além dos limites de tolerância da consciência da comunidade. Para os radicais, as pessoas são rotuladas criminosas porque, assim as definindo, serve-se aos interesses da classe dominante. Estes afirmam que as pessoas das classes mais baixas são rotuladas criminosas e as da burguesia não, porque o controle da burguesia sobre os meios de produção lhes dá o controle do Estado, assim como da aplicação da lei. Aqueles, ao contrário, sustentam que as pessoas das classes mais baixas são mais propensas a ser presas porque cometem mais crimes (Grifos nossos)⁷¹.

⁷⁰ RAFFESTIN, Claude. Op. cit., p. 110.

⁷¹ SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 333.

Na perspectiva de Max Weber, “a lei existe quando há uma probabilidade de que a ordem seja mantida por um quadro específico de homens que usarão a força física ou psíquica com a intenção de obter conformidade com a ordem, ou de impor sanções pela sua violação”⁷². Exposto isso, entende-se, primeiramente, em concordância com as lições trazidas por Weber, que a ordem social obedece a certos princípios atravessados pela distribuição de poder, e que poder é percebido como “a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação”⁷³. Segundo essa linha de raciocínio, verifica-se que, no caso, o uso da instituição policial, entre outras, serve aos interesses dos privilegiados como dispositivo de disciplina e sanção aos sujeitos desprovidos dos instrumentos sociais e políticos necessários à condição de autoridade.

Desse modo, ao se falar da criminalidade, deve-se atentar para o fato de que sua existência passa por determinado partido, isto é, não se abstém da parcialidade, mas dela se orienta. Logo, não seria difícil, ao se voltar para os registros policiais de violência de gênero e/ou, ousa-se dizer, que de qualquer outra natureza, encontrar-se-á ali maior número de vítimas e autores associados às camadas populares.

Isso ocorre, pois, embora absorvidos pelas conjunturas aqui já debatidas, como “região moral” e “alma coletiva”, também são eles objetos da desigual atenção estatal que, na contramão das suas necessidades, mostra-se efetiva enquanto aparato de controle e instrumento da “norma” – discussão que será mais e melhor pormenorizada no capítulo dois e, posteriormente, retomada para problematizar os efeitos dessa acentuada exposição na violência de gênero e seus tipos penais⁷⁴.

Além disso, como bem observado pela historiadora Mônica Diniz em um artigo no qual relata as tensões e o controle nas ruas de São Paulo ao término do século XIX, a ação policial sobre a população carente, alicerçada em critérios diferenciados de cidadania, é atravessada pela produção de uma visão de mundo e

⁷² WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: GERTH, Hans; MILLS, Wrigth (orgs.). **Max Weber - Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 211-228.

⁷³ Ibid., p. 211.

⁷⁴ Tipo penal é a descrição abstrata de um fato ilícito em uma norma penal cuja conduta implica a existência de uma pena.

de ordem comprometida com seus lugares sociais⁷⁵. Isso posto, constitui-se razoável, sob a perspectiva do lugar social, a manutenção dos estigmas sobrepostos aos pobres, bem como a intenção de submetê-los – em se tratando dos ricos. O grande enigma dessa relação conflituosa, no entanto, paira na indiscutível percepção de que são os policiais, em uma espécie de força biônica dos privilegiados, de modo geral, produto dos limites senão dos arredores do local sobre o qual desejam comprometer.

Em um contexto não muito diferente, embora retome o século XIX e suas contradições, a pesquisadora Maria Stella M. Bresciani, ao se voltar para as representações dos núcleos urbanos e a formação de uma cultura sobre a pobreza, que incitaram diversas práticas disciplinadoras em desfavor das camadas populares e que, em se tratando do olhar analítico que se constituía sobre o trabalhador e, portanto, tecendo críticas aos métodos ao assumir a existência de um olhar separado do narrador e da cena que observa, de modo que pela exterioridade das pessoas sentia-se, o escritor, capaz de falar sobre os anseios e as preocupações de seu objeto, transformando-o em uma categoria analítica, e a forma de conhecimento composta pelo mecanicismo, afirmou que nessa conjuntura há

por um lado, um sujeito reduzido a mera exterioridade e amparado por um quadro conceitual de outro, o objeto, seres sem individualidade, espécimes de uma classe, reconhecíveis por suas características extrínsecas. O olhar armado implica a mediação do conceito que permite desmembrar, a exemplo da dissecação anatômica, a figura acabada. Mera operação reflexiva que começa e acaba no mesmo lugar. Dos dois lados, temos homens reduzidos a autômatos, atados – mentes, corações e mãos – à concepção mecânica do mundo. Autômatos são os personagens literários e os trabalhadores ingleses que, esvaziados de conteúdo essencial (identidade), adquiriram a condição de massa e de classe; autômatos são também os analistas sociais que haviam perdido a posse do conhecimento introspectivo⁷⁶.

A partir da citação feita dos escritos da historiadora Bresciani, transpondo-a para a realidade brasileira aqui observada e o grupo social ribeirão pretano em questão, esta pesquisa acompanha a crítica feita pela autora à relação estabelecida

⁷⁵ DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de bem-viver tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). **Revista História & Perspectivas**, v. 26, n. 49, p. 175-217, jul./dez. 2013.

⁷⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, set. 1984/abr. 1985. p. 53-54.

entre aquele que “analisa” e aquele que se posta como “objeto”. Porém, aqui, os personagens literários e os trabalhadores transformam-se nos pobres fixados à zona norte da cidade, enquanto que os analistas sociais se convertem em policiais. Nessa perspectiva, seguindo a autora, um e outro fazem-se autômatos, cujas rédeas estão permanentemente presas às mãos daqueles que detêm o poder econômico e o poderio de exercer o controle da sociedade através das instâncias estatais.

Por esse motivo, propõe-se uma reflexão à ausência do conhecimento introspectivo dentro da instituição policial no que diz respeito ao trato das camadas populares, cujo resultado é a supressão gradativa do pobre reduzido à condição de massa e de classe com seus descreditos e estigmas, enquanto que ele mesmo – o policial – esvazia-se de suas próprias experiências, uma vez que são eles, não raro, fruto do local que pressionam a mudar, invocando, para tanto, consciente ou inconscientemente, termos e visões de mundo sobre e para o pobre que foram instrumentalizados pelo medo e pelo fascínio dos ricos aos limites da periferia urbana. Quadro que obriga a apropriação da indagação feita por Cynthia Andersen Sarti: “quem é o outro de quem? Afinal, quem são ‘uns’ e ‘outros’?”⁷⁷.

É evidente que esse sentimento de intolerância ou desaprovação sobre o outro é condição subsidiária para a prática de muitos atos condenatórios, cuja materialização só se faz possível a partir da imprescindível existência do poder de uma das partes. Nessa mesma linha, a historiadora Vera Lúcia Puga faz a seguinte afirmação: “a intolerância não pressupõe uma doutrina, ela está aquém de qualquer doutrina”⁷⁸. E, conforme apontou o pesquisador Ricoeur,

a intolerância tem sua origem em uma predisposição comum a todos os humanos, a de impor suas próprias crenças, suas próprias convicções, desde que disponham, ao mesmo tempo, do poder de impor e da crença na legitimidade desse poder. Dois componentes são necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do outro e o poder de impedir que esse outro leve sua vida como bem entenda. Mas essa propensão universal assume um aspecto histórico quando o poder de impedir é sustentado pela força

⁷⁷ SARTI, Cynthia. **A Família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994. 215 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 51. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/107_sarti_cynthia_termo.pdf. Acesso em: 14 nov. 2018.

⁷⁸ PUGA, Vera Lúcia. Violência de gênero / intolerância. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2019. p. 708-712. p. 717.

pública, a de um Estado, e a desaprovação assume a forma de uma condenação pública⁷⁹.

A ocorrência desse desvio de reconhecimento pelos agentes policiais, fomentadora da intolerância, pode ser compreendida a partir do conceito de alteridade trazido por Michèle Ansart-Dourlen, segundo o qual “o poder de negação do outro não se manifesta apenas pelas ameaças de violência física, mas por uma violência de natureza simbólica”⁸⁰. À vista disso, entende-se que a disposição de atuar sobre o outro, como se a visão negativa compulsória ao pobre fosse originária de suas próprias experiências enquanto policial, decorrentes de seu “lugar social”, é composta, na verdade, de referendos e da coordenação de quem possui as balizas do sistema, cujo atravessamento só ocorre ante a incapacidade – de certa forma institucionalizada – de perceber o outro como seu semelhante.

É evidente que a questão da alteridade se encontra presente na história da humanidade, sendo exposta, também, pela pesquisadora Mônica Diniz em seu artigo que retoma os tempos imperiais da trajetória brasileira. Segundo ela, “nesse período de intensa e contínua movimentações de pessoas, de discursos favoráveis à abolição, de entrada de imigrantes, percebemos no discurso das elites dominantes o medo da circulação de pessoas, o medo do ‘diferente’”⁸¹. E, da mesma forma que, no passado, usou-se da Polícia para impedir os “desvios” dos vários sujeitos que chegavam e intensificavam a vida paulistana, a realidade atual se mostra seguidora fiel das práticas imperiais, em um processo de estagnação processual no que tange às tarefas confiadas às instituições estatais e, em especial, às disciplinares.

Essa noção de estagnação sobre os processos de atuação estatal por meio do aparato policial e judiciário, é claro, propondo-se a uma sequência de imperativos estigmatizadores daquilo que é “diferente”, pode ser observado através de um outro viés: a morte civil. Assim, levando em conta que as taxativas negativas sobre os sujeitos já expostos a uma rotina de marginalização e abandono levam, de certa forma, à morte civil do sujeito e que, a previsão de morte civil encontrava-se

⁷⁹ RICOEUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (Org.). **A intolerância:** Foro internacional sobre intolerância, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997/Academia Universal das Culturas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 20-23. p. 20.

⁸⁰ ANSART-DOURLEN, Michèle. A noção de alteridade. In: NAXARA, Márcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepolh de (orgs.). **Figurações do outro na história.** Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 23-35. p. 28.

⁸¹ DINIZ, Mônica. Op. cit., p. 181.

presente a época das Ordenações Filipinas, conclui-se que, embora transfigurada, em pouco ou nada se alteraram os exercícios da atividade estatal⁸².

É óbvio, por outro lado, o abandono das práticas de suplício também encontradas no Código Philippino, a exemplo da barbárie que recaiu sobre Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, morto em 21 de abril de 1792. Ainda assim, tais modificações que deram fim às tormentas sobre o corpo, bem como explorou Michel Foucault no livro “Vigiar e Punir”, atravessou séculos para encontrar na seara do simbólico o corpo perfeito da morte, sendo que, em se tratando do pobre, o óbito se dá pela classe e é anterior – muito anterior – a eventual condenação do devido processo legal.

Sob outra perspectiva, deve-se compreender que essa fábrica do medo existente entre rico e pobre, operada pelo Estado através da Polícia e atravessada pela ausência de alteridade, é causa da segmentação de multidões. Assim, uma vez já assumido que a região de estudo em questão, bem como seus moradores, são produtos de processos da segregação não voluntária, por óbvio, então, envolto ao conceito de “gueto”, concorda-se com a posição defendida pelo professor Loïc Wacquant ao afirmar, por analogia, que gueto e prisão são instituições de confinamento forçado cuja população é captada da mesma camada social; porém, o que mais chama atenção na colocação do professor, de modo a subsidiar a proposição da “ecologia do medo” trazida por De Giorgi, é que:

o gueto é um modo de “prisão social”, enquanto a prisão funciona à maneira de um “gueto judiciário”. Todos os dois têm por missão confinar uma população estigmatizada de maneira a neutralizar a ameaça material e/ou simbólica que ela faz pesar sobre a sociedade da qual foi extirpada. É por essa razão que o gueto e a prisão tendem a desenvolver padrões relacionais e formas culturais que ostentam espantosas similaridades, merecedoras de um estudo sistemático em contextos históricos e nacionais diversos⁸³.

Portadores, portanto, de um capital simbólico negativo e, aderindo a noção weberiana de que as distinções de classe e *status* estão relacionadas de diferentes formas, visualiza-se nos moradores dos bairros oriundos do Núcleo Colonial Antônio

⁸² BRASIL. Legislação. **Ordenações e leis do Reino de Portugal**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em: 02 jul. 2019.

⁸³ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. p. 108.

Prado, em Ribeirão Preto, o que Max Weber denominou de estimativa social negativa da honra/prestígio que, do outro lado, encontra nos grupos privilegiados o desejo do prestígio puramente dirigido para o poder.

Nesse contexto, embora as provocações do sociólogo tome por base as relações existentes entre as organizações políticas e as grandes comunidades, é possível trazê-la à conjuntura que aqui se observa e analisa, até mesmo porque é justamente em razão do desejo pelo prestígio, orientado para o poder, que se solidificam condutas sedentas do êxito sobre outras comunidades, em cujas ações, assim como expôs Weber na garantia da organização estamental, encontram-se restrições ao relacionamento social e, em cujas consequências, impera a neutralização simbólica e material do grupo sobre o qual faz pesar as ações dos dominantes⁸⁴.

É importante perceber que esse processo de estigmatização/rotulamento cria nos sujeitos o que Baumam denominou de “mixofobia”⁸⁵, e essa “paranoia mixofóbica” nutre a si mesmo em um círculo vicioso que carece da necessidade de se aumentar as doses de “proteção”, de modo a acentuar o isolamento espacial entre os sujeitos e, evidentemente, entre os grupos sociais. Assim, desconfiados e medrosos, mas, por outro lado, atentos à manutenção da “ordem”, são os privilegiados construtores de verdadeiras cápsulas defensivas que, cujo conceito, embora trazido por Bauman para observar a relação do sujeito com os automóveis, aqui pode ser pensado na edificação das casas e condomínios, os quais, através de seus muros altos, promovem fisicamente a devida segregação já sinalizada nos cenários imateriais das relações sociais⁸⁶.

E é interessante perceber que nessa relação viciosa da “paranoia mixofóbica”, que muito se assemelha à ideia da “ecologia do medo” aqui exposta, surge, então, o “capital do medo”, sobre o qual os meios de comunicação exercem grande serviço e que, consequentemente, leva à sensação do temor que, por sua vez, acarreta no isolamento, e assim segue a roda viciosa da insegurança. Sobre isso, Sílvia Leser de Mello fez a seguinte afirmação:

⁸⁴ WEBER, Max. Op. cit., 1974.

⁸⁵ Definida por Bauman em seu livro “Confiança e medo na cidade” como um medo de se misturar às pessoas, aos estranhos; seu efeito é o afastamento e isolamento dos sujeitos.

⁸⁶ BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., 2009.

no que diz respeito à violência, em especial a violência urbana, a mídia é parcial. Os meios de comunicação não se limitam a informar. Tomam partido, julgam e condenam. Ao assim fazerem, aprofundam o temor e a ignorância do público que deveriam informar, usando mensagens e códigos profundamente estereotipados. [...] Trata-se de caracterizar toda uma população como perigosa, indigna de confiança. Mas a arma usada é ainda a palavra, acrescida, agora, da imagem. Pois os programas televisivos são mais poderosos. As imagens da polícia perseguindo os "bandidos", como a matéria diária usada para alimentar o público, conseguem superar a violência com que se trata a violência. São clara e abertamente preconceituosos, grosseiros e, é claro, violentos⁸⁷.

Ainda segundo Mello, considerando ser a mídia um instrumento dotado de parcialidade, uma vez que é paga e tem dono, além da indispensável necessidade de atender as demandas de seus leitores e anunciantes, faz-se imprescindível considerar razoavelmente duvidoso seu conteúdo informativo, haja vista a questão da neutralidade e, como ela propôs, em razão de que a mídia se serve da presunção abstrata do homem médio, sobre o qual faz modificações e arredondamentos. Logo, observa-se uma batalha contra os pobres em detrimento de uma luta contra a violência.

Em consonância com a autora, Bauman, ao considerar a influência da mídia na produção do “capital do medo” provocadora de imensos lucros comerciais a partir da exploração deliberada sobre o receio do crime, problematizou a temática do crime como espetáculo, criador de um inimigo em comum e do ódio, em voz alta, em absoluta impunidade. Para ele,

se há uma coisa garantida para levar as pessoas às ruas hoje em dia, é o boato de que há um pedófilo por perto. A utilidade desses protestos é cada vez mais questionada. O que não perguntamos, no entanto, é se esses protestos têm efetivamente algo a ver com os pedófilos⁸⁸.

Sob o aspecto do medo e da criação do sujeito que se quer odiar, perpassado por estímulos constituidos dos conflitos de interesses e privilégios sociais, têm-se as seguintes afirmações, do historiador Boris Fausto, seguida do historiador Eduardo

⁸⁷ MELLO, Sylvia Leser de. Op. cit., p. 138-139.

⁸⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 17.

Martins, produzidas a partir de análises voltadas à constituição do “vadio”, segundo os pesquisadores:

a estigmatização de camadas sociais destituídas com o rótulo de vadio é um dado que percorre a História brasileira desde o período colonial, brevemente, lembro como a reduzida diversificação das atividades econômicas e a utilização em larga escala da mão-de-obra escrava na agricultura de exportação deixaram poucas possibilidades para os homens livres sem recursos⁸⁹.

as “teias discursivas” possibilitaram a emergência do “vadio” como um problema a partir da configuração de um campo de forças em conflito, ou seja, era necessário para o direito legal construir o indivíduo que se queria vigiado para posteriormente inseri-lo no modelo de nação que emergia⁹⁰.

É claro que essa instância do medo traz a necessidade da lei e da “ordem”, transformadas em argumentos categóricos de vendas; logo, “a exposição das ameaças à segurança pessoal é hoje um elemento determinante na guerra pelos índices de audiência dos meios de comunicação de massa”⁹¹. Contudo, na contramão do processo de isolamento e insegurança, cabe destacar o surgimento de comunidades “virtuais”, as quais, transitórias ou não, funcionam como laços artificiais daqueles que, em nome do medo e da diferença, procuram a identificação entre os “seus”.

Nesse horizonte de afirmações e observações, salientam-se as teorias de subculturas criminais cujo conceito, embora longe de ser pacífico, surgiu nos Estados Unidos, na década de 1950, observando os reflexos dos distintos códigos de valores que incidem sobre cada grupo ou subgrupo do ordenamento social⁹². Essa situação é entendida por Bauman como “comunidades guarda-roupa” que, atravessadas pela precariedade do compromisso necessário para que nelas se ingresse, só existem e sobrevivem uma vez que “quando a qualidade o deixa na mão ou não está disponível, você tende a procurar a redenção na quantidade”⁹³.

⁸⁹ FAUSTO, Boris. Controle social e criminalidade em São Paulo. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 193-210. p. 202-203.

⁹⁰ MARTINS, Eduardo. **Os pobres e os termos de bem viver**: novas formas de controle social no Império do Brasil. 2003. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2003. p. 13. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93133>. Acesso em: 27 jun. 2019.

⁹¹ BAUMAN, Zygmunt. Op. cit., p. 55.

⁹² MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. Op. cit., 2010.

⁹³ BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 37.

Distante de um conceito unitário acerca do que vem a ser subcultura e suas manifestações, essa teoria distingue-se em precisas tipologias em razão de sua forma de atuação e relação social, como é o caso das subculturas criminais, das subculturas conflitivas e das subculturas evasivas, sendo que, respectivamente, observa-se: na primeira, uma ação delitiva propriamente dita; na segunda, há uma reação de “recâmbio” ao anonimato do qual as pessoas menos privilegiadas são objeto, manifestando-se, por exemplo, em ações como os “rolezinhos”; e, por fim, na última, há os sujeitos pertencentes aos grupos de alta vulnerabilidade política e social haja vista a dependência das drogas – logo, fazem-se marginais da realidade e do controle diariamente imposto.

E o que tais disposições tipológicas têm a ver com a violência de gênero? Tudo! Em se tratando da subcultura criminal e considerando a violência de gênero uma espécie de criminalidade, faz-se notável a triade fundamental que determina a subcultura criminal, isto é, a existência da malícia, da negatividade da ação e sua não utilidade, portanto, ao autor da violência de gênero, na qualidade de um autor criminal, dá-se o uso de efetivos parâmetros que põem em risco bens jurídicos por motivações que não superam sua própria existência e as autojustificativas que lhe são determinantes. Há aí uma malícia em sua conduta atravessada pela intenção de trazer prejuízos a terceiro, há a negatividade de seus atos voltados ao que é ruim e ao detimento de outro e, é claro, há a abstenção de qualquer utilidade em suas ações que não seja o exercício do macho.

Tais processos, é claro, mantêm interações claras com a fixação de um determinado lugar ao qual eles são compulsoriamente destinados a pertencer – sempre sobre a mira da ameaça e da violência, ou dos dois. Nesse cenário, instrumentalizador de uma “subsociedade marginal” resta aos seus “exilados” aquilo que lhe é mais sólido, isto é, a união (des)compensada entre os seus, em cuja língua dominante impera a ausência do diálogo e o regresso da violência aos que lhe são mais próximos. Assim, embora o foco de atenção desta pesquisa seja a violência de gênero, não há como problematizá-la distante do nicho das demais formas de criminalidade.

Finalmente, encerrada essa parte analítica, esse trabalho reclama ao Estado o bastião da exiguidade e da assiduidade em uma verdadeira amalgama dividida apenas pelos interesses, em cujo alvo se materializa o prazer distante daquele que, da televisão, observa seu poder permeando o que não é pacífico, o que decai em

valor e que, em última instância, lhe pertence a vida. Enfim, tudo se resume ao medo do pobre – quem mantém a ordem, cria a desordem. Essa é a reflexão balizadora do segundo capítulo, cujo olhar pairará sobre o Estado, operacionalizado através da Polícia, e as sequelas da lei nesse universo de longos paradoxos.

CAPÍTULO 2

O PARADOXO DO PANÓPTICO

Hino de Duran

Se tu falas muitas palavras sutis
E gostas de senhas, sussurros, ardis
A lei tem ouvidos pra te delatar
Nas pedras do teu próprio lar
Se trazes no bolso a contravenção
Muambas, baganas e nem um tostão
A lei te vigia, bandido infeliz
Com seus olhos de raio-x
Se vives nas sombras, frequentas porões
Se tramas assaltos ou revoluções
A lei te procura amanhã de manhã
Com seu faro de dobermann
E se definitivamente a sociedade só te tem
Desprezo e horror
E mesmo nas galeras és nocivo
És um estorvo, és um tumor
A lei fecha o livro, te pregam na cruz
Depois chamam os urubus
Se pensas que burlas as normas penais
Insuflas, agitas e gritas demais
A lei logo vai te abraçar, infrator
Com seus braços de estivador
Se pensas que pensas (etc)

Chico Buarque/1979

O Estado não atua no combate à violência de gênero, mas, sim, opera em defesa dos interesses dos poderosos orientados pela “ecologia do medo” – discussão já firmada no capítulo anterior –, alimentada por uma mídia sensacionalista e por um sistema de controle economicamente vantajoso cuja

atenção está voltada para a disciplina e o encarceramento dos sujeitos pertencentes à “classe não produtiva”⁹⁴, seguida de uma ação penalista superior à sua intrínseca capacidade, figurando como grande solução a partir da qual é preciso penalizar e criar leis

como se o Direito Penal trouxesse em si uma fórmula mágica e a criação de um tipo penal fosse, ingenuamente, a solução de todos os males sociais. Todavia, a tipificação penal de certas condutas aparece como uma forma de remendo para os problemas arraigados na sociedade⁹⁵.

Ante o exposto, não resta outra alternativa que não seja concluir que a atuação estatal está fora de sua razão de existir, agindo a favor da vigilância e da repressão das condutas indesejáveis em detrimento do cuidado com o crime, e que dirá, então, de ações singulares que cuidem, em vez de administrar, das mazelas trazidas pelas infrações em razão do gênero.

Quanto a isso, destaca-se uma breve, porém imprescindível, observação feita pela pesquisadora Marília Montenegro ao dizer que “o tratamento dado pelo direito à desigualdade feminina é, sem sombra de dúvidas, o de assegurá-la”⁹⁶. Logo, o Direito Penal, especificando a abordagem nas questões voltadas para a violência de gênero, revela-se muito menos um preceito normativo, e muito mais o sustentáculo das assimetrias.

Subsidiando essa alegação, toma-se emprestada a observação feita por Maria Stella Bresciani, a qual atentou que, no processo de desinteresse da burguesia inglesa pela situação operária daquele país, intencionados em não enxergar a “criatura monstruosa que ela própria fabricara”⁹⁷, optou por pagar para que outros cuidassem desse “problema” social, bem como o mantivesse afastado dos limites pelos quais transitavam os sujeitos possuidores das riquezas daquela sociedade industrializada. Era de suma importância erradicar do pobre as ideias erradas, os costumes imorais e a má disposição vinculada aos termos de uma sociedade civilizada. Em outro trecho, trouxe que a burguesia inglesa permanecia

⁹⁴ CHRISTIE, Nils. Op. cit., 1998.

⁹⁵ MONTENEGRO, Marilia. **Lei Maria da Penha:** uma análise criminológico-crítica. Rio de Janeiro: Revan, 2016, p. 181.

⁹⁶ MONTENEGRO, Marilia. Op. cit., p. 35.

⁹⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Op. cit., p. 59.

reclusa em seus estojos, mesmo em tempos de distúrbios políticos, assustada perante a presença violenta de pessoas que só conhecia através de relatórios parlamentares, dos panfletos e romances, da imprensa periódica e dos relatos dos exploradores sociais. Daí a importância que os intermediários assumem para a intenção da burguesia de *domesticar* o homem pobre⁹⁸.

Depreende-se desse exame feito por Maria Stella Bresciani a constatação de que há um medo e um fascínio advindos da burguesia, cujas consequências são atividades orientadas à exploração dos homens pobres que, “considerados equivalentes aos povos selvagens, e seus bairros definidos como terra incógnita”⁹⁹, situam-se como mercadoria do laboratório de correção das condutas impróprias, instrumentalizadora de um cotidiano permanentemente vigiado. Situação semelhante foi descrita por Foucault quando da análise das ordens de internatos em uma instituição para “loucos” na França; segundo ele:

foi necessário, antes de mais, um jogo de circunstâncias que, contra tudo o que seria de esperar, atraíram sobre o mais obscuro indivíduo, sobre a sua vida medíocre, sobre delitos afinal bastante ordinários, o olhar do poder e o estrépito da sua cólera: eventualmente que fez com que a vigilância dos responsáveis ou das instituições, sem dúvida destinadas a suprir toda a desordem, captasse isto em vez daquilo¹⁰⁰.

Nessa esteira de pensamentos é possível reconhecer, portanto, que, de modo geral, a preocupação da sociedade não está para os problemas decorrentes de “níchos” sociais, mas ele se constitui e se constrói em razão e sobre a vertente do capital. A história da humanidade é uma história de conflitos de interesses – econômicos – e, como tal, versa sobre o medo que atinge o patrimônio, bem como as derivações e as fronteiras do gargalo elitizado. Além disso, é claro, trata-se de uma história da diversidade e do medo do “diferente” que, em cima disso, converte os problemas sociais em problemas penais, até mesmo porque “os aparatos policiais e prisional, por mais insuficientes que possam parecer, já estão prontos para agir”¹⁰¹.

Assim, não seria diferente, no que diz respeito à criminalidade, que a atenção dos poderosos não estivesse, de fato, para o cotidiano e a realidade criminal, quem

⁹⁸ Ibid., p. 64.

⁹⁹ Ibid., p. 60.

¹⁰⁰ FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. p. 89-128. p. 102.

¹⁰¹ MONTENEGRO, Marilia. Op. cit, p. 117.

dirá para as especificidades do universo infracional – com destaque, aqui, para os crimes relacionados à questão de gênero. O que ocorre, como já demonstrado no capítulo anterior, é uma intenção instrumentária decorrente do medo daquilo que lhe é diferente, estigmatizado na condição de massa e de classe.

O criminoso é aquele que danifica, perturba a sociedade. O criminoso é o inimigo social. [...] é aquele que rompeu o pacto social. Há identidade entre o crime e a ruptura do pacto social. O criminoso é um inimigo interno. Esta ideia do criminoso como inimigo interno, como indivíduo que no interior da sociedade rompeu o pacto que havia teoricamente estabelecido, é uma definição nova e capital na história da teoria do crime e da penalidade¹⁰².

Não é à toa, deslocando a crítica para a questão de gênero, que ela, *per si*, quando alvo de debates públicos, destaca-se enquanto objeto de litígio das demandas capitais em detrimento da condição de matéria culturalista. Sobre isso, a pesquisadora Nancy Fraser, oferecendo percepções que vão além das questões de gênero, além do campo da sexualidade, do trabalho doméstico, do corpo e/ou da violência contra as mulheres, afirmou que:

os ideais feministas de igualdade de gênero, tão controversos nas décadas anteriores, agora se acomodam diretamente no *mainstream* social; por outro lado, eles ainda têm que ser compreendidos na prática. Assim, as críticas feministas de, por exemplo, assédio sexual, tráfico sexual e desigualdade salarial, que pareciam revolucionárias não faz muito tempo, são princípios amplamente apoiados hoje; contudo esta mudança drástica de comportamento no nível das atitudes não tem de forma alguma eliminado essas práticas. E, assim, frequentemente se argumenta: a segunda onda do feminismo tem provocado uma notável revolução cultural, mas a vasta mudança nas *mentalités* (contudo) não tem se transformado em mudança estrutural, institucional¹⁰³.

Seguindo o raciocínio de tais pressupostos, não fica difícil compactuar das alegações oferecidas por Nancy Fraser e, em um movimento de inúmeras reconsiderações analíticas, explorar possibilidades que se afastam do olhar

¹⁰² FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2002. p. 81.

¹⁰³ FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Trad. Anselmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009. p. 13. [Versão original: “Feminism, Capitalism and the Cunning of History”. **New Left Review**, n. 56, p. 97-117, 2009]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505/3782>. Acesso em: 25 out. 2018.

“superficial” voltado às discussões de gênero e da condição das mulheres em sociedade. É a partir da autora que se traz à tona processos de ressignificações dos ideais feministas em contextos econômicos do universo capitalista. Ainda segundo ela, portanto, “o sonho de emancipação das mulheres está subordinado à máquina de acúmulo capitalista”¹⁰⁴, e “o capitalismo desorganizado vende gato por lebre ao elaborar uma narrativa do avanço feminino e de justiça de gênero”¹⁰⁵.

Exposto isso, é possível repensar as reais tensões provocadoras das crises de gênero de maneira que tais dinâmicas se afunilam em projeções motoras da ordem social, com relevante destaque ao aspecto econômico. Tudo, evidentemente, pensado e ordenado por interesses masculinos, como verdadeiros atravessadores e pilares da política domesticadora e de exploração do feminino e, consequentemente, das mulheres. Visto como inimigo principal, a pesquisadora Christine Delphy intitulou tal conjuntura, com singularidade às apropriações da força de trabalho das mulheres, de “economia política do patriarcado”¹⁰⁶.

Logo, além de cotidianamente sequestradas pelos ditames do masculino, são elas e suas conquistas usurpadas em infinitas esferas da estrutura social balizadas pela utilidade econômica. Em razão disso, deduz-se que a violência de gênero se posta sob duas frentes de instruções de forças, as quais não resistem a ideia de atuar sobre esse círculo de criminalidade orientadas muito mais pelas eventuais possibilidades disciplinares – e capitais –, do que em razão de suas extensivas mazelas sociais. A violência de gênero faz-se, então, de um lado, subproduto dos proveitos que direcionam os condicionamentos dos sujeitos marginais – como se problematizará mais adiante – e, de outro, por si mesmo, fato a ser apropriado e ressignificado conforme disposições e conveniências políticas, econômicas e sociais. E, assim, “o Estado assiste de camarote e diz: batam-se que eu não tenho nada com isto”¹⁰⁷.

Feitas essas considerações preliminares, reafirma-se, então, como proposta de discussão dessa primeira parte deste segundo capítulo, que a atenção do Estado não está para a violência de gênero, mas para as condutas/desvios dos sujeitos,

¹⁰⁴ FRASER, Nancy. Op. cit., p. 26.

¹⁰⁵ Ibid., p. 25.

¹⁰⁶ DELPHY, Christine. O inimigo principal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-119, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/52637187.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

¹⁰⁷ STRECK, Lênio Luiz. Criminologia e Feminismo. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 81-104. p. 94.

cujo combate se faz através da determinação de micropenalidades (como se verá mais adiante sob adoção das teorias foucaultianas). Há, aí, uma clara noção do “selvagem”, do qual se recolhe o agressor/autor da violência doméstica como espécie do gênero que se procura (os “desviados da lei”).

A noção de “selvagem”, já trazida em parágrafos anteriores nas palavras de Bresciani, também foi captada pela historiadora Mônica Diniz ao analisar uma modalidade de documento processual intitulado “termo de bem viver”. Esse termo foi utilizado pela Polícia do Estado de São Paulo, haja vista considerações trazidas pelo Código Criminal de 1830, sobre condutas sociais tidas como ações que perturbassem a tranquilidade pública, ou seja, atos julgados como “fora dos padrões” definidos pelas autoridades que, ao serem considerados impróprios, eram levados até às Delegacias de Polícia para lá serem admoestados de suas condutas e, em caso de reincidência, seriam punidos com pena e, se necessário, levados às casas de correção.

Segundo Diniz, pelo fato de estar atrelado aos processos de modernidade que definiam novos paradigmas posturais e anseios sobre a população, os Termos de Bem Viver se subsidiaram de teorias advindas das postulações trazidas pelas teorias positivistas e evolucionistas elaboradas em fins do século XIX e início do século XX, em especial no reduto europeu, as quais promoviam e defendiam a hierarquização dos indivíduos, estabelecendo novas estratégias de controle social. Portanto, segundo ela, “o que existe não é o fato criminal em si, ou ao menos não só ele, mas um julgamento criminal que o funda e um discurso criminal que o fundamenta”¹⁰⁸.

Ainda que o contexto atual seja o século XXI, o que se observa é que a promoção da reforma dos costumes é a baliza que orienta o trato do Estado ao se dirigir às populações carentes, e que tal interesse percorre a história brasileira de modo que sua atuação se sustenta na necessidade do controle dos sujeitos “indesejáveis”. Dessa forma, o convite ao controle das “classes perigosas” faz do agressor, “por tabela”, matéria prima da incidência penal daquilo que se reconhece como “socialmente perigoso”: a vadiagem, o álcool, a sujeira, a indisciplina. Essas são premissas tomadas como guias da atuação/presença do Estado que, ao tentar disciplinar o corpo, também impõem o caos em um cenário já violado e

¹⁰⁸ DINIZ, Mônica. Op. cit., p. 185.

instrumentalizado pela violência, pelo abandono e pela precária presença das lições de conduta enquanto processo civilizador que,

apoiadas em sanções sociais reproduziram-se no indivíduo como formas de autocontrole. A pressão para restringir seus impulsos e a vergonha sociogenética que os cerca – estes são transformados tão completamente em hábitos que não podemos resistir a eles mesmos quando estamos sozinhos na esfera privada. Impulsos que prometem e tabus e proibições que negam prazeres, sentimentos socialmente gerados de vergonha e repugnância, entram em luta no interior do indivíduo. [...] Mas, como quer que seja expresso, o código social de conduta grava-se de tal forma no ser humano, desta ou daquela forma, que se torna elemento constituinte do indivíduo¹⁰⁹.

Nessa conjuntura, portanto, aplicam-se dois cenários interligados por linhas tênues de poder: de um lado, o Estado com sua “indiscutível” legitimidade do controle e disciplina, cujos atos se materializam em instrumentos daqueles que detêm a prerrogativa da autoridade social, política e cultural, e, de outro lado, os sujeitos pertencentes às camadas populares, castigados diariamente pela ausência estatal que, evidentemente, os coloca às margens dos condicionamentos socioculturais e das oportunidades que cercam a própria existência em um verdadeiro desrespeito ao que é elementar a qualquer indivíduo.

Questão já trazida no seio das discussões do mestrado, há de se dizer que não se coaduna com a ideia do pobre “selvagem” como pilaster utilizada por ricos para encaixotá-los em infinitas rotinas de controle e distanciamento. Todavia, norteada pelos dados gerados no levantamento da pesquisa sobre os boletins de ocorrência da DDM de Ribeirão Preto (2007-2016), verificou-se que a maioria dos autores encontrava-se em profissões que, por óbvio, expõe a inexistência de outros processos relacionados aos códigos de conduta social então expostos na citação feita acima do autor Norbert Elias. Tanto é que, ao tempo do mestrado, já se concluiu que

em se tratando da lesão corporal, essa ocorre, majoritariamente, através do uso de uma faca, quando de violências perpetradas por homens desprivilegiados, especialmente quando conviventes com

¹⁰⁹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990. p. 189.

mulheres que ocupam posição social similar e, quando exercida por homens mais abastados, pelo uso das próprias mãos¹¹⁰.

À vista disso, percebe-se, primeiramente, como assertiva já enfrentada no capítulo anterior, que a maioria dos crimes de gênero está entre os sujeitos das camadas populares. Porém, a atuação estatal não se volta para essa criminalidade e, na verdade, nem para a criminalidade de fato, mas para a normativa de códigos de posturas haja vista a simbolização do “selvagem”, o qual deve ser administrado conforme interesses dos “poderosos”.

Reconhece-se, assim, sob a lógica foucaultiana, que também interpreta a necessidade de que o castigo seja público e que “o ideal seria que o condenado fosse considerado como uma espécie de propriedade rentável”¹¹¹, que o Estado está presente entre os pobres por questões outras que o combate às infrações, e que essas, por sua vez, fazem-se resultado do primeiro e prevalecente interesse normativo: o controle dos corpos. Por fim, o exercício estatal sobre o infortúnio da violência de gênero constitui-se sequela da segunda atuação que, por sua vez, pertence à primeira; ou seja, fazendo uso de balizas matemáticas, conclui-se que a ação estatal ocorre segundo o Imagem 3.

Imagen 3 – Representação gráfica da relação estabelecida entre Estado e grupos populares.



¹¹⁰ BORGES, Michelle Silva. Op. cit., p. 66.

¹¹¹ FOUCAULT. Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 105

A pesquisadora Claudia Fonseca, entendendo, também, esse cenário construtor de um grande bloco monolítico das camadas populares, sobre o qual recai um conjunto de valores das camadas dominantes, denominou “moralidade oficial” a “arma reserva” utilizada pelos privilegiados no combate às práticas dos pobres que, muito mais que simplesmente submetê-los ao freio das normas de conduta, acaba por estigmatizá-los¹¹².

É claro que o beneficiado disso tudo é o rico em uma espécie de privilégio de justiça. Ainda assim, essa atuação incessante, que exige do outro o respeito ao código social de condutas predeterminadas por quem baliza as estruturas estatais, acaba por atingir toda conjuntura dos grupos populares – mas, volta-se a dizer, não porque assim se quer, mas porque há, na verdade, uma escalada para baixo em um grande espiral de singularidades infracionais. Nesse raciocínio, tem-se a asserção feita por Foucault ao dizer que,

pelo lado do condenado, a pena é uma mecânica dos sinais, dos interesses e da duração. Mas o culpado é apenas um dos alvos do castigo. Este interessa principalmente aos outros: todos os culpados possíveis. Que esses sinais-obstáculos que são pouco a pouco gravados na representação do condenado circulem então rápida e largamente; que sejam aceitos e redistribuídos por todos; que formem o discurso que cada um faz a todo mundo e com o qual todos se próibem o crime – a boa moeda que, nos espíritos, toma o lugar do falso o proveito do crime¹¹³.

Isso posto, encerra-se, então, uma primeira convicção: a criminalidade, de modo geral, é produto da seletividade estatal intencionada em disciplinar, de modo que os mais radicais, a exemplo do sociólogo norueguês Nils Christie, chegam a afirmar que o crime não existe, sendo, portanto, resultado de construções culturais, cujo grande peso da direção está nas mãos dos poderosos que atribuem a certos atos a ilicitude imprescindível à manutenção da lacunar disposição entre aqueles considerados agentes criminosos e as “vítimas do sistema”¹¹⁴.

Assim, no que diz respeito, particularmente, à questão das altas taxas de criminalidade no seio dos grupos populares, assume-se o entendimento de que a violência de gênero está em todo lugar. No entanto, na contramão da majoritária

¹¹² FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 510-553

¹¹³ FOUCAULT. Michel. Op. cit., p. 104-105.

¹¹⁴ CHRISTIE, Nils. Op. cit., 1998.

noção social e produto acadêmico ser ela explicitada nas Delegacias de Polícia como propriedade do pobre, haja vista sua elementar condição de publicização de seus conflitos sem o menor pudor, transfere-se à ordem Estatal a prerrogativa dessa circunstância¹¹⁵. Logo, a violência de gênero está lá, na favela, no morro **E** entre os grupos dotados de notórios privilégios; todavia, é o Estado que “filtra” sua circulação e manifesto, de modo que sua alta encontra nas camadas populares seu principal espaço, uma vez que é lá (e não entre os ricos) que o grande monopolizador da “dominação legítima”, como se dispôs a discutir Weber¹¹⁶, se faz presente.

A inquietante problemática é que está lá por razões outras que não o de servir como principal recurso às mulheres. De qualquer modo, assim como o traficante que esconde a droga a uma distância segura de seu ponto de venda, tentando, com isso, desvincilar-se da propriedade/autoria, o agressor também encontra táticas para burlar os imperativos da norma estatal (discussão do terceiro capítulo). Aqui, por enquanto, uma vez assumido e delimitadas as razões que levam o Estado a determinados lugares, e como isso se espalha em diversas conjunturas infracionais até chegar no autor da violência de gênero, objetiva-se, por conseguinte, analisar, de modo mais circunstanciado, essas “operações” estatais nos grupos populares.

Antes de qualquer coisa, é bom lembrar que a violência de gênero advém de regimes culturais que “ditam”, para mais ou para menos, as ordenações do corpo, da conduta e, por fim, determinam os valores dos sujeitos em uma disposição quase que hierárquica na qual sucumbem as mulheres, relegadas às bases dessa pirâmide quantificada pelo cumprimento de “padrões de conduta”. A isso, Teresa de Lauretis denominou “tecnologias de gênero”, ou seja, institutos sociopolíticos e culturais instrumentalizadores dos sujeitos e das funções sociais que por eles devem ser exercidas em um verdadeiro sistema do “sexo-gênero”¹¹⁷.

Todavia, ausente a intenção de ignorar as “lições sagradas” relativas às discussões de gênero e violência, segundo as quais dá-se à cultura e ao aparato semiótico a construção dos gêneros e, de igual maneira, das pessoas, objetiva-se, neste capítulo, ampliar os limites dessa observação de modo que a projeção do

¹¹⁵ CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio:** mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

¹¹⁶ WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. (org.). **Weber:** sociologia. São Paulo: Ática, 1997. p. 128-141.

¹¹⁷ LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242

olhar analítico recaia sobre conjunturas de natureza mais sistêmica, balizadora não só do que diz respeito à violência de gênero em si e suas injunções, mas, com especial atenção, às produções do próprio sujeito e àquilo que se reconhece como indústria do controle da criminalidade.

Sob esse ângulo analítico, as problematizações aqui construídas flutuam acima das discussões culturais que instituem o “macho” e estabilizam desigualmente as relações de gênero, colocando-se, dessa forma, em cima de elementos categóricos que, aliados às observações culturais, criam raízes na Criminologia e no cerco às “minorias”, produzindo “segurança” e, igualmente, prescrevendo a própria criminalidade. Logo, mais uma vez, violência de gênero existe! E está aí o noticiário para, a todo instante, evocar suas práticas. Porém, quais são as condições elementares de sua constituição, além da impreverível doutrina cultural?

Não é necessário muito esforço para concluir que o epicentro da violência em geral – e, nesse quadro, dá-se especial atenção à violência de gênero – surge dos processos de desigualdades sociais disciplinadas por sujeitos privilegiados que se mantêm quase que onipresentes ao ambiente das discussões sobre violência a fim dela retirar o condicionamento/produtividade necessário(a) à realidade projetada, da qual se mantém a ordem através de imperativos estatais dos quais o exercício policial faz-se instrumento privilegiado de poder. Menos intenso que o difuso processo de criminalização, que faz dos pobres sua “receita básica”, a intenção de adestramento dos sujeitos mantém estreitos laços com a necessidade dos privilegiados de ditar quem serão os próximos condenados, em uma infinita condição baseada na exclusão e no isolamento dos indesejáveis.

Sobre isso, é sempre bom lembrar, antes, talvez, que as conjunturas atuais brasileiras releguem ao silêncio, das avaliações trazidas ainda na década de 1930 pelo escritor Aldous Huxley que, através da distopia literária em “Admirável Mundo Novo”, conduziu perfeita e justamente essa ideia de uma sociedade não natural, mas caracterizada pelo controle, pela repressão e pela violência como “armas” voltadas aos estímulos de posturas. Da mesma forma, vale trazer a essas linhas, com significativo destaque, as escritas de George Orwell, em “1984”, em cujo livro, também em formato de distopia, há uma sociedade que não escapa à vigilância do “Grande Irmão”.

Feito tais apontamentos que coincidem de maneira lógica e fundamental ao que vem aqui sendo exposto, cabe a esse segundo capítulo, a partir da constatação

acerca da insistente presença do Estado nos grupos populares, entendidos como meio e fim da articulação/administração dos interesses dos poderosos, perceber de que modo se opera a atuação estatal em tais territórios, no caso, conferindo à zona norte de Ribeirão Preto/SP os limites geográficos dessa abordagem que, por analogia, talvez possa ser levada aos demais locais de pobreza, compreendidos como espaços onde se exercita o regime das utilidades humanas obedientes a uma minoria organizada pelo poder.

Tirando proveito dos ensinamentos literários, a afirmação proposta pode ser melhor explicada pelo personagem antagonista de “1984”, ao afirmar que: “não estamos interessados no bem dos outros; só nos interessa o poder em si. Nem riqueza, nem luxo, nem vida longa, nem felicidade: só o poder pelo poder, o poder puro”¹¹⁸. À vista disso, e sabedores das engrenagens fundantes e até então presentes no município de Ribeirão Preto/SP, resta a essa primeira parte deste capítulo, como já apresentado no parágrafo anterior, entender as operações da atuação estatal sobre o grupo escolhido para essa abordagem e, em cima disso, reafirmar a hipótese trazida no primeiro capítulo de que quem mantém a ordem, cria a desordem.

Desta forma, sem retirar dos sujeitos/objetos a parcial responsabilidade de seus atos, amplia-se, por outro lado, a discussão das circunstâncias peremptórias produtoras daquilo que se quer afastar: a violência – a violência de gênero, de modo que, como se verá mais adiante – no capítulo 3 –, tais exercícios de poder/disciplina/vigilância passam a ser concebidos como promotores dos desfechos e, ao mesmo tempo, prática e tática das espécies de violência, variadas segundo a lógica das exposições e contenções as quais os grupos populares estão sujeitos.

Assim, considerando que as camadas populares estão sempre exteriorizadas, “mergulhou-se” nas proposituras do “panóptico” para tentar melhor compreender e definir essa relação Estado x sociedade x grupos populares, tendo em vista que os princípios que cercam a existência do panóptico são as possibilidades do exercício por parte do aparato estatal e demais camadas sociais do “ver sem ser visto”, de modo que a vigilância se faça permanente e, consequentemente, que se organize formas de disciplinas sem o uso da força excessiva sobre os sujeitos observados.

¹¹⁸ ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 308.

Sendo assim, concebido a partir da intenção de uma visão desigual promotora de uma moderna forma de disciplina na sociedade contemporânea, a instituição do panóptico tem suas origens no século XVIII. De autoria do filósofo Jeremy Bentham, seria o panóptico um dispositivo garantidor do poder da mente sobre a mente mediante a criação da aparente onipresença do vigilante; além disso, sua construção traria vantagens que iriam além da punição e da disciplina, passando, também, pela economia pecuniária. Outra grande vantagem seria a possibilidade de que tal projeto fosse aplicado não só em sistemas penitenciários, mas em outras instituições, como escolas e hospitais. Como modelo de mundo utilitarista, o dispositivo pode ser descrito como:

é um edifício. O edifício é circular. Sobre a circunferência, em cada andar, as celas. No centro, a torre. Entre o centro e a circunferência, uma zona intermediária. Cada cela volta para o exterior uma janela feita de modo a deixar penetrar o ar e a luz, ao mesmo tempo que impedindo ver o exterior – e para o interior, uma porta, inteiramente gradeada, de tal modo que o ar e a luz cheguem até o centro. Desde as lojas da torre central se pode então ver as celas. Em contraposição, anteparos proíbem ver as lojas desde as celas. O cinturão de um muro cerca o edifício. Entre os dois, um caminho de guarda. Para entrar e sair do edifício, para atravessar o muro do cerco, só uma via é disponível. O edifício é fechado¹¹⁹.

Então, mediado pela intenção de “fazer não que eles suspeitem, mas que eles estejam certos de que seja lá o que fizerem será sabido mesmo que esse não seja o caso”¹²⁰, o dispositivo de Bentham permitiu, a partir de Foucault, já no século XX, a formulação da defesa de que teria sido, naquele momento da história, o início do processo de disseminação sistemática de dispositivos disciplinares e, por conseguinte, de uma sociedade marcada pela disciplina. Porém, anos mais tarde, superando e ampliando a noção de sociedade disciplinar – arquitetada sob os pilares do confinamento, do medo e de processos de interiorização –, coube ao filósofo Deleuze a defesa de um novo cenário de disciplina, compreendida como controle que, por sua vez, seria caracterizada pela permanente inspeção, fluida e aberta, a exemplo das câmeras e demais sistemas de informação¹²¹.

¹¹⁹ BENTHAM, Jeremy et al. **O Panóptico**. Org. Tomaz Tadeu. Trad. Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 89.

¹²⁰ Ibid., p. 83.

¹²¹ DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle (1990). In: DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226. Disponível em:

Embora isso, e apesar da aceitação dessas novas formas de exercício de poder sobre os corpos, essa pesquisa opta por dar voz às proposituras foucaultianas. Tal opção se impõe, especialmente, em razão do entendimento de ser o Estado, através da Polícia, instância detentora do olhar hierárquico e da possibilidade de sanções normalizadoras sobre o corpo social. Logo, entendendo que a disciplina foucaultiana requer uma organização piramidal instrumentalizadora do que ele intitulou como biopolítica, ou seja, técnica que opera, também, como fator “de segregação e hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia”¹²², opta-se por dar seguimento à análise a partir das lições de Foucault.

Além disso, a partir de Foucault entende-se também que a própria configuração dos territórios ocupados por grupos populares recupera a geometria espacial do “ver sem ser visto” que, embora submetida a uma rede de olhares, está posta a uma vigilância exata não generalizada – a policial – que, por sua vez, se ocupa da função do adestramento e do cálculo dos sujeitos usando, não raro, de uma maneira específica de punir voltada muito mais para uma rotina artificial – infrapenalidade – repetida muito mais sobre os desvios do sujeito do que sobre posturas relacionadas, de fato, à sistemática do castigo. Ou seja, assim como propôs Foucault, entende-se que a relação Polícia/Sociedade, com especial relevo aos grupos populares, se destaca pelo exercício da

micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorrectas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora¹²³.

<https://grupodeestudosdeleuze.files.wordpress.com/2016/05/deleuze-g-conversac3a7c3b5es.pdf>.
Acesso em: 01 dez. 2018.

¹²² FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2014, p. 152.

¹²³ FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2013, p. 171-172.

Ampliando essa ideia da disciplina, é importante não esquecer que, além de operados em seu dia a dia, são também os sujeitos pertencentes aos grupos populares a principal clientela das unidades prisionais. Sobre isso, vale uma rápida observação a partir de um levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça em agosto de 2018. Esse levantamento, compilado em um Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, revelou que a faixa etária das pessoas privadas de liberdade no país é de 30,52% entre 18 e 24 anos de idade e 23,39% entre 25 e 29 anos, ou seja, mais da metade da população carcerária registrada nesse mapeamento tem até 29 anos; no que diz respeito a raça, cor ou etnia desses presos, 54,96% foram classificados como pretos ou pardos; 78,07% são solteiros; 52,27% possuem nível fundamental completo contra 13,72% com nível médio completo e 0,83% com superior completo¹²⁴.

Apresentado isso, a informação que se faz relevante, e que dialoga com tudo o que vem sendo afirmado até então, é a quantidade de presos em razão dos crimes que lhes são imputados, isto é, “27,58% referem-se ao crime de roubo, simples ou nas suas formas agravadas, excluído o latrocínio, 24,74% ao tráfico de drogas e condutas correlatas, 11,27% aos crimes de homicídio, e 8,63% aos crimes de furto”¹²⁵. Tal estatística, pensada à luz da Criminologia, como ciência que estuda o fenômeno criminológico, é observada pelo Promotor e professor Rogério Sanches Cunha como condição promotora de uma particular classificação de crimes, intitulada de:

crime de rua (ou do colarinho azul) é crime cometido normalmente por pessoas economicamente menos favorecidas, como o furto e o roubo. São denominados *crimes do colarinho azul* em alusão ao uniforme que era utilizado por operários norte-americanos no início do século XX, então chamados *blue-collars*¹²⁶.

Mediante notórias evidências e correspondentes conclusões, não há como negar a relação quase que de exclusividade que se instala entre determinado grupo

¹²⁴ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0:** Cadastro Nacional de Presos. Brasília, agosto de 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2018.

¹²⁵ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Op. cit., p. 48.

¹²⁶ SANCHES, Rogério Cunha. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral. Salvador: Jus Podivm, 2015. p. 170.

da sociedade e as instâncias operadoras do controle social. Mônica Diniz é certeira ao pontuar a existência, a partir de históricos de idas e vindas dos sujeitos às delegacias e às casas de correção, de uma frequente presença da polícia em determinados locais, vistos como os mais frequentados, chegando à conclusão de haver entre eles, presos e policiais, uma relação de reconhecimento individualizado norteado, acima de tudo, pela necessidade de recolher das ruas os sujeitos “indesejáveis”¹²⁷. Não obstante, o que fica dessas constatações é a seguinte indagação: se são as camadas populares as unidades espaciais entendidas como locais de incessante ocupação intervintiva do Estado – a exemplo do panóptico –, porque não estão elas disciplinadas?

A resposta a essa pergunta retoma o início da discussão deste capítulo, e para ela exerce a função de argumento, ou seja, ante a onipresença estatal em tais camadas, mas, por outro lado, a ausência de sólidos condicionamentos posturais, com efetivos resultados na criminalidade geral, deduz-se que a atenção do Estado está lá não para o controle do crime, mas para administrar os sujeitos – como elementos que integram uma verdadeira “fábrica social” das posturas. Trata-se, por ora, de um Estado biopolítico dentro de um Estado Penal e vice-versa, no qual, revestido do bordão da segurança pública – através do uso da Polícia, especialmente a Militar, atua, na verdade, em um sistema que governa a miséria e os pobres, e que, “por tabela”, recai sobre a criminalidade que ocorre em razão do gênero.

Logo, ainda que, no que diz respeito ao discurso promovido pelo Estado de ser ele o “guardião da ordem”, em uma projeção discursiva que mais se aproxima da teoria Hobbesiana sobre a origem e finalidade do Estado, além de encontrar em Bobbio o aval fundamental para explicar, na seara do político, a relação que se estabelece entre o Estado e a população, bem como a prerrogativa da força estatal sobre os sujeitos ao explicitar a assertiva de que “o direito de comandar de uns e o dever de obedecer de outros derivam do fato inelutável de que existem naturalmente [...] fortes e fracos [...] povos inteiros aptos a comandar e indivíduos e povos capazes apenas de obedecer”¹²⁸. Isso por que já se sabe que o condão existencial do governo sobre os grupos populares manifesta-se através da necessidade de

¹²⁷ DINIZ, Mônica. Op. cit., 2013.

¹²⁸ BOBBIO, N. Estado, poder e governo. In: BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 53-133. p. 89.

controle sobre as micropenalidades, valendo-se, portanto, de suas condições de vulnerabilidades arquitetônicas que, como se verá mais adiante, vão ao encontro das tipologias criminais e das manifestações criminológicas da violência de gênero.

Sobre isso, talvez seja importante um rápido retorno às escritas de minha monografia, até mesmo porque, sendo este trabalho o topo de uma escalada de longos anos de pesquisa, seria insensata a inexistência dessa “evolução” e a falta de recuperação de todo o conhecimento que me fez chegar até aqui. Assim, em diálogo com o que se tem tentado defender neste momento, naquele período de reflexões, ao abordar a inserção da mulher na Polícia Militar, percebeu-se justamente o uso dessa “tática” estatal de se valer de um mote sob o qual se diluíam outras práticas e atuações.

O surgimento da Polícia Feminina em São Paulo, inicialmente composta por 12 mulheres, deu-se em 1955, ano no qual Jânio da Silva Quadros, Governador do Estado de São Paulo, mediante as atribuições que lhe foram concedidas, autorizou por lei: “considerando já estar reconhecida e proclamada, em definitivo, em nossos dias, a capacidade jurídica e intelectual da mulher de lutar, ao lado do homem, nos mais variados setores da atividade humana”¹²⁹, a criação de um corpo de policial feminino. Porém, o que ninguém ou poucos sabiam é que

os acontecimentos mais imediatos em relação à criação da polícia feminina foi a adoção de uma série de medidas que tornasse a presença da mulher um elemento útil e viável para a continuidade das funções policiais militares na sociedade, sendo imprescindível, a princípio, certos reajustes que adequassem tal presença às políticas normativas da instituição, conseguindo, dessa forma, melhores índices de aceitação junto com a população, ao mesmo tempo que dava prosseguimento aos deveres que investem a existência a PM¹³⁰.

Seguindo essa linha de raciocínio, instruída da afinidade que estabelece com as respostas às hipóteses aqui traçadas, é possível, portanto, a derradeira conclusão substanciada pelo pensamento Foucaultiano, isto é, assume-se a noção de que os discursos assumidos pelo Estado, seja da defesa da sociedade através de

¹²⁹ SÃO PAULO. Decreto número 24.548, de 12 de maio de 1955. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24548-12.05.1955.html>. Acesso em: 17 jun. 2019.

¹³⁰ BORGES, Michelle Silva. *A inclusão da mulher na polícia militar do estado de São Paulo em Ribeirão Preto, entre 1984 a 2007*. 2009. 59 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2009. p. 35.

elementos ditos “naturais e maternais” das mulheres, seja através da própria definição/concepção de agir em prol da segurança pública, nada mais são do que institutos/motes sob os quais coexistem diversos rearranjos dos aparelhos de poder na tentativa de encontrar novas técnicas que permitam o prolongamento da “arte de castigar”¹³¹.

2.1 Sem “Divisórias”: aliados e rivais

Uma sociedade não pode criar-se nem recriar-se sem criar, ao mesmo tempo, alguma coisa ideal. Essa criação não é para ela uma espécie de ato suplementar com o qual ela se faz e se refaz periodicamente. Assim, quando opomos a sociedade ideal à sociedade real, como duas antagonistas que nos arrastariam em dois sentidos contrários, realizamos e opomos abstrações. A sociedade ideal não está fora da sociedade real; faz parte dela. Longe de estarmos divididos entre elas como entre dois pólos que se repelem, não podemos estar ligados a uma sem estar ligados à outra. Porque uma sociedade não é constituída simplesmente pela massa dos indivíduos que a compõem, pelo solo que ocupa, pelas coisas de que se serve, pelos movimentos que realiza, mas, antes de tudo, pela ideia que ela faz de si mesma¹³².

É evidente que a opção de falar dos arredores da cidade de Ribeirão Preto, cercada pela “periferia” populacional, transcende os limites do próprio espaço em questão, haja vista que tais discussões, por analogia, se espalham pelo território brasileiro, senão por todo o mundo. Tal colocação se justifica em razão, talvez, de eventuais questionamentos da inexistência, neste segundo capítulo, de menções diretas e explícitas ao espaço sobre o qual recaem toda a análise, cuja presença se fará com absoluta prerrogativa no próximo capítulo.

Aqui, por enquanto, após percepções voltadas aos interesses do Estado sobre a população carente, momento no qual se discutiu atuações atravessadas mais pelas conveniências da anatomia política do pobre em detrimento do controle da criminalidade e, por conseguinte, da proteção às vítimas da violência de gênero, objetiva-se examinar os efeitos dessa conjuntura de “transparência” urbana, pensada por intermédio das discussões trazidas sobre o panóptico, de modo que a

¹³¹ FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2013.

¹³² DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 501.

população carente, suas famílias e relações de vizinhanças se encontrem eternamente expostas, sucumbindo aos imperativos trazidos por essa exposição.

Neste momento, firma-se um compromisso com a definição complexa do universo da população em análise a fim de entendê-los em suas múltiplas formas e, diferentemente do que se propôs até aqui, dirigido por suas condições, alocações e disciplinas, faz-se um trabalho indutivo, ou seja, desloca-se o olhar extrínseco, saindo do Estado e dos sujeitos que os conduz, para estabelecer-se na parte interna da população carente, entendendo suas infinitas formas como pré-requisito para, nas páginas futuras, formar pareceres instituídos das lições que vêm de dentro dos limites do objeto – com especial relevância às posições ocupadas pelas mulheres.

A possibilidade de um plano de estudo construído a partir e sobre esse grupo encontra no pensamento sociológico, com notória inspiração marxista, as condições necessárias para sua visibilidade. Sobre isso, a pesquisadora Márcia Thereza Couto, em uma precisa discussão na qual relaciona gênero e famílias populares urbanas, propôs que foi a partir da emergência da categoria trabalho e de uma corrente produtivista na década de 1970, que as relações familiares de pobres urbanos fizeram-se importantes às produções acadêmicas. Assim, naquele momento, “aqueelas famílias eram investigadas quanto a sua funcionalidade para o capital, como unidade de reprodução da força de trabalho”¹³³.

Entretanto, em uma visão crítica às ciências sociais e à constituição dos pobres como categoria sociológica, a pesquisadora Cynthia Andersen Sarti vem dizer que, na esteira desse pensamento acadêmico, focalizou o pobre a partir de seu lugar de produção, desconsiderando suas peculiaridades e as implicações das quais se construiu seu lugar no Brasil. “Os pobres, categoria estigmatizada como "classe perigosa" pelos grupos dominantes, passaram a ser definidos e identificados nas ciências sociais como os "trabalhadores”¹³⁴. Porém, ampliando-se o olhar, alinhado a uma perspectiva de pesquisa voltada às estratégias de sobrevivência, a família fez-se objeto de estudo em razão de sua funcionalidade para o capital. Nessa

¹³³ COUTO, Márcia Thereza. Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero. *Revista Antropológicas*, ano 9, v. 16, n. 1, p. 197-216, 2005. p. 200. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcia_Couto2/publication/266524122_Estudos_de_familias_populares_urbanas_e_a_articulacao_com_genero/links/561ba80908ae044edbb37860/Estudos-de-familias-populares-urbanas-e-a-articulacao-com-genero.pdf. Acesso em: 07 nov. 2018.

¹³⁴ SARTI, Cynthia. Op. cit., p. 36.

mesma tendência, introduziram-se as mulheres nos estudos que tinham por temas “mulher” e “família”.

Em se tratando das mulheres, a pesquisadora Eni de Mesquita Samara, ao se voltar para a configuração das famílias paulistas no século XIX, considerou que muitas mulheres, em oposição ao estereótipo feminino e “numa sociedade com valores tradicionais onde se supunha a mulher com tão poucas alternativas”¹³⁵, se contrapuseram às definições articuladas e para elas criadas como grandes linhas de expectativas de vida no que diz respeito às “suas” funções sociais. Contudo, apesar da emergência de um novo contexto social conferido aos homens e às mulheres, não raro, a primazia das suas funções, posições e desfechos amorosos, muitas vezes mediados pelo Estado, eram privilégio dos homens em detrimento das mulheres.

Embora isso, ante as inevitáveis novas configurações e novos “formatos” familiares e relações estabelecidas dentro das camadas populares, nos quais a própria posição das mulheres também ganhou recentes contornos, foi, a partir da década de 1980, que os estudos acadêmicos avançaram incorporando em seus diálogos a questão de gênero. Esse percurso permitiu questionar visões econômicas finitas para explicar o complexo conjunto de sistemas e aspectos relacionados às famílias populares, em particular a situação das mulheres no mercado de trabalho. Assim,

é possível argumentar que a paulatina entrada do enfoque de gênero se dá na medida em que há a mudança de foco ou de ponto de partida: de fora para dentro. É a negação de explicações assentadas no paradigma da produção que vem favorecer um olhar sobre a família que contempla as mulheres e suas ambiguidades vividas em termos de reprodução dos valores e de mudanças, ou de acomodações e resistências¹³⁶.

Desse modo, rompendo com a tradição de estudos separatistas das esferas público/privado, cujos conceitos serão norteados pelas lições trazidas pela pesquisadora Sofia Aboim, defensora da noção de que a construção dicotômica das esferas público/privado não é, de modo algum, neutra, as novas produções

¹³⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 75-76.

¹³⁶ COUTO, Márcia Thereza. Op. cit., p. 208.

bibliográficas dessa década foram capazes de propor mudanças profundas nas reflexões que permeavam os estudos de famílias populares. Mas, a fim de situar o leitor sobre as “divisórias” dos conceitos aqui apresentados, cabe dizer que público e privado, ainda que atrelados a uma multiplicidade de concepções e sentidos, são, a partir de críticas elaboradas pelo movimento feminista, entendidos como resultados artificialmente criados de processos de codificações da ordem de gênero formuladas sob a emergência da modernidade, que:

serviu, de facto, para afastar homens e mulheres, delimitando-lhes espaços e funções sociais. Enquanto as qualidades ontologicamente atribuídas ao privado permaneceram associadas ao feminino e às suas propriedades maternais e afetivas, a esfera pública – da produção industrial e da cidadania política – ficou ligada ao masculino, reproduzindo-lhe a supremacia e o lugar de chefe de família¹³⁷.

À vista disso, porém sem ter como propósito empreender vasta discussão de estudos sobre família, apesar de volumosa produção teórica direcionada ao tema, faz-se obrigatório pontuar a importância dessa linha de obras acadêmicas em função da necessidade de um aparato conceitual que dê conta das contradições e da existência de contínuas negociações que, não raro, fogem às condições socialmente impostas a favor das imposições oferecidas pela realidade prática da vida. Alinhado a essa afirmação, encontra-se a tese de doutorado da pesquisadora Cynthia Andersen Sarti que, em um denso estudo sobre família, voltando-se para essas questões práticas como prisma simbólico do exercício cotidiano dos grupos populares, alegou que

a família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família constitui uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e serve de parâmetro moral para sua explicação do mundo¹³⁸.

¹³⁷ ABOIM, Sofia. Do Públco e do Privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, jan./abr. 2012. p. 99.

¹³⁸ SARTI, Cynthia. Op. cit., p. 61.

Pensando nisso, é inegável o entendimento de que, muito embora esteja a família em um processo contínuo de mecanismos sociais externos que impelem modelos, condutas e relacionamentos, são elas detentoras de uma dinâmica própria, advinda particularmente em razão de condições socioeconômicas que, em se tratando de contextos populares, marginalizam e subjugam seus sujeitos de modo a criar um espaço de convivência social marcado por paradigmas simbólicos e valorativos enraizados muito mais nas condições e necessidades do cotidiano, do que em representações produtivistas de modelos mais genéricos de unidades domésticas. Essa situação é encontrada principalmente quando a discussão toma por objeto as mulheres, que são detentoras de características próprias e padrões específicos sustentados em razão de suas condições de existência.

A partir do exposto, portanto, já é possível entender que, ao se falar de grupos populares, agravam-se as dificuldades de um cotidiano atravessado pelo predomínio de características dadas como universais. Da mesma forma, assume-se a responsabilidade de pensá-los a partir de suas próprias imbricações que, em se tratando do tema “violência de gênero”, podem nem sempre seguir “roteiros” e desdobramentos tão bem assimilados pelo ordenamento social e amplamente explorados pela mídia.

Nesse sentido, a subversão dos gêneros e das rotas de violência passam a ser entendidas como uma questão de sobrevivência, influenciadas constantemente pelo seu contexto e elementos do dia a dia. É de se esperar, por exemplo, que uma mãe, ao se ver vitimada pela violência do companheiro, passe a fazer “vistas grossas” quando esse empreenda agressões contra seus filhos, ainda que agressões de natureza sexual¹³⁹. Sobre isso, Elizabeth Badinter, no desenvolvimento de uma pesquisa voltada às posturas das mulheres francesas que viveram entre os séculos XVII e XX, concluiu que o amor materno, assim como

¹³⁹ O conhecimento de fatos como esse é notícia incomum, porém uma realidade no cotidiano policial. Entretanto, faz-se impossível trazer exemplos de tais ocorrências na Delegacia – compreendida como espaço/local de desenvolvimento desta pesquisa –, uma vez que a ciência de tal circunstância, no geral, veio à luz no trato do Inquérito Policial, cujo conteúdo, em razão dos limites da autorização concedida pela Polícia Civil a esta pesquisa, não pode ser divulgado. Mas, a título de exemplo, já que o crime só muda de endereço, sugere-se a leitura da seguinte notícia veiculada no jornal: COELHO, Henrique. **Polícia diz que mãe permitia estupro de filha para fazer a criança sofrer**. G1. 26 dez. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/policia-diz-que-mae-permitia-estupro-de-filha-para-fazer-a-crianca-sofrer.ghtml>. Acesso em: 26 jun. 2019.

qualquer outro sentimento, é resultado de influências e conjunturas sociais, ou seja, jamais algo próprio ou naturalizado nas mulheres¹⁴⁰.

Definida por Badinter como personagem relativa e tridimensional, a mãe passa a ser concebida não como mero sujeito membro da microssociedade familiar, mas afetado por efeitos psicológicos e, em especial, pela realidade social. Assim, uma vez sujeita às mazelas de uma comunidade permanentemente atravessada pela violência, seja ela institucional, como exemplo a violência policial, ou advinda de seus parceiros, não se faz estranha a adoção de posturas que, em uma linha de relação de poder, na qual a figura da mãe geralmente ocupa um posto intermediário, colocando-se entre os filhos e seus parceiros e/ou entre os filhos e os operadores estatais coloquem em xeque a segurança de suas proles. Acerca disso, a pesquisadora Kelly Rodrigues Melatti considerou que

o poder na dimensão familiar, regido na esfera privada, é expressão do poder identificado na totalidade da sociedade. A mulher, na síndrome do pequeno poder, exerce sobre os filhos um poder que não pode exercer fora de casa, no espaço público, pois este é de domínio do homem. No mundo privado, onde transitam as mulheres, sobretudo quando estão na condição de mães, é o espaço em que se estabelecem as relações de poder, o espaço em que a mulher detém o poder sobre os filhos e o exerce com base nos esquemas patriarcais de pensamento, reproduzindo não só o ato da violência, mas a lógica de dominação e a lógica sexual de divisão de tarefas, de espaço e de poderes¹⁴¹.

Essa relação hierárquica que ultrapassa o espaço social e ganha corpo quando se evoca o convívio estabelecido entre o Estado e a população carente é entendido pela pesquisadora Marilena Chauí como uma relação de tutela, atravessada pela opressão física e/ou psíquica. Segundo a autora, “as relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação”¹⁴². Contexto que vem

¹⁴⁰ BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

¹⁴¹ MELATTI, Kelly Rodrigues. **A reprodução da violência doméstica e suas interfaces com a lógica da dominação.** 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 69-70. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17504/1/Kelly%20Rodrigues%20Melatti.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

¹⁴² MARILENA, Chauí. Op. cit., p. 89.

reforçar não só a propriedade da presença do Estado entre os espaços ditos “marginais”, como também eleva a legitimidade de intervenção em um verdadeiro cenário constituído por escadas de poder, nas quais ocupam, as mulheres, os primeiros degraus.

Todavia, embora legitimados pelo autoritarismo naturalizado em razão de práticas e práticas de dominação e interferências, em um significativo processo de artimanhas simbólicas que coincidem com o desrespeito e com as censuras aos mais pobres, obriga-se o Estado, em especial através do instituto policial, a conviver – sem condições de advertências – com os ritos estabelecidos entre os sujeitos das camadas populares que, obedientes ou não aos mandos e desmandos das próprias leis e dos “novos” e paralelos institutos do controle ali estabelecidos – a exemplo do crime organizado –, cercam-se dos seus próprios códigos de disciplina e convivência, compondo, nada mais nada menos, que uma corpulenta “família” onde coexistem os aliados e os rivais, e a primazia da salvaguarda de sua particular existência.

Assim, o que se percebe é que, ainda que “ungido” da propriedade de agir, e instituído também de elementos facilitadores na caça à delinquência humana ocorrida nos espaços populares, como é o caso das aberturas arquitetônicas e urbanísticas encontradas em tais comunidades, apresenta-se o Estado como peculiar espectro institucional cujos olhos, ouvidos, mãos e pés revezam-se na ignorância da rotina real do grupo que escolheu silenciar.

Condição, por óbvio, criadora de dois universos que coexistem e que se cruzam na criminalidade, sendo o primeiro deles (universo) aquele ditado pelas exigências de condutas a serem normatizadas pelos representantes estatais, como discutido na primeira parte deste segundo capítulo, e, o segundo, composto pela governança de suas próprias necessidades criadoras de um código alternativo, compreendido mais como estratégias do que como regras – mutáveis em cada novo acontecimento.

Nessa esteira alternativa frisa-se a importância dos modelos e territórios aos quais as camadas populares são determinadas a pertencer. Assim, nesses territórios, enquanto espaços socialmente produzidos, como já historicizado, visualiza-se a existência de casas com poucos ou nenhum muro, com portões que nem sempre se encontram fechados, garantindo uma movimentação (entrada e saída) daqueles que fazem parte da realidade de dentro, mas também dos sujeitos

que os cercam e, frequentemente, a depender de quem ali reside, da própria polícia – em um fluxo regulamentado pela lei e acessível pela dinâmica física do ambiente. Ainda, cuja presença (policial) conduz-se pela fatídica ideia de ser tais ambientes degeneradores das forças físicas e morais do sujeito.

Dessa situação, chega-se à conclusão de que essa dinâmica fixa aos sujeitos um itinerário de exposição; logo, articulando-se tal defesa com as premissas apresentadas até então, entende-se que foram eles instrumentalizados a serem expostos, estando constantemente vigiados de modo que passam a incorporar o dia a dia da visibilidade. Esse fator interage com o desmoronamento gradativo de práticas, conflitos e resoluções de modo mais confidencial e/ou privado, interferindo nas tipologias criminais, como se verá no terceiro capítulo. Por conseguinte, é possível dizer que não são eles que ocupam o espaço do público, mas é o espaço público que habita nesses sujeitos e sobre eles suscita inúmeros efeitos.

Em se tratando da adoção de resoluções públicas de conflito, na qual, por óbvio, se inscrevem as práticas criminais, cabe o esclarecimento que esse cenário dá conta de dois eixos dos quais decorrem duas consequências. A primeira delas diz respeito à afirmação de que, em se tratando das estatísticas criminais, sua causa não encontra na “vida pública” de tais sujeitos o combustível de sua alta incidência, mas se desloca para a seletividade da atuação estatal através da instituição policial, como já apresentado em páginas passadas – condição que faz do pobre a matéria-prima da Polícia.

A segunda consequência limita-se ao próprio espaço de sociabilidade compartilhado por esse grupo e suas práticas e estratégias diretivas dos problemas, ou seja, aqui não reside a relação com o Estado, mas deles com eles mesmos. E aqui, sem dúvida, habita a publicização da vida privada – a ser dividida por todos, ou quase todos. E essa, sim, alimenta uma relação estatizada: a das naturezas da criminalidade ali produzida que, ainda que de interesse estatal, nem sempre são levadas ao conhecimento das autoridades¹⁴³.

Portanto, o que se observa é que, ainda que as pessoas pertencentes às camadas não privilegiadas vivam amparadas pela noção de tutela estatal, como

¹⁴³ No âmbito das análises criminológicas, essa situação de não comunicação às autoridades é denominada subnotificação ou criminalidade oculta, as “cifras negras”, isto é, o número de delitos que não são noticiados à polícia ou que não são elucidados. Entre os crimes que se destacam nessa categoria de subnotificação está a violência de gênero. Cf. PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

mediador legítimo de seus conflitos, firmando-se o Estado como um “grande pai”, não raro seus problemas nascem e morrem nos limites dos espaços e hábitos de vida determinados aos grupos populares. Até mesmo porque, levar o problema à esfera estatal implicaria na heteronomia de sua atuação, balizada por seus códigos e regras de conduta nem sempre, como bem se observou, alimentados pelos interesses da coletividade, mas de uma parcela dela.

De qualquer forma, a circunstância de visibilidade abastece outras situações que devem ser privilegiadas neste momento para, posteriormente, articular-se com as naturezas infracionais. Assim, a primeira consequência imediata observada na dinâmica espacial de tais grupos é a coletivização dos sujeitos e, por conseguinte, de suas proles, contexto que, de maneira idêntica, mas em uma geografia que marca certa distância dos limites físicos propostos, foi observada pela pesquisadora Claudia Fonseca quando afirmou que:

podemos imaginar que, no dia-a-dia dessas famílias extensas, a responsabilidade pelos cuidados cotidianos dos filhos não ficava exclusivamente a cargo dos pais. Talvez a melhor prova disso seja a quantidade de avós que ficaram com um neto depois de os pais da criança, por um motivo ou outro, irem embora¹⁴⁴.

À procura de elementos que servissem como material de convicção dessa análise, faz-se uso de um trecho tirado de um Boletim de Ocorrência registrado por um homem contra sua companheira, na região de Ribeirão Preto, no qual há a seguinte alegação oferecida por seu declarante, cujo nome, bem como o nome de sua advogada, foi substituído por “[...]”, haja vista a garantia de anonimato dos envolvidos. Quanto ao nome da esposa do declarante, esse não foi citado no histórico, mas qualificado em parte específica deste mesmo boletim de ocorrência; logo, não carece de omissão.

Comparece nesta Unidade Policial o senhor [...], acompanhado de sua advogada, a senhora [...], declarando que sua esposa [...] saiu da residência no dia 23-01-2014 sem deixar nenhum tipo de contato ou informações, deixando com ele sua filha de 03 anos de idade, a qual está sob responsabilidade da irmã de [...] e dele. Dessa forma, orientado por sua advogada, veio até este plantão a fim de registrar a saída da residência a fim de que esse registro seja utilizado no processo de separação das partes. O declarante informa ainda que

¹⁴⁴ FONSECA, Claudia. Op. cit., p. 536.

tem conhecimento de que sua esposa está grávida, mas desconhece quem seja o pai, pois possui algumas mensagens de Facebook¹⁴⁵.

A seleção desse registro, embora “desrespeitando” os limites territoriais e institucionais estabelecidos na proposta inicial, fez-se imperiosa por dar conta de inúmeras discussões que suscita e que, ainda que deslocado (o registro) do terreno físico do projeto, é capaz de falar por ele. E a opção de usá-lo decorre, antes de mais nada, do interesse de demonstrar que são muitos os problemas de gênero que, conquanto sejam de gênero, não passam pela supervisão/incumbência das Delegacias Especializadas no combate aos crimes relacionados à questão de gênero.

Esse boletim de ocorrência, registrado em um município próximo a Ribeirão Preto, Pontal, cujas características em seu todo muito se assemelham à zona norte de Ribeirão Preto, em especial no que diz respeito à desorganização social alinhada à ausência estatal, exibindo um outro lado da seletividade do Estado ao se mostrar presente, com Delegacias Especializadas, apenas em cidades de grande porte. Em virtude disso, ser pobre não é apenas estar à margem, mas também ter a “sorte” de estar à margem em um contexto de “modernidade”.

E essa circunstância não passa despercebida aos policiais que, submetidos a um questionário com 12 perguntas (APÊNDICE), elaborado e aplicado ainda durante o mestrado, mas cujas respostas são eternamente importantes e fontes de análise, foram eles unâimes na problemática. Assim, substanciando a asserção feita no parágrafo anterior, destaca-se, abaixo, a alegação dada por três dos 10 policiais que responderam a diversas questões, entre elas como é o atendimento prestado por policiais às mulheres que sofrem violência de gênero.

“Na maioria das vezes, os policiais já são extremamente sobrecarregados e quando precisam atender esse tipo de ocorrência geralmente fazem o atendimento sem muita vontade já que [...] na maioria dos casos a vítima retorna a conviver com o agressor. Ou ainda, trata-se de uma acusação falsa como explicitado na questão 12. Esses fatores, combinados com a falta de treinamento especializado desses profissionais, acaba, infelizmente, gerando um processo de vitimização secundária nas mulheres que realmente sofrem com a violência doméstica”¹⁴⁶.

¹⁴⁵ DEL. MUNICÍPIO DE PONTAL. RDO 144/2014.

¹⁴⁶ Alias, policial civil. Setembro/2015.

“A minha experiência profissional não consiste na mais adequada para relatar como é o atendimento policial com mulheres em situação de violência, posto que não trabalho em uma Delegacia Especializada para esse tipo de ocorrência. Isso é devido ao fato de eu estar lotado em uma Distrital de uma cidade pequena que atende todas as naturezas de ocorrências. Constando esse fato, acredito que o atendimento às mulheres em situação de violência não é o mais correto. Alguns policiais estão despreparados e não têm a cautela e sensibilidade exigida para lidar com essas situações em que as mulheres já estão duplamente violentadas, tanto no que abrange a violência como na humilhação de expô-la para pessoas estranhas ao seu convívio. No meu caso, o meu atendimento é diferente, posto que tenho uma outra visão que me foi possibilitada pela graduação em Serviço Social e pelo trato humanitário que ela proporciona com pessoas em situações desfavoráveis”¹⁴⁷.

“Embora fosse necessário um atendimento diferenciado, não é o que ocorre na prática. A polícia, por mais que esforce, não possui uma estrutura que possa dar um atendimento diferente de outras ocorrências, principalmente nos pequenos centros”¹⁴⁸.

Por questões de natureza ética e profissional, preservando-se o lugar das atividades desempenhadas pelos policiais, de modo a não os comprometer com suas afirmações ante a instituição policial, decidiu-se pelo anonimato de seus nomes e de seus locais de lotação (cidade). De qualquer forma, essas afirmações são importantíssimas para demonstrar que são os pobres, com destaque às mulheres – e mulheres de cidade pequenas –, objetos da presença genérica do Estado cujos atendimentos policiais se dão em Delegacias que realizam o atendimento de todo e qualquer problema, criminal ou não, em uma espécie de “clínica geral”, e que, sob essa lógica, abre espaço para que homens se tornem “queixantes” de suas companheiras em declarações que expõem, claramente, um conflito de gênero.

Nesse caso, o problema de gênero situa-se no fato: quantas são as mulheres que vão até a Delegacia de Polícia postular intervenção (de natureza criminal) em virtude do abandono dos pais contra seus filhos? Por outro lado, são consensuais as copiosas ações de natureza civil pleiteando o pagamento de pensão. Mas, o estigma do crime pela ausência daquele que tem o dever de cuidar parece, sob o olhar das discussões de gênero, prerrogativa feminina e não masculina – e é aí onde se exterioriza o problema.

¹⁴⁷ Juan, policial civil. Setembro/2015.

¹⁴⁸ Pedro, policial civil. Setembro/2015.

E é assim, também, além das conjunturas territoriais a que estão vinculados, que crescem as proles sob o trato da coletividade e da exposição. Enquanto que, em se tratando da instituição policial, apropria-se da afirmação feita por Thompson quando dos estudos voltados aos rituais de venda de esposas realizada por comunidades das regiões da Inglaterra, durante os séculos XVIII e XIX. Segundo ele, isso só era possível (e para essa pesquisa a possibilidade de registros feitos por homens só é possível) haja vista a existência de “uma autoridade civil distanciada, desatenta ou tolerante”¹⁴⁹.

Ainda na esteira dessa dinâmica de gênero e de visibilidade, alinhada à convicção do proeminente índice de violência doméstica relacionado aos bairros da zona norte de Ribeirão Preto/SP, sem esquecer da função restritiva aos policiais como notórios contribuintes dessa conjuntura de hostilidades em razão de práticas seletivas – ou por serem eles os autores da cólera que vem de cima, assentada na desigualdade das camadas sociais –, chegou-se à conclusão do quanto esses espaços são talhados e aprendem a conviver com a crueldade das condutas, sejam elas procedentes dos operadores estatais ou, até mesmo, de seus próprios moradores; é como se a violência fosse o diálogo encontrado entre as partes que compõem esse cerco de heterogeneidades.

E, em se tratando da visibilidade, percebeu-se o quanto é comum as pessoas assistirem de camarote, e até com grande interesse, os horrores da violência de gênero. Sob esse aspecto, em um cenário marcado pelas mesmas ausências, Claudia Fonseca, ao analisar os bairros periféricos de Porto Alegre, fez a seguinte assertiva: “tanto as mulheres quanto os homens se gabam de sua força física e gostam de contar suas proezas nos mínimos detalhes”¹⁵⁰. Ainda, em outro momento, advertiu que “os espectadores (eles sempre existem, já que quase não há espaço privado) muito raramente intervêm em uma briga”¹⁵¹.

Todavia, sem ter como intenção fazer da violência uma prerrogativa do pobre, propondo sempre uma análise marcada por contrapontos e indagações, selecionou-se o boletim de ocorrência abaixo – cujo fato se deu em um bairro conceituado de Ribeirão Preto/SP –, em cujo histórico policial evidencia-se a noção de que a

¹⁴⁹ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 334.

¹⁵⁰ FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 35.

¹⁵¹ Ibid., p. 36.

complacência encontra lugar na sociedade como corpo plural, sem tomar vantagem do rico ou do pobre, mas se valendo, antes de tudo, da condição coletiva pela qual atravessam as questões de gênero e violência.

Informa a vítima que teve um relacionamento amoroso com o indiciado, e deste relacionamento restou um filho que estava com um ano e dez meses de idade, sendo que na data dos fatos, a vítima levou o filho para visitar os avós paternos e o pai, a pedido dos avós, sendo que de início estava tudo bem, até que na data dos fatos, houve um desentendimento entre a vítima e o indiciado, porque ele quer reatar o relacionamento e com a recusa da vítima ele se alterou e a agrediu fisicamente, tendo a vítima experimentado lesões em braço e cabeça. No local foi acionado a polícia militar que após orientação não conduziu a vítima até a delegacia para que fosse registrado boletim de ocorrência, pois **segundo a vítima os policiais alegaram que já era muito tarde para ela ir com a criança até uma delegacia de polícia**. Informa ainda que a vítima ao tentar sair do apartamento e pegar o elevador de serviço, foi agredida novamente por e quando chegou na portaria **foi impedida pelo porteiro de usar o telefone para acionar a polícia pois ele tirou o fio do telefone da tomada**, dizendo que se a vítima quisesse ele abriria a porta para ela ir para fora do prédio¹⁵² (Grifos nossos).

Ainda assim, constatou-se que, apesar de ser um veículo de comunicação “tolerado” nesses espaços, a violência encontra limites específicos quando de seu exercício; logo, a violência deve ser poupada às crianças, às mulheres grávidas e jamais, nunca, valer-se do estupro. Mas, ainda que ocorra, e, ainda que não haja harmonia ou consenso entre as práticas criminais, o que se percebeu foi um terrível pacto compartilhado entre seus sujeitos de modo a garantir, acima de tudo, a coerência e a defesa do grupo. Assim, foi no decorrer da pesquisa e da vivência, portanto, com a realidade investigativa policial, que se reconheceu o quanto os moradores das “periferias” prezam pela rede de cumplicidade, de modo que ser “X9” pode resultar em consequências que atingem desde o delator, alcançando aqueles que lhe são importantes.

Paradoxalmente, se há entre eles um código de interação e silenciamento da criminalidade, em especial, quando tais ações tenham como objetivo colaborar com as investigações policiais, essa harmonia discursiva não encontra espaço quando o assunto é a fofoca. Entendida como um instrumento cujo esforço enobrece a própria imagem, ou que traz prejuízos à imagem de outro, esse exercício se situa como

¹⁵² DEL. DEF. MUL. RIBEIRÃO PRETO. RDO 262/2008.

“código de honra”, cuja moeda se movimenta segundo as partes que compõem as pontas de seu debate.

A questão encontra seu lugar aqui nesta tese, uma vez que vai ao encontro das práticas criminais de notório relevo no seio do grupo objeto de discussão, como se verá no capítulo 3. Entende-se a fofoca como elemento de articulação que, de certa forma, administra as infrações a serem analisadas, e cuja ocorrência se atribui às instâncias locativas e arquitetônicas com a dinâmica de territórios e aberturas de visibilidade – sua grande aliada, senão verdadeiro estímulo.

E é evidente que, ao se falar dessa atividade indiscreta como aparato que margeia as questões de honra, assumem as mulheres posições de evidência: não enquanto autoras, mas como matéria-prima. Até mesmo porque, sabe-se bem que a fofoca, como dispositivo minúsculo e clandestino, ganha corpo sobre o comportamento alheio e, em se tratando das mulheres (como objeto), impõe-se como “arma das pessoas que têm medo de ser inferiores, não das que querem ser superiores”¹⁵³. E nessa dinâmica, o que são os homens violentos e a própria violência de gênero senão uma demonstração do medo de estar “por baixo”?

Entende-se que exposições às quais são as mulheres submetidas, sendo a sexualidade e, portanto, a fidelidade terreno onde bem se acomoda a fofoca, decorre da intenção de nivelar as forças de poder, em cujas pontas coexistem uma vítima e um autor, de modo a garantir, por outro lado e de maneira ascendente, o uso de inúmeras outras práticas de violência, posicionando-se como pretexto e argumento, em um movimento de manipulação da imagem do outro e, conjuntamente, a manipulação da opinião pública complacente aos prejuízos decorrentes das causas. E isso não vem de hoje, não é atual ou uma aberrante prática da contemporaneidade, mas um legado, um mau legado das forças do macho e dos conflitos de gênero e violência. Um legado já exposto por Thompson, ao advertir que

para o marido, o teatro providenciava a oportunidade de salvar a sua dignidade. Ele poderia ridicularizar e humilhar a esposa com a arenga do leiloeiro: ou podia sugerir que estava feliz por se ver livre dela pedindo um preço ridículo, ou podia querer conquistar uma reputação de generosidade, mostrando a sua boa vontade ao mandar que os sinos repicassem, ao despejar presentes sobre o novo casal, ou ao alugar uma carruagem¹⁵⁴.

¹⁵³ FONSECA, Claudia. Op. cit., 2000.

¹⁵⁴ THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 338.

Em um quadro de arranjos teatrais, o espetáculo e a fofoca interagem tendo em vista se encontrarem sob o mesmo propósito: a manipulação da opinião pública; manipulação que, como afirmado, requer as mulheres como fito elementar. Situação que impõe não só a ocorrência de inúmeros crimes, mas, antes disso, a importância da reputação das mulheres como quesito de sobrevivência. Aqui, “entra em cena” a honra, substantivo feminino e capital simbólico das mulheres, mas cujo controle está nas mãos do povo e do Estado, como se discutirá a seguir.

2.2 Os Paradigmas da Honra Feminina: mulheres e a violência “negociada”

Joan Scott, historiadora da história das mulheres sob a perspectiva de gênero, é base teórica fundamental para problematizar a violência de gênero sofrida por mulheres. É a partir dela que a questão de gênero supera o campo do biológico e do sexo como esteio de discussão e se ancora na utilização do gênero como categoria de análise; é a partir dela que a discussão interage com as sociabilidades e os conflitos existentes entre mulheres e homens¹⁵⁵.

Mesmo tendo os apontamentos de Scott, neste instante esta pesquisa vislumbra os estudos da pesquisadora Carole Pateman que, há alguns anos, lançou um desafio às proposituras contratualistas dos teóricos clássicos dos séculos XVII e XVIII quando trouxe à literatura uma discussão sobre a supressão do contrato sexual no acordo original, como gênese política das relações em sociedade. Segundo ela, a partir dos termos do contrato social, teriam os homens, em um hipotético estado natural, trocado as incertezas e os perigos da liberdade (natural) pela liberdade civil, essa, desapaixonada, igualitária e tutelada pelo Estado, porém

essas leituras das histórias familiares clássicas não mencionam que há coisas em jogo além da liberdade. A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história

¹⁵⁵ SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://ia600308.us.archive.org/21/items/scott_gender/scott_gender.pdf. Acesso em: 09 jan. 2020.

de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade dos homens e a sujeição das mulheres¹⁵⁶.

Para a referida pesquisadora, a teoria do contrato se reveste de pretensões emancipatórias, inclinada a encerrar todas as formas de sujeição natural ao passo que transmite a ideia de ser ato voluntário e mutuamente benéfico. Todavia, na prática, em vez de subverter estruturas, os teóricos do contrato acabaram por fomentar, senão fundamentar, a sujeição civil moderna, tornando legítimo aquilo que, na verdade, deveria ser condenável. Deste modo, valendo-se dos argumentos apresentados por Rousseau, Locke, Kant, entre outros, Pateman identifica que suas teorias são balizadas por contradições, haja vista fazerem uso de um discurso polarizado no qual estariam as mulheres incluídas na sociedade civil – como integrantes do contrato –, mas, ao mesmo tempo, relegam a elas o atributo de subordinadas aos homens.

Assim, em resposta aos contratualistas, os quais assumiram que no estado natural há uma diferença sexual e que essa diferença é uma diferença de natureza política e, portanto, relevante para a exclusão das mulheres, a autora propõe que, na formulação do contrato original, os homens transformaram as diferenças naturais – a dominação e a exploração – em um passaporte patriarcal civil de total propriedade sobre as mulheres, mediado pelo discurso do compromisso autoassumido pelas partes. Logo, além de excluídas do pacto original, de modo a transitar assim como os homens de uma liberdade natural para uma liberdade civil, foram elas o objeto do contrato.

As teorias contratualistas são, em sentido amplo, nada mais que um pacto de ausências, raiz e paradigma das mais variadas formas de opressão. O resultado, ao longo dos séculos, foi a criação de caminhos e vieses políticos em mãos do masculino, que, nas palavras do pesquisador Luis Felipe Miguel, “longe de ser um acontecimento contingente, tal exclusão é condição necessária para e consequência inevitável da maneira como a política e as instituições são concebidas”¹⁵⁷. Essa situação, inevitavelmente, tem por efeito tensões que visam ao constrangimento das mulheres de modo a estimulá-las a uma noção de submissão voluntária e inexorável

¹⁵⁶ PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 16.

¹⁵⁷ MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 93, e329303, fev. 2017. p. 2. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rbcsov3293032017.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n93/0102-6909-rbcsov3293032017.pdf). Acesso em: 15 out. 2018.

que, ainda segundo ao autor, leva a decisões vistas como livres, mas que não passam de “frutos de imposições materiais e simbólicas e da ausência de alternativas”.

Exemplo clássico desses subjungadores é o casamento, afinal, como apresenta Pateman, “nenhum de nós consegue escapar completamente das consequências sociais e legais do ingresso no contrato de casamento”¹⁵⁸, que, até poucas décadas e de modo generalizado na sociedade, foi entendido como laço que concedia aos maridos uma espécie de direito divino sobre suas esposas. Conjuntura assegurada, particularmente, por princípios cristãos como o encontrado em Gênesis, capítulo 3, versículo 16, quando Deus teria declarado à Eva: “multiplicarei grandemente o seu sofrimento na gravidez; com sofrimento você dará à luz filhos. Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará”¹⁵⁹.

Não é à toa, como bem observou Thompson, ao se debruçar sobre os rituais de venda de esposas realizados por comunidades das regiões da Inglaterra durante os séculos XVIII e XIX, a posição ocupada pelos homens que, em razão da impossibilidade do rompimento do casamento, sendo inadmissível, portanto, a troca de parceiros conjugais, criaram rearranjos ou rituais cuja prática viabilizasse o reconhecimento da transação e a formalização de novas alianças matrimoniais; transação que, embora altamente teatral, cedia ao marido – e não às esposas – a prerrogativa da relação¹⁶⁰.

Afora o casamento, é possível citar o problema do sobrenome que, embora questão do passado, ainda está presente de modo consuetudinário na sociedade. Além dele, destaca-se a questão da prole e seus cuidados, do trabalho – salário –, das configurações do vocabulário e, de modo mais perturbador, o acesso ao corpo de uma mulher, o direito ao próprio corpo, sobre o aborto, sem esquecer questões atreladas à virgindade e aos conceitos, bem como aos sujeitos, do que vem a ser público e privado. Tudo isso, como grandes pilares e correntes que subsistem nas relações entre mulheres e homens, entre masculino e feminino, e que reportam, de modo embrionário, ao acordo original.

¹⁵⁸ PATEMAN, Carole. Op. cit., p. 37.

¹⁵⁹ Bíblia Sagrada. **Livro de Gênesis**. Disponível em: <https://www.bibliaon.com/>. Acesso em: 09 out. 2018.

¹⁶⁰ THOMPSON, Edward Palmer. Op. cit., p. 305-352.

O grande mote do acordo original e os efeitos decorrentes dessa tratativa é que, ainda que tenha sido ele feito sob os anseios da “liberdade” civil dos sujeitos envolvidos, teve, paralelamente e por pré-requisito, a retirada da liberdade das mulheres que, ainda que tenham atravessado do estado natural para o estado civil, foram submetidas; “contratos que envolvem submissão pessoal implicam a restrição efetiva ao exercício de direitos. Posso mantê-los nominalmente, mas estou numa posição em que careço de autonomia para ativá-los, estando sob o arbítrio de outrem”¹⁶¹.

Acerca disso, entende-se que a expropriação das mulheres quando dos termos originários das primeiras formas políticas civis solapou, drasticamente, a condição feminina dentro do corpo social em uma espécie de estabelecimento de convenções patriarcais dos homens sobre as mulheres, transitados do espaço privado ao espaço público.

O reconhecimento de tais situações pelas mulheres e, privilegiadamente, do quanto foram e são os homens grandes curiosos, atravessadores e sedentos pelo poder – pleno, unilateral e (in)discreto –, carregando consigo todas as balizas de um sistema ruído pela parcialidade e fundado em hierarquias, seria/é capaz de conduzir a processos de dobraduras em si mesmas, ou seja, de subjetivações ou de consciência das contradições inerentes às relações de gênero de modo a interpretá-las e modificá-las a partir delas e por elas mesmas, em um importante movimento questionador da agenda masculina voltado às mulheres. Como bem observou Ivone Gebara, é criadora da convicção inquestionável de onipotência dos homens, cedendo às mulheres a sensação eterna de serem elas estrangeiras, ainda que em suas próprias vocação¹⁶².

Assim, retomando as proposições do contrato original e dos usos e costumes adotados pelas instituições políticas, registra-se que, em certa medida e convenientemente, biologia e representação/construção social (sexo e gênero) são dois lados de uma mesma moeda, motores da subordinação do feminino e, consequentemente, das mulheres, definidas através de uma ideologia da feminilidade em um subproduto dos homens e do masculino.

¹⁶¹ MIGUEL, Luis Felipe. Op. cit., p. 5.

¹⁶² GEBARA, Ivone. **As águas do meu poço:** reflexões sobre experiências de liberdade. São Paulo: Brasiliense, 2005.

À vista disso, é problemático pensar que as conquistas feministas no âmbito dos direitos civis foram capazes de compensar, como o outro termo dessas relações de poder, a condição das mulheres. Na verdade, há de se considerar que, quiçá, tenham sido geradoras de convenções de direito um pouco à maneira do masculino, como será explicado a seguir.

Não é de hoje que ser “Mulher Maravilha” – personagem fictícia das histórias em quadrinhos – se arrasta pelos quatro cantos do mundo. Assim como a “Mulher Maravilha”, o investimento de grupos feministas ao acesso a uma autonomia pessoal tornou-se parte nuclear no ideário feminino, mas, diferentemente da “Mulher Maravilha”, levanta-se a questão de o quanto essa independência não arrastou consigo legados da velha ordem social a mando do macho. Nessa esteira temática de guias literários como comparativos da condição das mulheres, talvez caiba a importante lição deixada pela escritora Virginia Woolf quando defendeu que as contenções femininas nada mais são que uma forma de fazer com que os homens se sintam mais seguros, afinal

as mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural. (...) Como ele continuará a fazer julgamentos, civilizar nativos, criar leis, escrever livros, vestir-se bem e discursar em banquetes, a menos que consiga ver a si mesmo no café da manhã e no jantar com pelo menos o dobro do tamanho que realmente tem?¹⁶³.

Objetivando exemplificar essa assertiva, abandona-se a referência aos quadrinhos para fazer uso da vida real a partir de alegações trazidas pela pesquisadora Margareth Rago, que, ao revelar a progressiva mudança da condição das mulheres, em especial nos anos 1920, quando “a figura da mulher moderna, magra, ágil, agressiva e independente, comparada à melindrosa, à sufragette ou às atrizes norte-americanas, passou a ser admirada pelas plateias femininas e masculinas”¹⁶⁴, também apontou o descompasso existente no interior das relações familiares e seu forte moralismo, bem como as conversões masculinas a cada passo

¹⁶³ WOOLF, Virginia. Op. cit., p. 54-55.

¹⁶⁴ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 578-606. p. 586.

adiante dado pelas mulheres em um forte movimento de apropriação e exploração das conquistas das mulheres e nítidas divisões e diferenças pautadas pelo sexo.

Seguindo esses apontamentos, assimila-se bem a noção de que, embora as conquistas sobre o direito ao corpo, ao voto, ao casamento, ao trabalho, à maternidade, entre outras coisas, pouco mudou a situação das mulheres que, de um modo ou de outro, muito ou pouco, estão sempre em situação de impedimento e inibição por parte dos homens. Estes, ainda que partes de um processo de modernização e avanço da mentalidade e do discurso burguês sobre o que é ser mulher¹⁶⁵, voltam-se reiteradamente aos velhos modelos das relações de gênero, em especial, quando, por exemplo, o assunto se dirige ao lar/ao convívio das relações privadas, onde se encobertam aspectos centrais das desigualdades entre os sujeitos, principalmente em se tratando das mulheres, as quais

na procriação, criação da prole e manutenção da casa possibilitam que os membros de sua família trabalhem – trocando sua força de trabalho por salários -, e isso dificilmente pode ser negado. Mas disso decorre automaticamente que as mulheres em geral, independentemente de sua classe ou raça, sejam definidas de modo fundamental por suas funções domésticas? Disso decorre automaticamente o fato de que a dona de casa é realmente a trabalhadora secreta no interior do processo de produção capitalista?¹⁶⁶.

invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das esferas domésticas. [...] Muitos homens já começaram a colaborar com suas parceiras em casa, alguns deles até devotando o mesmo tempo que elas aos afazeres domésticos. Mas quantos desses homens se libertaram da concepção de que as tarefas domésticas são ‘trabalho de mulher’? Quantos deles não caracterizam suas atividades de limpeza de casa como uma ‘ajuda’ às suas companheiras?¹⁶⁷.

Tal conjuntura, por mais terrível que seja compreender e aceitar, remete à consideração de que não seria de outra forma que os homens tomariam as mulheres como parceiras no contrato original, ainda que as subjugando, mas como servas, haja vista a importância do discurso da consensualidade. Afinal, ainda que

¹⁶⁵ Sobre o tema relacionado à mentalidade burguesa e as construções de uma “nova mulher”, conferir: D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 223-240.

¹⁶⁶ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 235.

¹⁶⁷ Ibid., p. 225.

produtoras de algo intangível, são elas as responsáveis, na qualidade de “rainha do lar”, das necessidades dos sujeitos de sua família, os quais, bem cuidados, encontrarão no espaço público, em especial em seus empregadores, os reais beneficiários dos serviços da dona de casa.

Desse modo, entende-se que, apesar dos avanços obtidos em nome do feminismo, o que se observa é o contraditório e ambivalente universo feminino no qual coexistem conquistas e retrocessos, ascensão e, ao mesmo tempo, a salvaguarda da masculinidade. Nesse sentido, o que se vê é que, ainda hoje, são as mulheres atreladas, social e economicamente, a uma espécie de determinismo biológico de modo que, apesar dos avanços, ainda subsiste algo que une todas as mulheres indiscriminadamente: a opressão com base no sexo.

Assim, sob os pilares dos pensamentos teóricos de feministas de segunda onda¹⁶⁸, coaduna-se com a defesa de serem as mulheres, ainda na contemporaneidade, exploradas via maternidade, via casamento, via violência sexual, via capitalismo, entre outros, em um verdadeiro movimento de perpetuação do poder social masculino e manutenção das mulheres em jornadas duplas, triplas ou quantas forem necessárias de sua própria existência, indo e vindo no que a de ser e no que era antes.

E é claro que, quando a reflexão pousa sobre os avanços e retrocessos do universo feminino, não há nada mais paradoxal do que as “conquistas” da Lei nº 11.340/06, vulgo “Maria da Penha” em homenagem à cearense Maria da Penha Maia Fernandes, símbolo da luta contra a violência familiar e doméstica. Essa lei, ainda que interpretada como grande “tratado” de garantias e êxitos, no direito ao acesso à justiça por parte das mulheres, mostra-se, muito mais, como dispositivo imaterial e privativo da vontade de quem manda, segundo diversas lógicas machistas, do que um remédio à violência sofrida pelas mulheres, de modo que a citada lei se impusesse como notório documento das conquistas feministas. Assim, compactua-se com o que foi afirmado pela pesquisadora Tatyane Guimarães Oliveira, ao dizer que

¹⁶⁸ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a02v15n2>. Acesso em: 21 out. 2018.

o Estado vem absorvendo seletivamente essas demandas, ou seja, atendendo aos aspectos mais “digeríveis” dos discursos e agendas feministas, e que esta absorção parcial é visível diante das resistências que as instituições jurídicas e o Estado têm revelado no que se refere à garantia dos direitos das mulheres¹⁶⁹.

Aqui, entende-se que a grande problemática que cerca a Lei nº 11.340/06 reside, primeiramente, no fato de que, muito embora haja nela a previsão quanto a consideração dos contextos peculiares das mulheres em situações de violência, e que essa lei destina-se a assegurar condições para o efetivo exercício de direitos como a vida, a saúde, a dignidade, etc., são as mulheres capitalizadas, para mais ou para menos, segundo seu histórico de conduta, sua fama, sua imagem e honra, em uma espécie de filtro que determina serem elas merecedoras ou não das proposições legais.

A dificuldade exposta nessa situação é que, ao se falar de honra e de mulheres, o percurso assume um regime orientado em nome e em prol do macho que, em certa medida, acaba por determinar, em vez de salvaguardar, as categorias de mulheres aptas a protagonizar a condição de vítima. Desse modo, como propriedade particular das mulheres, nota-se que a honra funciona como um bem simbólico que, embora a elas esteja (honra) vinculada, é, na verdade, de propriedade dos institutos de controle e daqueles que nele operam.

Nessa seara de protagonismos convém não esquecer, é claro, da família, pois “das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, quer em empurrar o *status* do grupo familiar mais e mais para cima”¹⁷⁰. E assim, recuperando as discussões dos primeiros parágrafos desse subcapítulo, postam-se elas como objetos das resoluções masculinas, os quais vivem para redefinir e formular uma série de diretrizes aos corpos e às representações coletivamente captadas sobre e para as mulheres, julgando-as, em cima disso, como boas ou más, como dignas ou indignas, como “santas” ou “putas”.

Em se tratando dessa “domesticação” dos corpos das mulheres, considera-se relevante uma breve referência às lições trazidas por Certeau que, como Foucault,

¹⁶⁹ OLIVEIRA, Tatyane Guimarães. Feministas ressignificando o direito: desafios para aprovação da Lei Maria da Penha. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 1, p. 616-650, 2017. p. 620. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n1/2179-8966-rdp-8-1-0616.pdf>. Acesso em :04 jul. 2019.

¹⁷⁰ D'INCAO, Maria Ângela. Op. cit., p. 229.

mas sob formas distintas, questionou ser ou não o corpo uma unidade pensável. Assim, Certeau, em cujas reflexões o historiador Eduardo Gusmão de Quadros propôs a existência da alteridade como componente basilar, afirmando que “o outro que nos escapa, como Deus, impossível de ser compreendido plenamente, é o princípio básico dos escritos certeaunianos”¹⁷¹, propõe que “o que faz um corpo é uma simbolização sociohistórica característica de cada grupo”¹⁷².

Desse modo, compartilhando das assertivas afiançadas por Certeau, nota-se serem os corpos instâncias ficcionais que viabilizam práticas sociais e, em se tratando das mulheres, como sujeitos que suscitam historicamente, em um contexto de gênero e de relações de poder, práticas simbólicas de autoridades institucionalizadas e institucionalizadoras (a exemplo do que observou Carole Pateman), seus corpos situam-se como objeto semiótico-simbólico em cujas inscrições ressoam relações de alteridade e a produção de discursos empenhados em ditar seus usos e desusos.

Exposto isso, comprehende-se que as mulheres e, em especial, as mulheres pobres, valendo-se das considerações utilizadas sobre a atuação do Estado nas comunidades periféricas e a questão dos corpos, situam-se como sujeitos duplamente categorizados: primeiramente, na condição de massa e de classe e, em segundo plano, enquanto concorrente ou não das “benesses” estatais a partir da imagem que “vende” – constituída, é evidente, de um diálogo ininterrupto das enunciações político-culturais sobre a corporeidade feminina.

De qualquer forma, a questão que se estabelece ante essas considerações é a seguinte: estaria, portanto, o Estado, ao requerer das mulheres a honra para situá-las como beneméritas da Lei nº 11.340/06, instrumentalizando e fomentando as tratativas criminosas em prol da construção de figuras da violência? Afinal, destituídos de capital financeiro, resta aos grupos populares o valor de sua imagem – essa, então, posta como objeto de “negociação”.

A hipótese assumida nesta pesquisa constitui sua substancialidade a partir de uma observação de natureza empírica sobre a rotina de registros de ocorrências policiais que versem sobre violência de gênero. Dentro desse contexto, atentou-se

¹⁷¹ QUADROS, Eduardo Gusmão. A vivência religiosa como objeto da história das religiões: uma leitura de Michel de Certeau. **Impulso**, Piraciba, v. 37, n. 15, p. 101-109, 2004. p. 104.

¹⁷² CERTEAU, Michel de. Histórias de corpos. **Projeto História**, São Paulo, v. 25, p. 407-312, dez. 2002. p. 407.

que, tendo em vista ser a admissão de atributos da honra uma necessidade (informal) para a obtenção da atenção estatal, e que honra, para as mulheres, se constrói em torno dos ideais de castidade e pudor, ou seja, através de sinais de fragilidade, o sofrimento, postando-se a vítima como sujeito vulnerabilizado, passa a ser visto como questão indissociável para o reconhecimento público da violência que o gerou.

Se o Judiciário promove um julgamento moral sobre o comportamento da vítima e reproduz o caldo de cultura em que está imerso o contexto de violência, promove mais violência, neste caso, institucional. Como resultado, temos maior distanciamento na relação com as jurisdicionadas, piora nos mecanismos de acesso à Justiça, realimentação da “inferioridade cidadã” feminina, regresso no processo de construção do Estado Democrático de Direito e, por óbvio, mais violência, podendo avançar em graus cada vez maiores¹⁷³.

Ante o exposto, ampliando a perspectiva, entende-se que essa dinâmica vai além da condição de exigência das propriedades do que consuetudinariamente se admite por vítima¹⁷⁴, de modo a submeter as mulheres a uma indispensabilidade do sofrimento que, não raro, requer delas a ocorrência de uma violência física como condição material para posicioná-la na categoria de sujeito merecedor e/ou até mesmo coloca-as em situação de necessária adição da violência em busca da recognition por parte dos operadores estatais. Assim, como observou uma policial entrevistada: “*muitas mulheres se submetem a tais comportamentos pois acreditam que é esse o papel que a sociedade espera dela e ficam com medo das reações caso ela não se encaixe no padrão estabelecido*”¹⁷⁵.

Desta forma, se sobre as mulheres já recai todo um legado de passividade e resignação, a natureza dessa relação de reconhecimento vem para acentuar não só aquilo que a sociedade espera delas no que diz respeito à questão de gênero, mas, de modo mais prejudicial, reassenta-as no espaço onde não há perspectivas ou

¹⁷³ BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Violências contra a mulher e as práticas institucionais**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. Disponível em: http://www.promissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/08/MJ_VCMespraticasinstitucionais.pdf. Acesso em: 02 ago. 2016.

¹⁷⁴ O termo vítima possui origens e derivações históricas, assentando-se na ideia do elemento paciente, sacrificado e/ou imolado. Aqui, de maneira técnica, e como já explicado em nota de páginas passadas, o termo vítima assume a qualidade de mera qualificação do sujeito objeto de um ato lesivo, seja ele de interesse penal ou não.

¹⁷⁵ Alias, policial civil. Setembro/2015.

recursos de autoridade/resistências. Assim, consequentemente, criam apenas dois cenários às mulheres: aquelas que são vítimas, com todos os infortúnios e signos exigidos nesse conceito e, evidentemente, desde que amparadas pela liquidez da honra; e aquelas que, simplesmente, não fazem jus à qualidade de vítima e que, por óbvio, são atreladas ao status de desonra; logo, em se tratando dessas mulheres “não vítimas”, ainda que de fato vítimas, sua propriedade simbólica em negativo jamais lhe dará a chance de adentrar à esfera da justiça.

Entende-se que esse movimento projeta nas mulheres a vítima “colaboradora” que, paralelamente, providencia a sensação de injustiça, incompreensão e de abatimento sobre cada uma daquelas que se submetem às cláusulas práticas do sistema penal. Dessa forma, conclui-se que essa dinâmica, portanto, faz-se veículo de uma rotina da sobrevitimização ou vitimização secundária que

abrange os custos pessoais derivados da intervenção do sistema legal que, paradoxalmente, incrementam os padecimentos da vítima. Assim, a dor que causa a ela reviver a cena do crime ao declará-lo ao juiz; o sentimento de humilhação que experimenta quando os advogados do acusado culpam-na argumentando que foi ela própria que com sua conduta provocou o delito (ex. agressão sexual); o impacto traumatizante que podem causar na vítima os interrogatórios policiais, o exame médico forense ou o reencontro com o agressor em juízo etc.¹⁷⁶.

Ademais, ao condicioná-las à premissa do aparato simbólico “positivo”, pelo qual perpassam as peculiaridades vinculadas à vulnerabilidade, como garantia do acesso ao sistema penal, acaba o Estado, com destaque para a atividade policial, enquanto instituto detentor da prerrogativa legal para o atendimento de situações de violência de gênero, a condicionar a perversão da lógica jurídica no que diz respeito aos registros de ocorrências.

Sendo assim, comprehende-se que estar nas páginas dos registros policiais na categoria de vítima é requisito que não só dá entrada às mulheres ao sistema penal, sustentado no reconhecimento da honra, mas, fundamentalmente e em regresso, “atesta”, no seio social e, desse modo, em seu círculo habitacional e cotidiano, quem é essa mulher. Nesse plano, o boletim de ocorrência assume ressignificações que possibilitam não só o reconhecimento social do sofrimento, mas, excepcionalmente,

¹⁷⁶ MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. Op. cit., p. 78.

concede a legitimidade para as formas de reparação da violência sofrida – em cujo contexto merece atenção a atuação das organizações criminosas, principalmente, quando o assunto é violência sexual.

Isso posto, se o boletim de ocorrência de violência de gênero proclama-se, informalmente, como atestado de “boa conduta”, caso uma mulher queira fazer jus aos sentidos simbólicos que dela se espera enquanto sujeito categorizado pelo gênero, pode ela, nessa perversão da lógica jurídica, levar ao conhecimento das autoridades policiais fatos que não são verdadeiros e/ou, ainda que sejam, ganhem nova narrativa, e/ou objetivando a reparação do dano sofrido, fazendo, para tanto, uso dos “serviços” não oficiais, ou seja, da criminalidade, venha ela se valer do boletim de ocorrência como documento/certidão oficial da violência que anuncia.

Nessa esteira de pensamento, posiciona-se o boletim de ocorrência como documento de dupla filtragem para as mulheres: o primeiro filtro é aquele que se estabelece como porta de entrada ao sistema penal por meio de propriedades e condições já elencadas nos parágrafos acima; já o segundo filtro encontra lugar na opinião pública e na delinquência (instituto não oficial de “justiça/vingança”). Um e/ou outro, portanto, da mesma forma que atuam como protagonistas das exigências da honra, estimulam nas mulheres um novo olhar sobre o boletim de ocorrência, o qual deixa de ser entendido como ingresso à justiça, para ser fabricado enquanto certidão de integridade.

Pensando nessa questão, descobriu-se um artigo publicado pela pesquisadora Cynthia Sarti no qual expõe a construção das figuras da violência, em particular a vítima e a testemunha, tendo como limite as experiências de sofrimento, tortura e morte ocorridas durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Consoante Sarti, a questão do sofrimento e a necessidade de elementos sancionadores das formas de manifestação desses sentimentos que, no caso, aqui, encontra lugar no boletim de ocorrência, é entendido como uma condição para sua inteligibilidade, constituindo-se como uma linguagem ou forma de comunicação. Para a autora, “o problema que a experiência da violência coloca é o da ausência de um lugar de inteligibilidade e escuta para o sofrimento que dela advém, lugar que

requer, como condição de sua possibilidade, o reconhecimento social dessa violência”¹⁷⁷.

Assim, ampliando o campo de análise, deduz-se que a exigência do boletim de ocorrência como instrumento de certidão de conduta extrapola o simples encargo de certificação para se forjar como dispositivo de inteligibilidade social, sem o qual a expressão da dor, com seus traços subjetivos, morreria em um espaço de imprecisão e/ou de invisibilidade. Estar no papel, portanto, “reconcilia”, em uma esteira negociativa de reconhecimentos, o indivíduo e as possibilidades do mundo social.

De tais circunstâncias se depreende que as mulheres, ainda que em um cenário tão desfavorável, não deixam de registrar suas queixas, postura que marca a luta de cada uma delas no desenrolar da história, de modo que resta o reconhecimento de serem elas, a partir do que ensinou Michelle Perrot, “mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam mudança”¹⁷⁸. De maneira similar, Michel de Certeau é excepcional ao trazer a astúcia como condição de resistência em condições de dominação e opressão. De acordo com o autor, ante as brechas na estratégia de dominação encontra-se a astúcia como contingência do fraco, sua “arte de fazer”, que lhe garante, pela tática, a não submissão¹⁷⁹. E, de maneira equivalente, encontra-se nas assertivas feitas por Raffestin que, “nas relações políticas jamais existem relações deterministas, pois elas são sempre aleatórias a despeito das aparências. Há sempre um certo grau de autonomia, mesmo que ela se inscreva numa situação trágica”¹⁸⁰.

Em cima disso, ao analisar a condição imposta às mulheres que necessitam da Polícia para registrar uma ocorrência de violência doméstica, percebe-se, alinhado ao que propôs Certeau, que essas mulheres fazem uso das leis, das práticas e das representações que lhe são impostas, subvertendo-as e empregando-as a serviço da regra e de convicções que, por sua natureza, não rejeitam as exigências e os aspectos atrelados ao boletim de ocorrência, enquanto atestado de

¹⁷⁷ SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 77-105, 2014. p. 81. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/04.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

¹⁷⁸ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 15.

¹⁷⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

¹⁸⁰ RAFFESTIN, Claude. Op. cit., p. 38.

boa conduta, mas dele se satisfaz, jogando dentro do território masculino com as ferramentas que lhe foram dadas.

CAPÍTULO 3

A VISÃO DO INVISÍVEL: mulheres, violência de gênero e a polícia

Raffestin menciona que a sociedade é uma sociedade de organização, e que o Estado, enquanto organização como outra qualquer, codifica, quadricula, bloqueia e centraliza a existência de todas as formas de forças sociais. Portanto, é criadora de relações dissimétricas sensíveis, em cujas profundezas intencionais instituem-se questões de interesses político e socioeconômico¹⁸¹.

Esse exercício, entretanto, enquanto posição teórica já assumida nessa discussão, se faz através dos conflitos de território e por meio de processos representacionais, culminando na utilização do panoptismo que, por sua vez, materializa-se na domesticação dos sujeitos, operados por uma rede de ação na qual todas as partes estão debaixo de um olhar que “vê sem ser visto”, que age nos detalhes, através da adoção da biopolítica e da aplicação de micropenalidades, e que se satisfaz das permanências e da apropriação das práticas de poder que dele não se beneficia, mas que, através de seus funcionários, são entendidos, a partir da crítica da pesquisadora Maria Stella Bresciani, como autômatos.

Desse modo, aqui, nesta análise de doutoramento, observa-se que tais desequilíbrios tornam-se promotores de um quadro de violência que se instaura sobre e entre aqueles que são despojados – de direitos fundamentais e da prerrogativa da força –, orientando, por sua vez, todas as manifestações da vida cotidiana e, enquanto objeto de especial interesse, nas mais diversas formas de exteriorizações da violência de gênero.

Resumidamente, essa exteriorização se manifesta através do elevado número de ocorrências de violência doméstica; através e em razão do ciúme por alcoolismo como desconstrução das raízes da virilidade, haja vista o cenário marcado pelas ausências; pelos impedimentos e dificuldades de acesso à justiça que, por sua vez, acaba maximizando o estado de violência, pois, onde impera a violação de direitos

¹⁸¹ RAFFESTIN, Claude. Op. cit., p. 30-50.

fundamentais, dá-se garantias às torres do caos; pelas exigentes “negociações” sobre a violência de gênero impostas a essas mulheres pobres, portanto, “descapitalizadas” do simbólico, entre tantas outras manifestações, como se discutiu.

Feito isso, esse último capítulo tem por propósito oferecer especial atenção àquilo que foi considerado excepcional à ocorrência da violência de gênero: a visibilidade e a exposição que os pobres estão sujeitos e, no caso, os moradores da zona norte de Ribeirão Preto. Essa conjuntura percorre todas as premissas e os efeitos da violência doméstica e que, portanto, essa pesquisa entende como cláusula de ensejo à ritualização daqueles que ocupam os bairros da zona norte, além de ser instância motriz dessa violência e das formas através das quais ela opera sobre as mulheres.

Desse modo, ressalta-se o quanto essa condição de visibilidade a que estão subordinados acaba por instrumentalizar a rotina dessas pessoas, condicionando-as a uma certa condescendência e interação, voluntária ou involuntária, à exposição, ao monitoramento e à partilha de sua intimidade com tudo que é público, reinventando-se na ordem do visível para, então, sobreviver, sendo visto sem ser efetivamente visto, e, em especial, sem poder, de fato, ver, haja vista a supressão nebulosa de suas formas de vida e contato com a ordem social – situação que, na prática, fixa-se como o dorso do panóptico.

Assim, uma vez absorvida a informação de que os conflitos de território, consequentemente, suas fragmentações, e as práticas que dela foram resultantes, acarretaram em um processo de desqualificação social, de absentismo estatal e, por fim, no definitivo e ininterrupto regime de violência doméstica, manifestado de diversas formas. Defende-se, agora, que essa situação só foi possível em razão da exteriorização da privacidade desses sujeitos, ou seja, da visibilidade.

Entende-se que essa exteriorização, além de interferir em seus costumes, hábitos e convenções, produzindo uma coletivização desses sujeitos, também operou na construção de uma rede de controle social situada entre as pessoas da zona norte de Ribeirão Preto – não necessariamente positiva. Desse modo, até aqui, a análise promoveu uma correlação entre as práticas estatais e a violência de gênero, tomando como ponte a visibilidade que interliga esses quadros tão ambivalentes. Neste instante, analisar-se-á, então, justamente esse vínculo associativo, isto é, a visibilidade.

Para tanto, a fim de substancializar de forma mais concreta o que se tenta afirmar através da escrita, fez-se uma caminhada de longos e diversos dias por entre as ruas dos bairros da zona norte, registrando, através de fotografias, as casas que ali foram construídas. O propósito desse ato é trazer ao(à) leitor(a) percepções que vão além da leitura, permitindo uma diminuta imersão aos limites geográficos de análise, bem como ao que justifica e legitima a idealização dessa pesquisa, privativamente, quando se traz a ideia de visibilidade existente nesses territórios.

Imagen 4 – Bairros Ipiranga e Campos Elíseos, cidade de Ribeirão Preto/SP – 2019.











Fonte: Arquivos pessoais da pesquisadora, 2019

A partir desses registros de imagem, atribui-se particular atenção a este último, no qual há um homem à espreita na janela de uma casa, onde, essa pesquisadora, após alguns minutos de espera ali na rua, pode verificar que há apenas uma idosa que, naquele momento, era chamada pelo homem que, antes de chamá-la, passou um bom tempo olhando a janela como se intencionasse, antes de chamar, ter certeza de que havia alguém naquela casa que pudesse ser invocado. Essa circunstância demarca quase que uma regra matemática às avessas, a partir da qual a regra dos fatores altera o produto que, neste caso, é o respeito à intimidade, pois é de praxe a invocação do sujeito a fim de sabê-lo ali, e não, como se percebeu, sabê-lo ali para então reivindicá-lo à porta.

Embora isso, nos demais registros fotográficos faz-se convidativa a constatação dos aspectos de visibilidade que vêm sendo afirmado. Das fotografias feitas privilegiadamente nos bairros Ipiranga e Campos Elíseos nota-se, portanto, o quanto as pessoas que ali habitam estão determinadas a uma exposição. Isso, como é evidente e fácil observar, materializa-se através da proximidade de suas casas, construídas em travessas ou através do uso de paus como material estruturante.

Além disso, de modo mais particular e em razão da própria arquitetura utilizada, destaca-se a existência de casas com muros baixos, portões pequenos ou de grade, e a ausência de espaços destinados à separação do primeiro ambiente da casa com a rua, geralmente ocupado por uma varanda. Nessas casas sem essa separação, como se observa nas fotografias, está presente, invariavelmente, uma

arquitetura que submete justamente a janela do quarto como espaço que se volta à calçada.

É evidente que se atribua um estilo espaço-temporal às construções que aqui são analisadas, isto é, os muros e portões baixos, a janela do quarto com saída para a calçada e, privilegiadamente, a ausência de varanda ou garagem. Afinal, a construção dessas casas remonta a um período no qual o ingresso dos carros no país e, até mesmo, o acesso deste aos pobres, projetava-se como realidade distante.

Mas a questão é que os anos passaram, a cidade cresceu, modernizou-se, houve a introdução cada vez mais veloz de prédios, condomínios e residenciais fechados e, ainda assim, a zona norte permaneceu quase que intocada. Assolados pelo espectro da pobreza, os bairros da zona norte entraram em curso profundo da manutenção do passado, exacerbada pelas novas e mais atuais objeções sociais e, claro, pela criminalidade que, assim como o tempo, sempre avança.

Quando se presta atenção nessas casas, visualiza-se o quanto público e privado atuam quase que em reciprocidade e concomitância. E, por falar nesses conceitos, que, como já discutido são esferas artificialmente criadas a partir de processos de codificações da ordem de gênero formuladas sob a emergência da modernidade, é sempre bom estar atento à noção de que, com ou sem muros, com ou sem portões, às mulheres reservam-se os limites da casa e das funções que ali devem ser desempenhadas. E, nessa linha de raciocínio, tem-se nesses modelos de casas uma disposição que funciona como tutela e agravante à fiscalização de cada uma delas. Mas, então, porque tanta violência doméstica nesses espaços descortinados?

A resposta a essa questão não se faz penosa para ser construída, pois, distante do que propôs Heleieth I. B. Saffioti, quando afirmou que “já se mete a colher em briga de marido e mulher”¹⁸², são essas casas vestíbulo do controle dos corpos femininos que devem obedecer aos ditames das funções de gênero; todavia, dificilmente far-se-ão veículo de proteção à violência a qual são submetidas, ainda

¹⁸² SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009. Acesso em: 14 jan. 2020.

que essa violência ganhe espaço na rua da casa, no local de trabalho, na escola dos filhos, entre tantos outros lugares a ser frequentados.

Não é à toa que, quando da ocorrência de uma violência doméstica, e, de modo mais surpreendente, nos casos de feminicídio, situação na qual, incontestadamente, há gritos de socorro, são os vizinhos a personificação da surdez e o protesto do silêncio mais mudo que se pode ter. Assim, a família, ainda que em idade altamente imprópria para enfrentar tamanho conflito, aparece como testemunha decisiva, senão exclusiva, daquilo que um círculo maior de compromisso social à empatia poderia ser peça-chave a eventuais esclarecimentos e responsabilidades.

Após comunicação via Copom a esta unidade informando sobre local de homicídio ocorrido no local dos fatos, esta equipe plantonista, juntamente com a Delegada de Polícia, dirigiu-se ao endereço dos fatos, onde preservando o local encontravam-se os Policiais Militares, condutor e testemunha, integrantes da VTR [...], sendo apurado inicialmente que a vítima encontrava-se no interior de seu veículo, GM Corsa, placas [...], o qual estava estacionado pela Rua [...], em frente o numeral [...], próximo à entrada da escola [...], aguardando sua filha, criança de 11 anos de idade, sair da escola, quando um homem se aproximou da janela do veículo, vindo este sacar uma arma de fogo e efetuar um disparo no rosto da vítima, onde após evadiu-se do local¹⁸³.

O texto desse registro policial é extenso e nele há a presença de inúmeras pessoas da família, entre eles a genitora do autor dos disparos e os filhos de 11 e 07 anos, todos envolvidos no esclarecimento de um fato que não há como ser mais público do que no interior de um carro em frente à escola da filha do casal que, conforme qualificação encontrada no mesmo registro, possuía 29 anos (ela) e 34 anos (ele); ademais, não houve qualquer testemunha arrolada no citado RDO. Sobre isso, é claro, não se pode deixar de afirmar o quanto as pessoas, além das presunções culturais machistas, também são indivíduos que, diferentemente dos policiais, passam longe do destemor necessário para que possam falar ou se envolver nessas situações.

É comum, aliás, como discutido anteriormente, que as pessoas, instruídas pelas informações da criminalidade através da mídia e, especialmente, do cinema, criem um campo de terror da violência marcado por questões conspiratórias e cheio

¹⁸³ CENTRAL POL. JUD-RIB. PRETO. RDO 20725/2016.

de vinganças. É como se, ao se envolverem, seja em situações de homicídio, seja no que é mais insignificante, posicionassem-se elas sob a mira da máfia russa, italiana ou chinesa que a televisão tanto explora e incute na mente dos mais frágeis. Porém, como foi possível constatar no decorrer das vivências no interior das Delegacias, a realidade dos fatos é bem remota àquela dirigida aos espectadores.

Paradoxalmente, portanto, a partir desses bairros analisados enquanto territórios de maior latência das ocorrências de violência de gênero e de seus aspectos arquitetônicos garantidores da mais nua e crua visibilidade, percebe-se que a violência cometida contra essas mulheres pobres está escancarada para quem quiser ouvir, sentir ou olhar, mas, ainda assim, permanecem essas mulheres distantes de uma linha de proteção. Elas são vistas e percebidas na condição de objeto de uma lei universalizante de suas funções sociais, investidas da insuportável tarefa de nascer, crescer, se reproduzir e de morrer ali – mais uma vez, na qualidade de massa e de classe – sem serem capazes de produzir qualquer efeito de empatia sobre a sociedade ou sobre as instituições que deveriam ajudá-las.

Assim, como já observado, são elas o intento de uma biopolítica que, objetivando manter as relações de dominação e efeitos de hegemonia sobre os territórios e as pessoas (todas elas) que ali estão fixadas, mantêm-nas segregadas, hierarquizadas e sob o encargo de ser sujeito anônimo que, identificado como a imagem da massa, opera para o mal ao fazer com que essas pessoas desapareçam em seu interior.

Não é à toa que, até mesmo entre os profissionais das Delegacias de Defesa da Mulher, exercer essa função e promover o atendimento dessas mulheres pobres carece das melhores e mais oportunas possibilidades de rendimento. Isso porque, como vem sendo apresentado, estão elas em um número quase que incontável, presentes – todos os dias – com as mesmas adversidades de seu cotidiano ou, como se diz na linguagem informal, “só mudam de CEP”. Projetam-se elas como personificação de uma multidão anônima enterrada na visibilidade de suas feridas, das quais, não raro, são tidas como responsáveis; afinal, como também se diz por aí, “mulher gosta de apanhar”.

Muitas pessoas ficam horrorizadas com o fato de que existem mulheres que suportam o sofrimento e a degradação provocados pelo abuso, quando o que elas poderiam e deveriam fazer era pegar suas coisas e os seus filhos, quando tiverem, e ir embora. Vista de

fora, essa parece uma decisão fácil. Entretanto, as razões que levam muitas mulheres a permanecerem num relacionamento violento são tão complexas e tão difíceis de ser compreendidas, que poucas conseguem explicá-las até mesmo para si mesmas¹⁸⁴.

Mas não é só isso! A dificuldade do exercício de empatia por parte dos policiais também decorre do fato de que, embora a atuação do movimento feminista entenda a violência de gênero como sequela das relações de poder, que atravessam as construções culturais e sentenciam aos sujeitos funções de gênero, o movimento não é capaz de retirá-la (a violência de gênero) do percurso que trata como *prima ratio* aquilo que, na seara do Direito Penal, deveria ser *ultima ratio*.

E a situação fica ainda pior quando se traz à discussão o determinismo sexual que acomete as mulheres policiais destinadas, em razão do seu sexo, a comporem as equipes de atendimento nas DDMs, haja vista explicações politicamente assumidas pelo feminismo sobre o impasse que se tem quando a vítima é posta ante a presença do masculino, enquanto símbolo daquilo que a afligiu. Argumento que, aliás, é significativamente problemático quando se analisa a questão sob a perspectiva de que há, entre as policiais, não apenas o trato às mulheres vítimas de violência doméstica, mas, também, aos autores dos crimes, bem como o atendimento a crianças e adolescentes envolvidos em diversas questões que não necessariamente a violência de gênero.

Isso posto, constatou-se a estada quase que odiosa entre as policiais femininas desse nexo causal que as nomeiam para comporem a especializada no atendimento à violência doméstica. Isso porque, primeiramente, vê-se, pejorativamente, nas Delegacias de Defesa da Mulher, a cozinha da Polícia e, de modo secundário, essa destinação determinista passa por cima de quaisquer outras aspirações, inclinações ou aptidões que uma mulher policial pode ter entre as abundantes funções existentes na instituição Policial Civil.

Logo, ser homem nessa instituição é também transitar assegurado pelo que de melhor pode oferecer sobre suas propensões; já as mulheres são tolhidas em razão do seu sexo. O quanto isso pode ser capaz de interferir no atendimento feito aos casos de violência de gênero e, se isso é melhor do que ser atendida por

¹⁸⁴ CUNHA, Tânia Rocha Andrade. Op. cit., p. 160.

alguém do sexo masculino, talvez sejam respostas que eventuais e futuras pesquisas possam trazer.

A princípio, o que se conclui é que, nesse campo de difícil conciliação aos interesses das vítimas de violência doméstica e das policiais, o resultado é a morte que toma a vida de ambas, afinal, basta uma rápida e fácil busca nos veículos de pesquisa da internet para constatar a constância de escrivãs que, ao realizarem o interrogatório do autor, tornam-se vítimas fatais desses homens inescrupulosos que, antes delas, ameaçaram, bateram, estupraram ou mataram suas companheiras.

Ademais, no seio dessa falta de consenso e descaminhos, ainda é importante apontar o quanto tal situação empurra às Delegacias a exigência cada vez mais laboriosa de registros de boletins de ocorrência que pecam ao ousar nos detalhes. Se ter que enfrentar diariamente a violência de gênero que se apossa dessa multidão de mulheres visíveis, as quais, constantemente, regressam ao estado de violência para o qual procuraram ajuda, ou não querem dar continuidade à ação penal quando se trata de infrações penais que requerem representação¹⁸⁵, já incita incontáveis demonstrações de pesares, quando não o famoso “chute” da ocorrência, imputa-se à natureza dos detalhes dos boletins de ocorrência de violência doméstica o grande vilão das mortificações que afligem essas mulheres.

Sob outra perspectiva, entretanto, é importante salientar que esse processo de retorno ao lar ou de ausência de representação para que ocorra a continuidade da ação penal é uma roda viciosa que leva incontáveis mulheres ao túmulo, tendo-se como exemplo o fato registrado no RDO 20725/2016, a partir do qual foi verificada a existência de um outro boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Defesa da Mulher sob o número 1661/2016.

Nesse boletim de ocorrência (1661/2016), anterior àquele no qual há o registro do óbito da vítima (20725/2016), registrado em razão da prática de ameaças e injúrias cometidas contra a vítima, verificou-se a ausência da manifestação de representação, bem como a falta de qualquer pedido das medidas protetivas de urgência constantes na Lei nº 11.340/06; além disso, nele, declarou a vítima uma tentativa de retorno ao lar para diálogo com o autor. O fim disso foi sua morte.

¹⁸⁵ A representação é a manifestação de vontade do ofendido ou do seu representante legal, cujo propósito é autorizar a continuidade da ação penal sobre os crimes que requerem tal manifestação, que deve ser apresentada no prazo decadencial de 06 meses. Portanto, a representação é a condição da ação para sua procedibilidade, sem a qual, após 06 meses, há a decadência do direito por parte da vítima.

Assim, em absoluta harmonia com a assertiva feita pela pesquisadora Maria Filomena Gregori, observa-se que

a construção narrativa do casamento violento não apenas incorpora todos eles, como os dispõe de forma a mostrar que o homicídio, por exemplo, é o ato final de uma escalada de manifestações de desrespeito e agressão. Há uma espécie de evolução dos acontecimentos que leva inevitavelmente ao assassinato¹⁸⁶.

Em se tratando das carentes manifestações de representação ou de pedidos de medida protetiva, mais uma vez é preciso trazer à tona o revés que se tem para fazê-los no sistema utilizado pela Polícia Civil de São Paulo, de modo que fica axiomática a burocracia que toma conta dos papéis, ao mesmo tempo que leva ao Direito Penal questões que não se resolverão em forma de grades.

E é evidente que essa complexa situação dá causa, nas mulheres, a um conceito dos estudos da vitimologia, como ramo da ciência criminológica, denominado heterovitimização ou autovitimização ou, ainda, autoculpabilização. Tal situação perfila como um subcampo que descreve o processo no qual a vítima sente-se responsável pelo mal que lhe é sucedido, acreditando e considerando que seu comportamento foi inadequado ou mesmo errado e, por isso, conduzido à ocorrência.

O jogo perverso da atribuição de culpa às mulheres pela violência que elas mesmas sofreram, seja com palavras diretas ou subliminarmente, esvazia de sentido por completo todo o projeto voltado para a proteção a pessoas do gênero feminino, historicamente situadas em estado de vulnerabilidade opressiva. Se o Judiciário promove um julgamento moral sobre o comportamento da vítima e reproduz o caldo de cultura em que está imerso o contexto de violência, promove mais violência, neste caso, institucional. Como resultado, temos maior distanciamento na relação com as jurisdicionadas, piora nos mecanismos de acesso à Justiça, realimentação da “inferioridade cidadã” feminina, regresso no processo de construção do Estado Democrático de Direito e, por óbvio, mais violência, podendo avançar em graus cada vez maiores¹⁸⁷.

¹⁸⁶ GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre as mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993. p. 128-129.

¹⁸⁷ BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Violências contra a mulher e as práticas institucionais**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. p. 84. Disponível em: http://www.promissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/08/MJ_VCMdaspraticasinstitucionais.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

A razão disso é que, ao serem mal atendidas, projetadas e marcadas como arquétipos mudos, pacientes e carregadas de culpa, fadadas, portanto, a resistirem no tempo e no espaço à lógica da violência, tornando-se silêncio, a estratégia do jogo de responsabilidades públicas e políticas designa, com exclusividade, o problema às mulheres. Esse contexto, obviamente, torna-se aditivo ao obstáculo não só de práticas eficazes de intervenção, mas, especialmente, da ausência de relações equipotentes entre homens e mulheres em sociedade, uma vez que são elas relegadas a uma existência metafísico-discursiva de passividade/domínio do masculino.

Ante as exposições que foram feitas, portanto, entende-se que a questão da violência de gênero é extremamente expositiva e percorre pelos mais diversos espaços e de inúmeras formas – não há quem não possa ver. Nesse sentido, são as mulheres, desde o nascimento, a personificação do anúncio do ato de violar, de transgredir e da posse de homens que, se e quando possível, ceifam as vidas que ousam despojá-los.

Suas casas, dessa forma, projetam-se como terreno distante da proteção, tornando visível apenas aquilo que a sociedade quer ver, e as ruas situam-se como esponja que absorve o sangue que parece que pouco ou nada suscita a dizer. Já a Polícia se manifesta como terreno de refugo da abstração política sobre a questão da violência doméstica – imprópria pela natureza da violência que tem bases culturais, inoperante pelas condições dos processos e inacessível em sua plenitude.

3.1 Espaço de Perigo: o estatuto do visível sobre a violência de gênero

Após o levantamento dos 26.104 boletins de ocorrência policiais registrados na Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto/SP, entre 2007 e 2016, constatou-se a existência de três possibilidades de grupos de natureza que mais se destacavam nos registros policiais, isto é, a **ameaça**, os **crimes contra a honra** (calúnia, que ocorre com a imputação falsa de um fato definido como crime; injúria, exercida em razão da ofensa à dignidade ou o decoro de uma pessoa e, por último,

a difamação, cuja prática ocorre com a imputação de um fato ofensivo à reputação de uma pessoa)¹⁸⁸ e a **lesão corporal**.

Sobre o registro desses crimes, é preciso explicar que um boletim de ocorrência acolhe mais de uma infração/natureza, por isso, essas naturezas infracionais foram coletadas da seguinte maneira: um boletim de ocorrência qualificado com as naturezas de roubo e ameaça, registrou-se a ameaça; se qualificado com roubo, ameaça e um dos crimes contra a honra, isto é, calúnia, injúria ou difamação, apenas os dois últimos crimes foram registrados; por fim, se qualificado com as três infrações de interesse (ameaça, crimes contra honra e lesão corporal), foram todas elas registradas. E assim, chegou-se ao seguinte resultado apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Três infrações penais mais cometidas contra as mulheres e registradas na Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto, entre 2007 e 2016.

	Ameaça/CCH	Ameaça	Lesão Corporal	CCH	LC/Ameaça/CCH	LC/Ameaça	LC/CCH	Total RDOs
2007	29	542	598	156	8	31	25	2333
2008	154	682	645	161	69	97	46	1912
2009	566	443	365	133	258	147	101	2454
2010	695	287	297	111	293	95	65	2498
2011	820	382	277	146	316	96	72	3264
2012	705	390	235	108	211	80	72	3494
2013	395	520	385	119	37	130	117	2870
2014	158	415	154	387	37	45	31	2405
2015	518	218	52	211	115	16	47	2393
2016	538	282	59	214	106	45	41	2481
Total	4578	4165	3067	1746	1450	782	617	26104

No gráfico é possível perceber, dos 10 anos de levantamento, iniciado em 2007, haja vista o início, também, da instrumentalização da Lei nº 11.340/06 sobre os boletins de ocorrência, que, de imediato, houve uma alteração no tipo de infração cometida, uma vez que, nos 09 anos seguintes não obteve destaque como crime de maior incidência, isto é, a lesão corporal. Assim, se em 2007 a lesão corporal se impôs como infração de relevância, nos demais anos as práticas de violência de gênero tomaram forma sob o invisível, de modo que a ameaça e os crimes contra a honra fizeram-se latentes nos 09 anos de registros policiais que se seguiram.

Ante a ausência da disciplina dessa mesma lei sobre os boletins de ocorrência nos anos que antecedem 2007, de tal forma que todos os registros

¹⁸⁸ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

anteriores a essa data não possuem, em sua natureza, a indicação de se tratar ou não de um crime atravessado pelas questões de gênero, fica difícil afirmar se o crime de lesão corporal mantinha-se constante e em primeiro plano de incidência. Entretanto, exceto no ano de 2013, no qual houve um substancial aumento dessa infração, os demais anos deixam transparecer uma queda sequencial a partir da qual se deduz que a Lei nº 11.340/06 tenha sido efetiva sobre os crimes que deixam marcas, em particular as lesões corporais.

A partir disso, o que mais chama a atenção nos dados compilados é a permanente presença do crime de ameaça e dos crimes contra a honra registrados pelas mulheres nos anos que sucedem a referida lei – e é em razão disso e com o intuito de tecer oportunas conclusões que se farão úteis os próximos parágrafos. Desse modo, intenciona-se demonstrar a existência de dois resultados decorrentes das informações que foram alcançadas/registradas, relacionando-as às noções obtidas no que diz respeito à visibilidade, sobretudo aos crimes de gênero.

O primeiro resultado é a própria condição espacial que operacionaliza os corpos ao hábito de tudo aquilo que é abstrato – por conseguinte, a existência, em se tratando de violência de gênero, da adoção da criminalidade “invisível”. O segundo resultado está no plano da compreensão de ser a adoção de tais práticas criminais uma estratégia dissimulada para fugir às consequências de seus atos, afinal, onde estariam as provas senão no plano da imaterialidade do cotidiano.

Como discutido, o cotidiano dessa população, sempre retomando o ponto geográfico de referência, que é a zona norte de Ribeirão Preto, mantém-se sob a mira constante e expositiva do Estado e dos grupos de pessoas cujo estilo de vida e interesses são impulsionados por seus privilégios e que, em razão da posição da qual desfrutam, delega aos órgãos públicos, com especial destaque aos órgãos de controle social, isto é, a Polícia, para que sejam eles (e ela – a instituição policial), verdadeiros paladinos às avessas.

A condição para tal onipresença faz-se através de uma sequência de processos que, por longos anos, modelaram e investiram sobre essas pessoas, de modo que foram e são elas impossibilitadas de uma relação, em especial econômica, de equivalências. O principal efeito disso é a marginalização desses sujeitos e a efetiva carência do Estado, que se manifesta através do atraso estrutural encontrado naqueles bairros e, privilegiadamente, nos aspectos das ruas e casas,

as quais acenam uma complexa rede de visibilidade, haja vista inviabilidades políticas, sociais e, mais uma vez, econômicas.

A partir disso, então, uma vez que são esses territórios os espaços da ininterrupta subsistência da violência de gênero, e que seu cotidiano é marcado pelo visível, deduz-se apropriada correlação entre essas duas perspectivas, cujo efeito se concretiza através do notório destaque aos crimes que pairam em planos incorpóreos. Entretanto, é sensato dizer que essa propositura não se satisfaz da exclusividade dessa correlação, mas também é instigada por outras nuances que caracterizam e definem os limites geográficos da pobreza e que, por seu turno, são capazes de afetar o comportamento dessas pessoas e suas relações, sobretudo as relações entre mulheres e homens.

A primeira delas, considerada fundante das nocivas e desagradáveis atitudes que recaem sobre as mulheres, é a presença das igrejas nesses bairros. Percebida como uma entre tantas tecnologias de gênero, como defendido pela pesquisadora Teresa de Lauretis, a igreja, tendo em vista as lições sugestionadas pelo livro sagrado (ocidental), isto é, a bíblia, carrega em sua história a coluna de vieses secundários atribuídos às mulheres, reforçando, portanto, as desigualdades de poderes que privilegiam o masculino. Seguindo essa direção, Raquel Soihet afirma que a igreja

reiterava, acerca da inutilidade das preocupações sobre a superioridade ou igualdade entre os homens e mulheres, enfatizando a prioridade de se investigar as funções sociais para as quais estes demonstram aptidões. E no caso das mulheres, revelava averiguar “se precisam como os homens o âmbito do mundo para o exercício de suas faculdades, ou simplesmente o estreito recinto do lar doméstico, cujos deveres são difíceis de cumprir, encaminhando sua argumentação, em termos de uma indução explícita, para última solução. Fato que se pode verificar, ao acentuar que as mulheres têm uma função especial que corresponde às leis do seu sexo, “sublime tanto nas dores que lhe são inerentes como no resultado de ter filhos”. Sua atuação primordial na família mais que no trabalho, constituía-se “numa ciência que absorve todos os dias, horas, minutos...”. A desobediência a essa norma, em decorrência da propaganda equivocada em prol da participação feminina na esfera pública, resultaria na diminuição das “mulheres honestas para aumentar as cínicas falanges das que não são”. E, para finalizar, apelava no sentido de deixar a mulher no interior da família, de onde

não deve sair, a mulher feliz, ativa, ornada com a dupla coroa, o amor do marido e dos filhos¹⁸⁹.

Ante o exposto, destaca-se a presença do rigor normativo católico que preza e conclama por mulheres que possuam comportamentos de submissão e resiliência. E, é claro, que, sendo a religião a administração do sagrado e, em sua essência, um fenômeno atravessado por relações de poder que implicam na distinção entre sagrado e profano, ao analisar os crimes cometidos contra as mulheres, tal exercício passa não só pela conjuntura da visibilidade ou da fragmentação geográfica e das relações de poder, além dos aspectos representacionais e de deslegitimização dos sujeitos, mas, em conjunto, deve ser observado em razão da atividade religiosa que, por sua vez, aposta em mulheres santas que, do contrário, devem ser apedrejadas.

Isso posto, as análises da violência de gênero precisam considerar as influências da religiosidade nas práticas cotidianas que estruturam condições para a criação e permanência da violência e, em se tratando dos dados obtidos, tais influências surgem como esteio dos tipos de infrações que ali são cometidas e que saltam entre os documentos de registro policial, isto é, os crimes contra a honra ou da ameaça, que, dependendo de seu intento, convertem-se, também, em uma extraordinária ofensa à reputação das mulheres em um contexto que assegura perspicaz intimidade às lições do sagrado.

A fim de exemplificar essa questão do crime de ameaça que, a depender do que é ameaçado e de sua concretização, também fere a imagem das mulheres e se norteia por premissas religiosas, traz-se a essas linhas de análise um boletim de ocorrência registrado em 2011 no qual a vítima declarou que, naquele momento, estava separada do autor que não aceitou o término da relação e, portanto, passou a fazer escândalos na porta da vítima mediante palavras ofensivas à reputação dessa mulher. Além disso, a vítima informou aos policiais que fora ameaçada de morte pelo companheiro e de que, caso ele a encontrasse na rua, iria raspar a cabeça dela.

Símbolo de vitalidade, erotismo, virilidade, força e sedução, desde a antiguidade, o cabelo longo traz consigo aspectos capazes de dizer as propriedades do sujeito, propriedades que permeiam os elementos da divindade ou do

¹⁸⁹ SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **Revista Estudos Feministas**, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1997. p. 07-08.

demoníaco. Na Bíblia, em 1 Coríntios, capítulo 11, versículo 15, há a seguinte passagem: “ter a mulher cabelo crescido lhe é honroso, porque o cabelo lhe foi dado em lugar de véu”¹⁹⁰.

Sinônimo de virilidade aos homens, estereotipado na figura clássica de Sansão, o cabelo, por outro lado, assume aspectos de honra às imagens das mulheres, logo, cortar aquilo que as lições bíblicas determinaram como véu seria uma transgressão à boa representação feminina. E, assim, consciente ou inconscientemente da causa e efeito, usam os agressores dessa ameaça contra as mulheres. No entanto, é importante adiantar ao leitor e à leitora que, em se tratando do autor dessa ameaça do corte de cabelo, seu fim não contou com as contingências da sorte ofertada aos homens desde o nascimento, sendo ele morto a facadas por sua companheira em 2013, como se verá em páginas futuras.

Discutido isso, admite-se que, historicamente, a igreja funciona como tecnologia por meio da qual há a regulamentação do lar. É por meio dela que são feitas as deliberações acerca da reprodução, da fidelidade, da indissolubilidade do casamento e, privativamente, é a partir da igreja que se marcam as funções de gênero e que se fixam os espaços a serem ocupados pelas mulheres e pelos homens, sendo que, em se tratando das mulheres, alude funções que as ceifam enquanto sujeito real, político e capaz, insistindo nelas a existência de arquétipos intocáveis em nome do sagrado e da devoção ao lar.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido¹⁹¹.

Como assinalado no capítulo 2 deste trabalho, é, então, sobre a questão moral que se institui a principal linha de controle sobre os corpos das mulheres, assim divididas entre Eva ou Maria. Supõem-se que sobre as mulheres há a construção de imagens a partir das quais toda sua existência e condição de vida serão determinadas, ou seja, volta-se à questão de uma vida passiva de ser

¹⁹⁰ Bíblia Sagrada. **1 Coríntios**. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/1co/11>. Acesso em: 31 jan. 2020.

¹⁹¹ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 91.

avaliada através de uma fita métrica do capital simbólico. Sobre isso, Claudia Fonseca posicionou-se da seguinte maneira: “enquanto a reputação é útil ao homem, ela é crucial para a mulher, pois, além de determinar sua integração ou exclusão da rede comunitária de trocas, pesa no teor de seus conflitos conjugais”¹⁹².

Todavia, coube ao segundo capítulo problematizar os aspectos da honra como premissa fundante dos percursos e espaços de acessibilidade das mulheres vítimas de violência de gênero à Polícia e, portanto, aos boletins de ocorrência. Neste momento, a questão da honra retoma os territórios por onde elas circulam e estabelece um diálogo com os dogmas da fé cristã, impondo-se como baliza da violência que acomete essas mulheres, até mesmo porque arrisca-se a dizer que às mulheres, distantes das indicações dogmáticas, não recairia a severidade da violência sem os fomentos bíblicos, afinal,

o catolicismo é, em princípio, clerical e macho, à imagem da sociedade de seu tempo. Somente os homens podem ter acesso ao sacerdócio e ao latim. Para as mulheres pecadoras: a prece, o convento das virgens consagradas, a santidade. E o prestígio crescente da Virgem Maria, Antídoto de Eva¹⁹³.

Ao historicizar essa questão da imagem e, por conseguinte, a noção de honra que acomete as mulheres, percebe-se o quanto isso tem seus pilares no processo de composição da sociedade burguesa do século XIX. Naquele momento, portanto, o desenvolvimento das cidades e da vida burguesa foram excepcionais para o surgimento de disposições sobre as condutas das pessoas, com predileção para as condutas das mulheres, além do estabelecimento de limites entre o público e o privado, sendo este último destinado aos afazeres e práticas femininas.

A emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada base moral da

¹⁹² FONSECA, Claudia. Op. cit., 2000, p. 44.

¹⁹³ PERROT, Michelle. Op. cit., p. 84.

sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole¹⁹⁴.

Assim, essas mulheres foram submetidas a uma rotina de olhares que as vigiavam e, a partir delas, definiam toda a imagem da família. Promovia-se, então, uma exposição da intimidade que, aquele tempo, as tomavam por excelência, ainda mais quando na condição de sujeito interiorizado nos limites da privacidade burguesa. Essa situação, obviamente, faz-se digna de estudo, uma vez que, no caso em análise, tem-se nas mulheres pobres o objeto dessas intervenções e exigências.

Quanto a isso e, retomando as proposições analíticas inseridas no percurso dessa escrita, entende-se que sobre a categoria dos pobres e, significativamente, sobre as mulheres, flutua uma dupla moralidade composta pela realidade e pelas representações. Dupla moralidade que, também objeto de discussões feitas por Claudia Fonseca, faz-se estratégica ante as práticas de tolerância e de intolerância que acometem esses sujeitos.

Diferentemente do que se observa no campo e no interior da residência dos abastados e privilegiados e, no que diz respeito às mulheres pobres, são elas portadoras de uma realidade que lhe é própria e que dela exige posturas que vão muito além da resignação tão cara às mulheres ricas; são as mulheres pobres combatentes e autoras de ressignificações dos arquétipos que lhes atingem constantemente. Porém, ante as conveniências do macho, tornam-se elas o escopo da violência utilizada como expediente que realoca os limites da ação feminina, dos espaços e da idealização à submissão.

Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas em posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo *frágil*¹⁹⁵.

¹⁹⁴ D'INCAO, Maria Ângela. Op. cit., p. 230.

¹⁹⁵ SOIHET, Rachel. Op. cit., 2007, p. 367.

Assim, ainda que distantes fisicamente, ricas e pobres se encontram ante as exigências à obediência representacional, sendo que às primeiras a circulação de tal realidade ocorre justamente em razão dos seus limites de convívio, que as tomam como objeto de apreciação pública; já às mulheres pobres, as reivindicações de sua subalternidade se dão através de uma linha tênue que marca a coexistência de projetos e realidades, e que só é possível uma vez que estão elas preteridas a duras estruturas residenciais, definidas pela visibilidade do interior de suas relações e de sua intimidade. O intrigante, como pontuado anteriormente, é que essa visibilidade insiste em estar ao lado das pretensões que matam mulheres, em vez de salvaguardá-las.

Desse modo, quando se analisam os tipos de crime ao qual estão elas expostas, evidencia-se a manifestação de uma violência que paira no terreno do simbólico e do retrato abstrato. É como se, à medida que as mulheres avançam no campo das conquistas políticas, a exemplo da Lei nº 11.340/06, ficam os homens reclusos a tirar delas as vantagens de uma esfera que se caracteriza pela sua atemporalidade, isto é, a sua imagem. E,

aceitar ou pior, reforçar a linguagem violenta de desprezo e/ou de exclusão do feminino, acentua o círculo vicioso das repetições e construções hierárquicas dos corpos sexuados em seres assimétricos e “diferentes”. Por que as mulheres contam “piadas” machistas, por exemplo? Como o mito que tira sua força e conservação das reiterações/atualizações, a violência da linguagem é tomada numa espiral onde o uso e abuso das afirmações de desprezo e ódio se tornam justificadoras do ato linguístico, mas também do ato físico¹⁹⁶.

Observado isso, entende-se que as mulheres, intemporalmente, são submetidas a uma rede de controle que subestima as reproduções do seu conceito enquanto sujeito metafórico, e que funciona como elementos que anunciam uma escala da violência, em cujo final é possível encontrar a materialidade da agressão ante os mais diversos corpos de mulheres que são deixados para, junto a lei, apodrecer sob as subversões da lógica do macho e, por óbvio, do machismo.

¹⁹⁶ DÉPÈCHE, M. Reações hiperbólicas da violência da linguagem patriarcal e o corpo feminino. In: SWAIN, Tania Navarro; STEVENS, Cristina Maria Teixeira (orgs.). **A construção dos corpos:** perspectivas feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008. p. 207-218. p. 215.

E é notório como essa rede de controle simbólica volta-se com precisa atenção e constância contra a sexualidade das mulheres. Desse modo, retomando as assertivas oferecidas por Carole Pateman, visualiza-se que tal questão retoma as origens das proposituras contratualistas da ordem social e que, em uma perversão da lógica da composição civil, utilizou-se das mulheres como elemento de sentido às aspirações de liberdade dos homens e aos segmentos de suas mais diversas convencionalidades. Segundo ela, “o contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil”¹⁹⁷.

E, ainda que a essas convenções políticas por ela assinaladas estejam abrigadas em um espaço temporal da idade moderna e início da idade contemporânea, sob a perspectiva de diversos escritores – homens – contratualistas, é surpreendente como, ao longo da história, mantiveram-se os homens, sobretudo os maridos, desfrutando dos mais amplos direitos a serem exercidos sobre as mulheres. Assim, apesar das conquistas civis e representacionais por parte das mulheres, subsiste no tempo a recusa desses homens em aceitar algum tipo de limitação de acesso às mulheres, principalmente, como apontado, quando o assunto é o seu corpo e a sua sexualidade. Tanto é que

alguns países chegavam a adotar a norma de impunidade total em favor do marido que “vingasse a honra” ao surpreender sua mulher em adultério. No Brasil, de acordo com o Código Penal de 1890, só a mulher era penalizada por adultério, sendo punida com prisão celular de um a três anos. O homem só era considerado adúltero no caso de possuir concubina teúda e manteúda¹⁹⁸.

Por ocasião dessa reflexão, é importante trazer a essas linhas um fato não muito distante do presente – a morte da *socialite* Ângela Diniz – que muito chocou o Brasil, embora tenha sido justificada por normas caracterizadas pelo seu atraso e legislação às mulheres, mantendo-as no porto inseguro das imposições da realidade prática flexibilizada pelos valores do macho. Ângela Diniz foi morta em 1976 por seu companheiro, Doca Street, que, em sua defesa, alegou ter agido em legítima defesa da honra, uma vez que Ângela adotava posturas que o influenciaram decisivamente a cometer o crime.

¹⁹⁷ PATEMAN, Carole. Op. cit., p. 21.

¹⁹⁸ SOIHET, Rachel. Op. cit., 2007, p. 381.

Dessa forma, quando cercado pela imprensa ao sair de seu julgamento, do qual foi absolvido, Doca Street disse ter matado por amor. Essa declaração tornou-se fomento de diversas reivindicações por parte de integrantes do movimento feminista que protestaram sob o *slogan* “quem ama não mata”. Em 1981, em um novo julgamento, Doca Street foi condenado a 15 anos de prisão, porém cumpriu apenas três anos em regime fechado¹⁹⁹.

A repercussão desse crime foi tão grande, de modo que ampliou o universo de discussões e exigências advindas das mulheres. Para Cyntia A. Sarti, naquele momento, “radicaliza-se o movimento com a emergência de temáticas que tocavam mais aberta e diretamente nas relações de gênero, como violência contra a mulher, evidenciada pelos protestos de assassinatos e espancamentos de mulheres por seus maridos”. Todavia, quanto os confrontos assumidos pelo movimento feminista, a partir dos quais é possível observar diferentes êxitos alcançados, ainda persiste no campo do simbólico a natureza do mando e do desmando.

Os homens, imbricados pelos efeitos da representação masculina e, também, pelos seus excessos, parecem permanecer com os ouvidos fora dos discursos feministas. É como se tais discursos figurassem como traumas em potencial e que, antes que ganhem hegemonia na ordem das coisas, precisam ser contidos para não romperem ou desestabilizarem as linhas representacionais. Não é à toa que, em um rápido exame ao cenário político atual (2019-2020), presume-se o anúncio de um breve cenário de distopias a serem lucradas pelo exercício do macho. Soma-se a isso, retomando o cotidiano das vivências populares e da realidade ribeirão pretana, situações como as relatadas a seguir:

comparece a vítima informando ter sido casada com o autor durante sete anos, estando legalmente separada há dois anos, entretanto, durante todo esse tempo vem tendo sua tranquilidade perturbada por ele, que quase diariamente, lhe telefona sob a desculpa de tratarem de assuntos pertinentes à filha do casal, [...], atualmente com sete anos de idade, porém, conhecendo-o, sabe que tais assuntos se traduzem apenas em um motivo para se fazer presente em sua vida, mesmo após a separação, sendo que no dia dos fatos, ao ir buscar sua filha, acabou lhe proferindo impropérios, chamando-a de “corná, vagabunda”, **“agora que nos separamos você tá dando para meia Ribeirão”**, chegando a intimidá-la dizendo “você sabe do que sou

¹⁹⁹ LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação a Condenação Social. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 286-313.

capaz, me conhece muito bem, você não sabe o que tá te esperando, você não sabe o que está por vir" (Grifos nossos)²⁰⁰.

comparece a vítima nesta Unidade Policial informando que foi casada com o autor por 06 anos, que está separada há 02 anos, e já entrou com processo de separação, que o autor não aceita a separação e por isso tem causado muitos problemas. Na data dos fatos, o autor invadiu a residência da vítima, onde a agrediu com tapas, porém sem restar lesões, que a xingou de "VAGABUNDA", que também agrediu seu namorado com empurrões, restando lesões no braço e coxa direitos e joelho esquerdo, motivo pelo qual foi requisitado IML, fez três cruzes na parede da casa e os ameaçou dizendo "EU VOU MATAR VOCÊS"²⁰¹.

Seria possível trazer à análise muitos outros boletins de ocorrência registrados em razão dessa pungente necessidade dos homens em não "permitir" que as mulheres com as quais foram casados exerçam livremente sua sexualidade. E essa intencionalidade do controle revela uma resistência que exprime o caráter dissimétrico que caracteriza essas relações, que, por sua vez, é algo que persevera no tempo e no espaço por onde andam as mulheres.

Evidentemente, esse sistema de confinamento sexual é endossado pela religião e instrumentalizado pelas práticas criminosas de controle dos homens contra as mulheres, quando esses, a fim de intimidá-las subjetivamente e promoverem sua ignominia pública, as espancam no terreno do abstrato através de ofensas à sua integridade moral, ou as tencionam através de ameaças, ou, até mesmo, por meio de lesões corporais e, de modo mais drástico, quando causam a morte dessas mulheres.

Tudo isso assistido por toda e qualquer pessoa, afinal, é justamente no campo do simbólico que paira grande parte das relações humanas e dele subtende totalidades que constituem sujeitos concretos. Exemplo clássico, embora advindo da literatura, é "A Letra Escarlate", escrito por Nathaniel Hawthorne, que narra a condição feminina em situação de adultério através da trajetória da personagem Hester Prynne.

Carla Bassanezi, ao estudar as mulheres dos anos dourados, afirmou que às mulheres, segundo ditames culturais, compete uma vida atravessada pelas experiências do amor romântico que, contudo, deve ser domesticado. Segundo ela,

²⁰⁰ DEL. DEF. MUL. RIBEIRÃO PRETO. RDO 480/2009.

²⁰¹ DEL. DEF. MUL. RIBEIRÃO PRETO. RDO 30/2010.

uma mulher dos anos 1950 jamais deveria se submeter a paixões ou emoções que violassem as leis da moral e da ordem; logo, o amor das mulheres só seria aceitável se não rompesse com as convencionalidades matrimoniais monogâmicas de modo que “a abnegação poderia fazer parte do amor feminino, o deslize, nunca”²⁰².

A mentalidade masculina acerca da legitimidade de agir contra as mulheres com quem se relacionam ou se relacionaram é tão problemática que, ante as leituras teóricas realizadas e os boletins de ocorrência analisados, percebe-se que a todo instante é possível uma reflexão da situação ímpar que acoberta essa realidade. Assim, se enquanto as mulheres são tomadas e ofendidas com dizeres como “puta”, “vagabunda”, “vadia”, entre outras, em razão de sua independência sexual – descomprometida de qualquer relacionamento que possa exigir delas as formalidades da monogamia –, estão os homens em uma situação de completa liberdade erótica e genital, ainda que afiançados pelo matrimônio.

Comparece a vítima nesta UP informando que viveu em união estável com [...] por seis anos, e desta relação tem uma filha, [...], de 03 anos de idade, porém estão separados há sete meses devido há muitas brigas e traição por parte dele, inclusive já registrou vários boletins de ocorrência e deu andamento, mas nunca foi chamada no Fórum local. [...]. Na data dos fatos, a vítima foi até a residência do autor pegar a filha, ocorreu uma discussão porque ele pegou a menina na sexta-feira, sem avisar e sem seu consentimento, o qual então lhe agrediu com uma “gravata” arrastando-a até lá fora, deu-lhe uma rasteira, quando foi se levantar levou outra rasteira, restando lesões no cotovelo esquerdo, na virilha do lado esquerdo, e está com dores no pescoço, bem como a ofendeu com palavras de baixo calão e a ameaçou dizendo “EU VOU TE MATAR”²⁰³.

Conclui-se desse e de outros registros policiais apresentados que a ação dos homens sobre as mulheres se legitima em razão da necessidade de adequação dessas mesmas mulheres a um comportamento que obedeça às regras morais daquilo que se avoca como apropriado às funções femininas. E, mais uma vez, em se tratando das mulheres há uma régua, por óbvio de duas pontas, na qual coexistem dois arquétipos: o de Maria ou o de Eva, de modo que as mulheres são lançadas ao julgamento da sociedade para, então, assumirem uma das pontas ante a avaliação rigorosa de sua sexualidade. Essa que, segundo a mentalidade

²⁰² BASSANEZI, Carla. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 363-400. p. 618.

²⁰³ DEL. DEF. MUL. RIBEIRÃO PRETO. RDO 1005/2012.

masculina, assumem eles a liberdade da prerrogativa sexual de cada uma delas, bem como a sua posse.

No entanto, paradoxalmente, essa exigência do dever para com a moralidade não se estende a esses mesmos homens, os quais, diferente das mulheres, são ausentes até mesmo do compromisso da fidelidade conjugal. Isso porque, como já discutido, sob as balizas dos discursos da virilidade, o homem se define pela ocupação do espaço público e, com essa, a produtividade através do trabalho – que o enobrece. Ainda, a infidelidade masculina, além de ser entendida como domínio privado, em contraposição à infidelidade feminina, vista como crime, também é percebida como mais uma demonstração do talento do macho.

A partir disso, parece significativo lembrar o mito construído historicamente como símbolo por excelência da sedução, Don Juan, personagem da literatura espanhola que carrega consigo, justamente, as exigências impostas sobre os homens para o cumprimento das práticas da sexualidade, tendo em vista ser ele – o personagem – o arquétipo da realização masculina através de suas diversas conquistas dentro da esfera da sedução, enquanto as mulheres, por outro lado, posicionam-se como objetos a serem seduzidos, possuídos e abandonados pelo sujeito interpretado como exemplo clássico da “genialidade erótica”²⁰⁴.

De modo similar, foi a propositura apresentada por Rachel Soihet que, ante a análise de alguns processos de crimes passionais, expôs justamente esse universo ilógico ao afirmar que “a fidelidade obrigatória era impossível de ser mantida pelo homem cuja sexualidade era excessivamente exigente, resvalando a qualquer ‘sedução’. Julgava-se dever da esposa a compreensão de tais ‘fraquezas’²⁰⁵. Consequentemente, não há outra conclusão a ser assumida senão a insanidade motriz presente nas raízes sistemáticas de dispositivos que fabricam os sujeitos e engendram suas mentalidades, de modo que a perversidade funciona como remédio aos obstáculos da sorte masculina.

Paralelamente, visualiza-se que os crimes cometidos pelos homens se movimentam com total liberdade no campo do simbólico haja vista, como apontado, ser ali o terreno das alternativas de definição dos sujeitos, e que funciona como espaço de maior durabilidade e impregnação. Assim, da mesma forma que a

²⁰⁴ MEZAN, Renato. **A sombra de Don Juan e outros ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

²⁰⁵ SOIHET, Rachel. Op. cit., 2007, p. 384.

natureza da representação exerce manobras que sustentam toda uma coletividade, servem-se os homens desse ensejo para cultivar seus amores, os quais devem satisfazer todo um legado de estabilidade da ordem social em cujas estruturas da imaterialidade encontram-se as vidas das mulheres que, por eles, podem ser desmanteladas a qualquer e insignificante preço.

Quanto a isso, a infelicidade das mulheres pobres, entre tantas coisas, é que o simples fato de serem mulheres já as converte em um desígnio de consumo sempre pronto a ser servido em proveito do macho. Porém, a tragédia de sua desgraça não se satisfaz meramente pela condição feminina, ela também se beneficia do absentismo político e da escassez de uma cortina incorpórea que convida a assistir diligentemente a catástrofe de sua existência. Sequestradas pelo entulho que é a violência de gênero, percorrem elas pelas fronteiras do público ao privado sem, no entanto, assim como os homens, jamais terem a sorte de se apropriar da rua, senão quando atingidas pela mão direita de deus – que, supostamente, deve ser masculina.

3.2 Matar ou Morrer: mulheres consignadas

Certamente, foi possível perceber o quanto são as mulheres populares objeto não só da violência estrutural, mas também de formas específicas decorrentes de sua condição de gênero e do ambiente no qual estão fixadas. E é evidente que esses aspectos e práticas se cruzam na maioria das vezes a fim de fazer sucumbir e instaurar sobre os corpos femininos percepções que levem o masculino à sensação de porto seguro.

Da realidade ribeirão pretana, percebeu-se que as mulheres dos bairros da zona norte vivem uma condição tão viciada e tóxica da rotina de sua exposição e da sobrevivência da violência, que as atormentam de inúmeras formas. Ao que tudo indica, embora exibam um corpo que luta, seja na voz, no físico ou no comportamento adotado ante sua situação de vulnerabilidade, é como se houvesse por parte delas processos de recognição de visível. É como se elas, domesticadas pelo mau uso de quem são elas ou do que elas podem representar, assumissem ordinariamente sua exposição.

Tanto é que, no percurso dessa pesquisa, somado a práticas profissionais de trabalho, fez-se notório o quanto é comum essas mulheres se alienarem à presença constante da Polícia em seus bairros e aos reajustes promovidos pelos homens em

benefício de suas próprias certezas masculinas. É comum, por exemplo, que ante a presença de policiais em suas casas, corredores e demais aberturas que servem à construção de grandes e labirintos cortiços, essas mulheres não se perturbem em continuar seu banho ou sua higiene rápida no rosto, axila, seios e vagina, sendo a execução dessa rotina feita com a menor inibição possível e, não raro, nos tanques das passagens que separam uma casa ou um cômodo do outro.

Por outro lado, ainda que a conjuntura impactante aos olhos dos que convivem com essa realidade, foi possível identificar o desinteresse que atravessa as fileiras policiais, nutrido, justamente, pela depreciação desses cidadãos cativos do anonimato composto pelo acúmulo de suas compleições representacionais. E essa depreciação manifesta-se através de infinitas formas, técnicas e trabalho; contudo, a principal delas e, possivelmente a mais óbvia, é a distância que separa os bairros onde há a maior concentração da violência de gênero em Ribeirão Preto e a localização da Delegacia de Defesa da Mulher. Estão eles, os bairros e a DDM, situados nas extremidades do município: os bairros na zona norte e a Delegacia na zona sul da cidade.

Desse modo, caso uma mulher da zona norte necessite de um boletim de ocorrência policial, será preciso que atravesse a cidade utilizando dois ônibus para ir e dois ônibus para voltar; e, assim, mais uma vez, anuncie ao mundo seu lugar, sua situação e sua desgraça. Portanto, questiona-se o que seria preciso para, de fato, poder ajudá-las, pois, assim como elas, faz-se explícito e inequívoco que essas mulheres estão integralmente longe do acesso à individualidade e ao segredo de seus espaços. Reprimidas em seus sentimentos e restringidas à idealização de sua representação que alcança sua condição de massa e de classe, e, também, sua condição de mulher.

Falta-lhes tudo e mais um pouco, transferindo a cada uma delas a privação de suas heterogeneidades e a encruzilhada na qual se visualizada, de um lado, o “abrigo e o socorro moral”, sob a forma das instituições públicas, sobretudo à polícia, mas que não funciona, ainda que se queira fazer funcionar, pois, assertiva já enfrentada, a violência de gênero requer outras movimentações e práticas de intervenção que vão muito além do Direito Penal e da atraente ideia do encarceramento; e, de outro, a realidade de sua própria sorte e deliberações.

Trata-se de provocar a coexistência de cenários que, por vezes, se encontram, se enfraquecem ou se fortalecem. Essa lógica coopta mulheres

arqueadas pelo extremo e, obviamente, fomenta a consumação de atos marcados pela excepcionalidade, entre eles, a morte de seus companheiros. Isso posto, foi possível descobrir a existência de registros policiais em cuja qualificação de “indiciado” havia mulheres; mulheres que, lançadas ao revés de seu cotidiano, foram compelidas à barbaridade.

Os policiais militares integrantes da [...], na pessoa do condutor supracitado, comparecem conduzindo presa a indiciada e relatam que, em 14/10 do corrente, foram informados através do copom que, pela rua [...], havia desentendimento entre casal, sendo que a mulher, após golpear o marido com faca, havia se trancado no banheiro e estava pedindo socorro; que se dirigiram ao local e, em lá chegando, avistaram no quintal da residência, a vítima identificada como [...], caído ao solo, sendo o samu acionado imediatamente [...]; que a vítima faleceu no local, sendo o óbito constatado às 23h40; que os policiais militares viram que, a vítima, já havia destruído a porta do quintal que dá acesso ao interior do imóvel; que os policiais militares se identificaram, oportunidade na qual a indiciada que estava trancada no banheiro, veio ao encontro dos mesmos, relatando que, conhece a vítima há dez anos, com ela está amasiada há aproximadamente sete e o casal possui uma filha de três anos de idade; que na data de ontem, seu companheiro chegou em casa, bastante alterado, pedindo que a indiciada [...] abrisse o portão; que [...] disse que estava sem as chaves, ele usou a que possuía e adentrou, pediu que a companheira providenciasse o jantar, foi falar com o vizinho, gritando que iria matá-lo e xingando-o e quando retornou, passou a xingá-la, ameaçá-la e agredi-la com uma sanduicheira e tapas no rosto, lesionando-a, certo sendo que, quando ela percebeu que [...] ia se apossar da faca que estava na gaveta do armário, a indiciada se adiantou, pegou a faca e golpeou a vítima por duas vezes, enquanto ela pressionava seu pescoço com violência; que o primeiro golpe de faca atingiu o tórax lado esquerdo e o segundo golpe, tendo constatado que “cravou” a faca somente no abdome da vítima; que mesmo ferida, a vítima continuou a perseguir [...], a qual conseguiu se desvencilhar e quando [...] saiu para o quintal, fechou a porta, a qual foi por ele destruída, tendo [...] se trancado no banheiro; que segundo a indiciada, [...] pediu que abrisse a porta, pois estava morrendo; que [...] com medo, ainda trancada no banheiro com a filha, solicitou o concurso da polícia militar, só abrindo a porta com a chegada da guarnição; que a indiciada relatou que, na tarde de ontem, a vítima a chamou para os fundos da casa e disse que tinha realizado um sonho, tinha adquirido uma arma de fogo; que a vítima mostrou o carregador cheio de munição, o colocou na arma e efetuou um disparo para cima, na presença da indiciada e da filha do casal; que por isso, durante a discussão, quando indiciado saiu para o quintal, [...] trancou a porta da casa, acreditando que [...] fosse buscar a arma no quintal; que a

indiciada afirmou aos policiais militares que [...] comercializava drogas²⁰⁶.

Em virtude de o fato ter ocorrido à noite, foi noticiado à autoridade policial responsável pelo plantão policial, pois as Delegacias, especializadas ou não, funcionam apenas durante o horário comercial. Logo, eventuais ocorrências, ainda que de competência das Delegacias Especializadas, têm seu registro feito no plantão policial, sendo, posteriormente, remetidas às Delegacias responsáveis por “tocar” o feito²⁰⁷.

Mas, voltando ao histórico desse último registro, constatou-se que essa mesma mulher possuía outros boletins de ocorrência contra seu companheiro (cinco), o primeiro deles registrado em 2009, sendo um deles já analisado quando foi discutida a questão da ameaça do corte de cabelo, do qual foi ela objeto. Por conseguinte, em um movimento de avaliação sobre esses boletins de ocorrência, diversos componentes habituais na rotina da violência conjugal foram visualizados. Entre eles, há o vai e volta na relação amorosa, lesões corporais, ameaça, a prática de crime contra honra, esse manifestado através da injúria e, o mais chocante e não muito incomum, a prática de cárcere privado.

Comparece a vítima narrando que convive com o autor há cinco anos, aproximadamente, possuindo uma filha de nome [...] que conta com 02 anos de idade. Narra que há uns dois anos, vem sendo mantida em cárcere privado, na medida em que o autor sai da residência e impede a saída da vítima daquele local, pois a tranca dentro de sua casa. Ademais, narra que o autor lhe agride constantemente com socos e pontapés, bem como profere ameaças de morte a todo tempo, inclusive na presença da filha do casal. Nesta data, por descuido do autor, a vítima conseguiu sair de casa e veio a este plantão policial onde foi registrado o fato. Informa que já formalizou, anteriormente, outros boletins de ocorrência, nunca tendo dado prosseguimento²⁰⁸.

A prática do cárcere privado não é muito incomum entre as mulheres que passam a ser objetos da violência de gênero. A grande questão é que são muitas as sutilezas não captadas no universo dessas práticas, as quais, ante a imperatriz

²⁰⁶ PLANTÃO 01° RIBEIRÃO PRETO. RDO 19714/2013.

²⁰⁷ Tocar o feito é como os policiais se referem ao trato dos documentos gerados na Polícia Civil, especialmente em se tratando dos Inquéritos Policiais; logo, diz-se que os escrivães tocam os inquéritos.

²⁰⁸ PLANTÃO 02° RIBEIRÃO PRETO. RDO 1029/2012.

cultura do macho, acabam por naturalizar infinitos comportamentos adotados por homens violentos, dos quais chama a atenção o cárcere privado.

Assim sendo, o Código Penal, no artigo 148, deixa bem claro que cárcere privado é “privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado”²⁰⁹; logo, o que faz os homens senão praticar constantemente esse crime contra suas companheiras quando delas subtrai as mais diversas formas de gozar de sua liberdade?!?

O infortúnio, entretanto, a possibilidade de um boletim de ocorrência dessa natureza é que o reconhecimento dessa infração passa pela completa e material privação do corpo do sujeito, mantendo inexploradas as recognições presentes no campo imaterial das continências à autodeterminação desse mesmo sujeito, como, por exemplo, quando os homens fazem uso dos crimes contra honra ou da ameaça para demarcar linhas invisíveis de submissão e disciplina sobre as mulheres, no geral, com sucesso.

Percebe-se, portanto, que a situação dessa mulher autora do homicídio era uma situação que exigia um reparo, exigia uma ação que, no mínimo, equalizasse a relação conjugal. Porém, assim como tantas outras, o problema da violência conjugal é sempre complexo e atravessado por diversas dificuldades, cuja pergunta que se mantém mais constante e que se apresenta como resposta mais rápida e eficiente a essa questão é: por que ela não largou dele durante todos esses anos?

É muito comum o entendimento de que aspectos financeiros ocupam um lugar de destaque entre as justificativas mantenedoras das mulheres dentro de lares violentos, e “quanto menos recursos tem uma mulher que sofre violência conjugal, menores são suas possibilidades de abandonar a relação, o que quer dizer que, quanto mais presa a mulher estiver ao casamento, mais obstáculos ela encontrará para terminá-lo”²¹⁰. Claro que essa correlação é extremamente válida, porém, como já discutido, não pode ser via única de causa e efeito.

Chegou-se, também, à conclusão de que a resposta a essa indagação está estampada no boletim de ocorrência que recepcionou esse registro e que, por seu turno, resume um contexto muito comum nos lares que sucumbem à violência doméstica – e que já foi discutido de forma mais pormenorizada em parágrafos

²⁰⁹ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 31 jan. 2020.

²¹⁰ CUNHA, Tânia Rocha Andrade. Op. cit., p. 161.

anteriores –, isto é, a presença do álcool, das drogas, a violência psicológica e os aspectos da virilidade, esse último exibido em diversos momentos, em especial quando o marido chegou em casa (embriagado) e **pediu** para que a indiciada fizesse seu jantar; e, logo em seguida, foi até o vizinho e o ameaçou de morte.

Demonstrações que determinam o lugar a ser ocupado pelo homem no interior daquela casa, bem como aquilo que ele deve representar e as formas como deve ser reconhecido – pelos seus e pelos vizinhos. Assim, tais comportamentos, somados ao relato da indiciada de que, na data anterior, seu marido havia exibido uma arma e com ela feito um disparo em frente à indiciada e sua filha, além dos anos e anos de histórico de violência registrada na polícia, vão ao encontro daquilo que já foi discutido quando, nessas posturas, admitiu-se a tentativa de recomposição de uma autoridade em declínio.

Autoridade essa que não encontra em outras possibilidades públicas as chances de exacerbação, até mesmo porque, no seio da cultura do macho, espera-se que os homens sejam capazes de produzir – dinheiro – e, no caso narrado, a qualificação profissional daquele homem deixou claro se tratar de um moto taxista; logo, ainda que essa premissa seja incapaz de determinar categórica e genericamente a incidência da violência, tais fatores devem ser indubitavelmente considerados.

Além disso, esse mesmo boletim de ocorrência traz à tona uma provocação posta em negrito no parágrafo em que é apontada a presença de elementos comuns ao cenário da violência de gênero, ou seja, a opção pelo escrivão de polícia do verbo “pedir” para narrar as ações do marido vítima. Escrivão que, aliás, foi responsável pelo segundo registro policial feito por essa mulher ao procurar a Polícia, em 2009.

Nesse segundo boletim de ocorrência a vítima disse ter sido agredida cerca de 06 vezes pelo companheiro, de quem estava separada naquela ocasião e que, em razão disso, passou a ser alvo de ameaças para que restabelecessem o matrimônio – apesar do registro feito, a vítima não deu prosseguimento, nem nesse segundo boletim de ocorrência de 2009 (ameaça), nem no primeiro que havia feito, também de 2009 (lesão corporal).

Mas, retomando o uso do verbo “pedir”, visualiza-se nisso a incapacidade das pessoas em assumir a conjuntura de violência disseminada pelo homem dentro de seu lar, pois, como pode alguém escolher o verbo “pedir” em vez de “ordenar ou

mandar” em uma circunstância na qual o macho chega bêbado, valente, ofendendo a todos e convencido da prerrogativa de ser servido, senão em razão da maciez com a qual é tratada a violência de gênero.

Da mesma forma, tem-se no vizinho que, embora provocado, portanto, envolvido naquela situação, não foi o autor da ligação que acionou a Polícia Militar para aquela casa. Foi necessário que a mulher, após momentos de luta, que alcançaram o quintal da casa, se trancasse no banheiro com a filha e de lá realizasse o acionamento dos policiais. Decisões, tanto da palavra escolhida pelo escrivão como a do vizinho ao não se envolver, que deixam claro a privatização do universo da violência doméstica, além da existência de um relativo eufemismo quanto as práticas de violência no seio das unidades conjugais, as quais são compreendidas como aceitáveis em razão, justamente, das discrepâncias vinculadas às funções sociais atribuídas a cada uma das partes.

Sobre isso, entende-se que, enquanto o recurso à violência ocorre, para os homens quando “a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca”²¹¹, para as mulheres ela se manifesta como passe de libertação, cujo socorro só chega a partir do momento em que nada mais é possível enxergar. Nessa mesma linha de pensamento, destaca-se a existência de uma diversidade das vivências femininas e masculinas capaz de influenciar, senão determinar, os padrões de comportamento criminal, principalmente em ocorrências com resultado morte.

Nessas circunstâncias de morte, em se tratando do sujeito masculino, evidencia-se, antes de tudo, a ambição pelo poder, conceito que, como discutido anteriormente, a partir das teorias foucaultianas, é compreendido como uma realidade dinâmica existente nas relações entre os seres humanos de modo não piramidal, mas controlador²¹². Portanto, entende-se que o uso da violência desses homens contra suas companheiras possui como fomento o propósito de dominação – a mais plena e irrestrita possível.

Assim, a morte da mulher sinaliza duas coisas: a primeira delas é que seu autor chegou ao topo das viabilidades de posse, uma vez que não há mais o que se

²¹¹ Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, p. 115-136, 2001, p. 115. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=pt&tlang=pt>. Acesso em 15 out. 2019.

²¹² FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2013.

ter de uma pessoa quando dela se extinguiu a vida; a segunda é que, haja vista ser a violência de gênero orientada por relações de poder, cujo propósito é o de dominar, então, quando se mata uma mulher, elimina-se também o objeto a ser controlado, de modo que se esvazia, com tal efeito, as linhas e os processos de poder. Em razão disso, é comum que os homens, após matarem suas companheiras, sucumbam ante a ausência daquilo que o promovia, ainda que de modo arbitrário e, por isso, optem, consciente ou inconscientemente, pelo suicídio²¹³.

Por outro lado, desqualificada culturalmente, os modos de ação e morte por parte das mulheres estão infinitamente conexos à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. Pela força dessas circunstâncias, que posta forçosamente as mulheres em um constante regresso ao privado, ao íntimo e à conservação de sua presença e procedimentos, destaca-se a existência de posturas que seguem na contramão daquelas optadas pelos homens que matam. Esse fato atende a todo um processo de ritualização do corpo feminino que, desde a infância, exige delas uma vida assentada na insignificância de seu cotidiano e dos elementos que o compõe.

Sob tais processos de insegurança, são as mulheres, desde o nascimento, desestimuladas a qualquer forma de protesto. Cabe a elas o mínimo das exigências conjugais, o mínimo dos anseios sociais, econômicos e políticos e, de modo mais enfático, a cada uma delas é reservado o destino da maternidade. Assim sendo, os homicídios cometidos pelas mulheres contra companheiros violentos são, em sua maioria, a verbalização dos seus contextos de vulnerabilidade.

Raramente, portanto, é possível encontrar situações movidas pela mesma ira que movimenta a mente dos homens dispostos a matar e, quando encontradas, parecem perseverar no interior de uma dinâmica relacional incapaz de atingir o masculino (adulto). Desta forma, reagem essas mulheres em uma linha de horizontalidade, em cujo lado oposto há outra mulher, ou em uma escalada para baixo, encontrando como objeto de suas ações aqueles que, por natureza, são destituídos de possibilidades de defesa, isto é, as crianças.

Comparece o condutor da ocorrência relatando o que segue: que estava em patrulhamento de rotina momento em que no cruzamento da Avenida [...] deparou-se com o veículo [...] parado na pista e uma

²¹³ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Op. cit., 2014.

motocicleta [...] caída ao solo, bem como duas pessoas caídas ao solo e aproximadamente de 10 e 15 populares. [...]. Que o condutor deparou-se com uma das pessoas caídas ao solo, uma mulher, visivelmente em óbito, uma outra pessoa, um homem, com fratura exposta na perna direita e várias escoriações. [...] a condutora do veículo [...] perseguia a motocicleta e por duas vezes atravessou o canteiro central da avenida [...] sendo que na segunda vez conseguiu alcançar a moto, atropelou-a passando por cima do veículo e dos ocupantes. Foi constatado que uma das vítimas, uma mulher, veio a óbito no local [...]. Após entrevista com as testemunhas e com a indiciada constatou-se que a indiciada possuía relacionamento afetivo com a vítima [...] estavam recém separados. [...] Da análise dos depoimentos e interrogatório constatou-se que a indiciada perseguiu a moto ocupada pelas vítimas, atravessou um canteiro central e colidiu na traseira da moto. Após a colisão há indícios de que tenha acelerado o veículo, causando mais ferimentos na vítima fatal. Após o acidente uma das vítimas relatou uma discussão, onde a indiciada teria questionado a vítima [...] sobre o motivo de ele estar com uma mulher na moto e com um capacete dela, fato este que dá indícios de uma motivação passional²¹⁴.

Em um momento anterior dessa discussão, observou-se essa lógica de ação das mulheres violentas sob o viés da síndrome do pequeno poder, de modo que, nesses casos, a agressão por elas empregada é sempre compreendida como reprodução da violência a que estão expostas, e que atingem aqueles que lhe são inferiores, principalmente os filhos do casal.

Todavia, neste momento, tais atos assumem outra perspectiva, de maneira que são entendidas ou como uma das múltiplas formas de resistências (quando miram aquele que agredem) ou, certamente, como mais uma entre tantas consequências da domesticável noção de que o limite de uma mulher está nas experiências e na completude de outra mulher. Raciocínio que explica, por exemplo, o fato da mulher consignada nesse último registro ter investido contra a mulher que acompanhava seu ex companheiro, inclusive passando o carro sobre ela após a colisão.

De qualquer forma, deslocando oportunamente o questionamento Foucaultiano, ao abordar o trato com a sexualidade no século XIX, questiona-se: em se tratando das mulheres indiciadas, se o fato de poderem aparecer à luz do dia será o sinal de que a regra perde em rigor? Ou será que o fato de atraírem tanta atenção prova a existência de um regime mais severo e a preocupação de se exercer sobre elas um controle direto?

²¹⁴ CENTRAL POL.JUD-RIB.PRETO. RDO 21839/2018.

A resposta a isso é a de que, embora a exigência de um sistema penal imparcial, são essas mulheres julgadas a partir de percepções enviesadas pela condição e pelas funções de gênero. Portanto, estejam elas em um movimento de resistência ou submersas à tempestade dos motivos passionais, nota-se que são elas destituídas do direito de ação ou reação, ainda que legítima. Isso porque a violência física compõe elementos que acenam, ainda que executada danosamente, à virilidade masculina.

E, quando uma mulher se encarrega de mudar o curso de sua história fazendo uso da violência, ela rompe com o imaginário social que lhe foi compulsoriamente destinado. É quase que uma perversão do fadário – acerca disso, vale atenção o caso das mulheres que agem em legítima defesa. Assim, em uma proposta de análise sobre a narrativa das mulheres vítimas de violência de gênero, condenadas pela morte de seus companheiros, as pesquisadoras Mafalda Ferreira, Sofia Neves e Sílvia Gomes concluíram que “o tipo de homicídio que estas mulheres cometem é integrado numa moldura penal que não lhes corresponde de facto, uma vez que estamos perante o julgamento de vítimas”²¹⁵.

À vista disso, chega-se à conclusão de que o sistema penal requer profundas e emergenciais mudanças. É a partir, e em razão dele, que são as mulheres ceifadas de possíveis e múltiplas existências de poder. Devem elas, para serem vítimas, corresponder a categorias de mulheres capazes de protagonizar referido papel conforme critérios da moralidade cristã e, quando indiciadas de um crime, são elas extraviadas de sua condição de vulnerabilidade para serem julgadas segundo um quadro operatório penal que dificilmente lhe entenderá, exclusivamente, como vítima e, seus atos, o corolário da inocuidade estatal.

A mulher, portanto, quando atende aos requisitos que faz funcionar os ditames dessa ordem social decomposta pelas forças do masculino, já está morta. Sua lástima, sua súplica, seus pedidos e gritos de socorro são apenas vozes agonizantes daquelas encontradas no calabouço das almas. Resta as que ainda vivem o gradativo da exaustiva miséria do cotidiano e da realidade conservada pelos instrumentos de simpatia de quem detém as forças econômicas e, portanto, os

²¹⁵ FERREIRA, Mafalda; NEVES, Sofia; GOMES, Sílvia. Matar ou Morrer–Narrativas de mulheres, vítimas de violência de gênero, condenadas pelo homicídio dos seus companheiros. **Configurações. Revista de Sociologia**, v. 21, p. 80-95, 2018. p. 84.

referenciais da distribuição de poder. É cansativo, é tedioso, é repetitivo e complexo. Mas, afinal, como dizem os populares: “quem mandou nascer com perereca?!?”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é o ponto final de uma longa trajetória. Assim como no mestrado, volto àquela questão sobre quem escolheu quem nesses estudos de gênero e, mais uma vez, reconheço que fui eu escolhida, ou melhor, quase que requisitada ao campo dessas problematizações, sobretudo em razão do trabalho. E foi a partir das possibilidades despertadas por esse novo olhar que me dispus a pensar na minha cidade, nas suas nuances e nas condições impostas à região em que nasci. Como filha da zona norte, limite geográfico das análises que aqui foram construídas, senti na pele as dificuldades, as ausências e a presença do Estado; senti na pele o trato da violência de gênero, a qual todas nós, mulheres, somos submetidas.

Haja vista as circunstâncias do meu passado e os imperativos do meu trabalho, fui capaz de perceber que a violência de gênero encontra uma singular manifestação entre os grupos populares, sobre os bairros abandonados pela ação estatal e sobre as mulheres pobres. E é justamente essa singular manifestação que fez com que eu me dispusesse a levantar os dados obtidos através da Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto/SP, sem os quais não seria possível qualquer articulação analítica.

Foi a partir desses dados, trabalhados, excepcionalmente, ao lado dos estudos de gênero, que se fez possível a identificação, nas páginas que antecedem essas considerações finais, que a manifestação da violência de gênero decorrente da conjuntura dessas pessoas, recuada ao que é periférico, ocorre de diversas formas e sob a condição de inúmeros aspectos (individuais e institucionais).

Inicialmente, discutiu-se que a essência que fundamenta as condições operadoras da violência de gênero, em especial, os conflitos de território, que, por sua vez, são atravessados pelas relações de poder e por interesses norteadores e confinadores dos sujeitos de forma concreta e abstrata. Nesse momento da reflexão, percebeu-se que esses processos são causadores de profundas desigualdades sociais e da discriminação que, obviamente, jamais se faz desacompanhada de outras práticas interventivas em negativo.

O custo desses conflitos territoriais é alto, uma vez que, em estreita relação com o espaço real, há um espaço abstrato, simbólico. A partir disso, tem-se como consequência uma rotina de desqualificação social dos sujeitos destinados aos territórios de menor prestígio social, econômico e político. Além disso, surgem, entre esses sujeitos, condições de anonimato, rarefações existenciais e a constante presença da Polícia, cuja atuação se faz permanente tendo em vista a construção nebulosa e representacional do medo que se espalha sobre os excluídos dos espaços sociais.

Tão logo, esses moradores veem-se submersos a um cotidiano de violência que tende a aumentar as tensões e exagerar determinados conflitos, promovendo mais violência, das quais se destaca a violência de gênero. Portanto, entende-se a violência de gênero, nesses espaços, como consequência direta da ritualização a que são objetos os integrantes da zona norte de Ribeirão Preto/SP, cuja barbárie se faz em razão da ruptura com vínculos sociais e dentro de um processo de refluxo às relações domésticas.

Como já demonstrado, essa violência de gênero encontra nos homens o privilégio de seus atos e, nas mulheres, o escopo de suas práticas. Isso porque, como discutido, entende-se que a violência de gênero se materializa como recurso de recomposição à letargia do cotidiano desses machos e, fundamentalmente, o declínio dos aspectos e demonstrações da virilidade.

Logo, dispostos a se manterem no poder em que foram socialmente destinados e culturalmente eternizados, tentam esses mesmos homens se reconciliarem com suas fraquezas através da dominação das mulheres com as quais estão vinculados amorosamente. É evidente que o hábito da violência no interior desses grupos acaba por hiperbolizar, no seio das representações, a figura do selvagem para a qual os moradores da zona norte já estão, desde suas origens, marcados a se encontrar. Situação que traz àquele espaço mais polícia, mais violência e menos proteção às mulheres.

Considerado essas circunstâncias, portanto, chegou-se à conclusão de que são várias as formas de expressão da violência de gênero no interior desse território ribeirão pretano que, como produto das ausências governamentais, acaba por se expressar de diversas formas. Ela se expressa, preliminar e justamente, pelo elevado número de boletins de ocorrência registrados na Delegacia de Defesa da Mulher, tendo por vítimas e autores os moradores dos limites da zona norte; também

se dá sob a forma permanente do ébrio e o “ciúme por alcoolismo”, sendo o alcoólico o desfecho personificado da derrocada do macho.

Da mesma forma, ela se impõe ante as impossibilidades de acesso à justiça como direito fundamental da pessoa humana que, como bem se observou, faz-se situação ainda mais atroz quando se trata de pessoas que residem em cidades pequenas, relegando àquelas mulheres o incognoscível e complexo universo de proteção. Além disso, enquanto efeito dos processos de fragmentação geográfica e deslegitimização do sujeito, a violência de gênero também se exprime na condição de violência suplementar e possivelmente irrelevante aos interesses dos poderes econômicos e das conveniências de quem controla o Estado e as ações policiais, isto é, os ricos, de modo que a ação intervintiva da Polícia prolonga-se no interior da periferia a fim de esquadriñhar seus sujeitos e sobre eles exercer uma biopolítica talhada em proveito das micropenalidades.

Sobre esses exercícios estatais que, como foi alegado, acabam por consumir as remotas possibilidades de paz nesses espaços, haja vista o estado das coisas no qual eles se encontram, produzindo por ali mais violência e utilizando-a como diálogo, foi constatado ser a violência de gênero uma escalada para baixo em um grande espiral de relações díspares de poder, no qual, evidentemente, sucumbem as mulheres como intento cercado de vulnerabilidades e, sob a ótica do pequeno poder, preterida ao chão do uso de suas forças.

Também foi afirmado, como situação que atravessa a questão da violência de gênero, que às mulheres pobres e vítimas da violência doméstica, uma vez destituídas de capital financeiro, resta apenas o valor de sua imagem que, por sua vez, posta-se como objeto de “negociação”. Desse modo, o boletim de ocorrência policial funciona como dispositivo de inteligibilidade social que, ao ser registrado, reconhece a violência pela qual ela passou. Entretanto, há aí uma problemática questão: o acesso a esse registro, em se tratando dessas mulheres, demanda sofrimentos que vão além do invisível, isto é, das ameaças e demais dissabores que pairam no simbólico e nas práticas que afigem o psicológico (como a calúnia, a injúria e a difamação).

O boletim de ocorrência, nesses casos, requer a violência física, afinal, enquanto pobres, são reduzidas a uma percepção monolítica de massa e de classe, portadora, portanto, dos processos de representação que sobre os pobres e, em especial, sobre as mulheres, criam estereótipos e os adensam a capitais negativos.

Consequentemente, fixa-se a seguinte questão: quem são essas mulheres para reivindicar, no seio do simbólico, a reversão daquilo que não têm? E, para tanto, fazer uso do aparato estatal que se soma às pressões dos extraordinários e excepcionais sujeitos políticos?

Por fim, a atenção deste trabalho residiu nas ações e nos embaraços sociais, políticos, econômicos e religiosos que as mulheres vitimadas são obrigadas a suportar. Isso posto, procurou-se considerar a interferência das residências e de seus espaços de visibilidade sobre a condição da violência de gênero e, por fim, trazer à tona as reações de algumas mulheres quando tomadas pela violência doméstica, em especial aquelas dispostas a matar, como o apresentado no terceiro capítulo, especificamente quando da abordagem das mulheres “consignadas” cujo título traz, justamente, a noção de mulheres registradas, arroladas, mencionadas – porém, na condição de autoras.

O desfecho disso tudo é que essa análise segue sem respostas, mas consciente de que tal conjuntura jamais se fará sob perspectivas maniqueístas e de um único viés. Nesse trabalho, por óbvio, não foi capaz de esgotar o tema e, muito menos, teve por objetivo oferecer uma “receita de bolo” à problemática; porém, há a convicção de que a partir dele o assunto “violência de gênero” ganha novos horizontes, em particular, no município de Ribeirão Preto/SP. Por fim, sobrevive no coração desta pesquisadora que a violência de gênero é matéria que trata, fundamentalmente, das ausências e da carência de viver bem.

FONTES DOCUMENTAIS

APHRP. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

BOLETINS de Ocorrência Policial registrados na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, entre os anos de 2007 e 2016, totalizando 26.104 boletins de ocorrências.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 15 dez. 2018.

CENTRAL POL. JUD-RIB. PRETO. RDO 20725/2016.

CENTRAL POL.JUD-RIB.PRETO. RDO 21839/2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0**: Cadastro Nacional de Presos. Brasília, agosto de 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2018.

DEL. MUNICÍPIO DE PONTAL. RDO 144/2014.

PLANTÃO 02° RIBEIRÃO PRETO. RDO 1029/2012.

PLANTÃO 01° RIBEIRÃO PRETO. RDO 19714/2013.

SÃO PAULO. **Decreto número 24.548, de 12 de maio de 1955**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24548-12.05.1955.html>. Acesso em: 17 jun. 2019.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. Do Público e do Privado: uma perspectiva de género sobre uma dicotomia moderna. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, jan./abr. 2012.

ANSART-DOURLEN, Michèle. A noção de alteridade. In: NAXARA, Márcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephohl de (orgs.). **Figurações do outro na história**. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 23-35

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Resolução Estadual nº 198 de 03 de agosto de 1889. **Manda publicar e executar o Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1889/resolucao-198-03.08.1889.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Em Busca da Política**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENTHAM, Jeremy et al. **O Panóptico**. Org. Tomaz Tadeu. Trad. Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOBBIO, N. Estado, poder e governo. In: BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 53-133.

BORGES, Michelle Silva. **Sob os muros das convenções e as muitas faces da violência de gênero**: Ribeirão Preto/SP (2007 a 2013). 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. p. 67. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16526/1/MurosConvencoesFaces.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. BORGES, Michelle Silva. **A inclusão da mulher na polícia militar do estado de São Paulo em Ribeirão Preto, entre 1984 a 2007.** 2009. 59 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2009.

BRASIL. Legislação. **Ordenações e leis do Reino de Portugal.** Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em: 02 jul. 2019.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Violências contra a mulher e as práticas institucionais.** Brasília: Ministério da Justiça, 2015. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/08/MJ_VCMdaspraticasinstitucionais.pdf. Acesso em: 02 ago. 2016.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, set. 1984/abr. 1985.

BASSANEZI, Carla. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007. p. 607-639.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHAUI, Marilena. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHRISTIE, Nils. **A Indústria do controle do crime:** a caminho dos GULAGs em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

COELHO, Henrique. **Policia diz que mãe permitia estupro de filha para fazer a criança sofrer.** G1. 26 dez. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/policia-diz-que-mae-permitia-estupro-de-filha-para-fazer-a-crianca-sofrer.ghtml>. Acesso em: 26 jun. 2019.

COUTO, Márcia Thereza. Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero. **Revista Antropológicas**, ano 9, v. 16, n. 1, p. 197-216, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcia_Couto2/publication/266524122_Estudos_de_familias_populares_urbanas_e_a_articulacao_com_genero/links/561ba80908ae044edbb37860/Estudos-de-familias-populares-urbanas-e-a-articulacao-com-genero.pdf. Acesso em: 07 nov. 2018.

CRUZ, Elaine Patrícia. **Autores de violência doméstica receberão cursos de reeducação familiar em SP.** Agência Brasil. São Paulo. 29 set. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/autores-de-violencia-domestica-receberao-cursos-de-reeducacao-familiar-em-sp>. Acesso em: 05 abr. 2019.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio:** mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007. p. 223-240.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de Fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Histórias de corpos. **Projeto História**, São Paulo, v. 25, p. 407-312, dez. 2002.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle (1990). In: DELEUZE, G. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226. Disponível em: <https://grupodeestudosdeleuze.files.wordpress.com/2016/05/deleuze-g-conversac3a7c3b5es.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

DELPHY, Christine. O inimigo principal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-119, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/52637187.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151704>

DÉPÊCHE, M. Reações hiperbólicas da violência da linguagem patriarcal e o corpo feminino. In: SWAIN, Tania Navarro; STEVENS, Cristina Maria Teixeira (orgs.). **A construção dos corpos:** perspectivas feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008. p. 207-218.

DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de bem-viver tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). **Revista História & Perspectivas**, v. 26, n. 49, p. 175-217, jul./dez. 2013.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.

FAUSTO, Boris. Controle social e criminalidade em São Paulo. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Crime, violência e poder.** São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 193-210

FERNANDES, Maria; ADAS, Sérgio. Produção da Subcidadania no processo de (des)organização da cidade corporativa. In: FERNANDES, Maria (coord.). **A cidade e seus limites:** as contradições do urbano na “Califórnia Brasileira”. Ribeirão Preto: Unaerp, 2004. p. 43-77

FERREIRA, Mafalda; NEVES, Sofia; GOMES, Sílvia. Matar ou Morrer–Narrativas de mulheres, vítimas de violência de género, condenadas pelo homicídio dos seus

companheiros. **Configurações. Revista de Sociologia**, v. 21, p. 80-95, 2018.
<https://doi.org/10.4000/configuracoes.5171>

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 510-553

_____. Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Vigiar e Punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

_____. A vida dos homens infames. In: _____. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. p. 89-128.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Trad. Anselmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009. p. 13. [Versão original: "Feminism, Capitalism and the Cunning of History". **New Left Review**, n. 56, p. 97-117, 2009]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505/3782>. Acesso em: 25 out. 2018. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2009v14n2p11>

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a02v15n2>. Acesso em: 21 out. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200002>

FREITAS Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade**: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

GEBARA, Ivone. **As águas do meu poço**: reflexões sobre experiências de liberdade. São Paulo: Brasiliense, 2005.

GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2006.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre as mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWA, B (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 53-66.

KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação a Condenação Social. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 286-313.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade**: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1996.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242

LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

LOPES, Luciana Suarez. As principais fontes de renda e as principais despesas do município de Ribeirão Preto de 1911 até 1930. In: MARCONDES, Renato Leite; REGISTRO, Tania Cristina; GUAZZELLI, Aurélio Manoel Corrêa (orgs.). **Ribeirão Preto**: a cidade como fonte de pesquisa. v. 1. São Paulo: Prefeitura do Campus USP – Ribeirão Preto/Seção de Atividades Culturais, 2015. p. 97-123.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História e Perspectiva**, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 37-77, jan./jun. 1991.

_____. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês**: assistência social institucionalizada (Uberlândia 1965 a 1980). 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MANHAS, Adriana C. B. da Silva. Imigração e urbanização: o Núcleo Colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto. In: MARCONDES, Renato Leite; REGISTRO, Tania Cristina; GUAZZELLI, Aurélio Manoel Corrêa (orgs.). **Ribeirão Preto**: a cidade como fonte de pesquisa. v. 1. São Paulo: Prefeitura do Campus USP – Ribeirão Preto/Seção de Atividades Culturais, 2015. p. 297-319.

_____; MANHAS, Max Paulo Giacheto. Traçado urbano e funcionamento do núcleo colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto (SP) 1887. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1º, 2011, Paraty/RJ. **Anais (on-line)**... Rio de Janeiro: Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. p. 14. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CAPRETZ_ADRIANA_E_MANHAS_MAX_PAULO.pdf. Acesso em: 26 fev. 2019.

MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). In: MARCONDES, Renato Leite; REGISTRO, Tania Cristina; GUAZZELLI, Aurélio Manoel Corrêa (orgs.). **Ribeirão Preto**: a cidade como fonte de pesquisa. v. 1. São

Paulo: Prefeitura do Campus USP; Ribeirão Preto: Seção de Atividades Culturais, 2015. p. 71-95.

MARTINS, Eduardo. **Os pobres e os termos de bem viver**: novas formas de controle social no Império do Brasil. 2003. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2003. p. 13. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93133>. Acesso em: 27 jun. 2019.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu lar é o botequim**: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MELATTI, Kelly Rodrigues. **A reprodução da violência doméstica e suas interfaces com a lógica da dominação**. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 69-70. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17504/1/Kelly%20Rodrigues%20Melatti.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MELLO, Sylvia Leser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWA, B (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 129-140

MEZAN, Renato. **A sombra de Don Juan e outros ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 93, e329303, fev. 2017. p. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n93/0102-6909-rbcsoc-3293032017.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018. <https://doi.org/10.17666/329303/2017>

MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**: introdução a seus fundamentos teóricos: Introdução às bases criminológicas da Lei 9099/95, lei dos juizados especiais criminais. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

MONTENEGRO, Marilia. **Lei Maria da Penha**: uma análise criminológico-crítica. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, desenvolvimento e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, Tatyane Guimarães. Feministas ressignificando o direito: desafios para aprovação da Lei Maria da Penha. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 1, p. 616-650, 2017. p. 620. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n1/2179-8966-rdp-8-1-0616.pdf>. Acesso em :04 jul. 2019.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PATERMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. In: SAWA, B (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 67-86

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PUGA, Vera Lúcia. Violência de gênero / intolerância. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2019. p. 715-718

_____. Trabalho feminino/Profissões. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2019. p. 708-712

QUADROS, Eduardo Gusmão. A vivência religiosa como objeto da história das religiões: uma leitura de Michel de Certeau. **Impulso**, Piraciba, v. 37, n. 15, p. 101-109, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 578-606.

_____. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: São Paulo: Paz e Terra, 2005.

RICOEUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (Org.). **A intolerância**: Foro internacional sobre intolerância, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997/Academia Universal das Culturas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 20-23

SAFFIOTTI, Heleith Iara Bongiovani. A ontogênese do gênero. In: SWAIN, Tania Navarro; STEVENS, Cristina Maria Teixeira (orgs.). **A construção dos corpos**: perspectivas feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008. p. 149-181

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332001000100007&lng=pt&tlang=pt>. Acesso em 15 out. 2019.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009. Acesso em: 14 jan. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANCHES, Rogério Cunha. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral. Salvador: Jus Podivm, 2015.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, São Paulo, ano. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. p. 7. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SARTI, Cynthia Andersen. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 77-105, 2014. p. 81. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/04.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832014000200004>

_____. **A Família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994. 215 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 51. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/107_sarti_cynthia_termo.pdf. Acesso em: 14 nov. 2018.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://ia600308.us.archive.org/21/items/scott_gender/scott_gender.pdf. Acesso em: 09 jan. 2020.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 65-98.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004

SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado (1887). 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

_____. Expansão urbana e segregação social: efeitos da implantação de um núcleo colonial em Ribeirão Preto. In: ENCONTRO DA ANPPAS, II, maio, 2004, Indaiatuba. **Anais...** ANPPAS, 2004. p. 11. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT14/adriana_capretz.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 362-400.

_____. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **Revista Estudos Feministas**, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1997.

STRECK, Lênio Luiz. Criminologia e Feminismo. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 81-104

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. (org.). **Weber**: sociologia. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Classe, estamento, partido. In: GERTH, Hans; MILLS, Wrigth (orgs.). **Max Weber - Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 211-228.

WOOLF, Virginia. **Um Teto Todo Seu**. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZAMBONI, Ernesta. Estudo da rede fundiária da área de Ribeirão Preto – Fazenda do Lageado: um estudo de caso no período de 1874 a 1900. In: MARCONDES, Renato Leite; REGISTRO, Tania Cristina; GUAZZELLI, Aurélio Manoel Corrêa (orgs.). **Ribeirão Preto**: a cidade como fonte de pesquisa. v. 1. São Paulo: Prefeitura do Campus USP – Ribeirão Preto/Seção de Atividades Culturais, 2015. p. 17-43.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte da pesquisa realizada dentro do programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, no qual eu, Michelle Silva Borges sou mestrandona, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Puga. As e os participantes desta pesquisa terão suas identidades mantidas em total anonimato, sendo a participação realizada de modo absolutamente livre, voluntário e sem custos.

1. Há quantos anos você é ou foi policial? _____.
2. () Solteiro () casado () divorciado () outro
3. Grau de Instrução:
() Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto
() Ensino Superior Completo () Pós-Graduação Incompleta
() Pós-Graduação Completa
4. Quantas ocorrências de violência de gênero você costuma (va) atender por ano?
() 0 – 50 () 50 – 100 () 100 – 200 () 200 – 300 () 300 ou mais.
5. Há relato de violência de gênero na família? () Sim () Não
6. Quais os fatores geradores de violência contra a mulher?
7. Quais as principais formas de violências praticadas contra a mulher?
8. Existem relatos de que, após o Boletim de Ocorrência, algumas mulheres voltarem para o convívio com seus agressores? Se sim, o que poderia explicar essa conduta?
9. Como costuma ser o atendimento prestado pelos policiais às mulheres que sofrem violência de gênero? Por quê?
10. Quais são os efeitos sobre a atividade policial e a qualidade de atendimento oferecido às mulheres que registram um segundo ou um terceiro Boletim de Ocorrência contra seus parceiros após terem restabelecido o relacionamento com o agressor? E como você se sente?

11. Há mulheres que sofrem violência por mais de um parceiro sucessivamente?
Se sim, o que poderia explicar essa ocorrência?

12. Há mulheres que tentam elaborar um Boletim de Ocorrência com notícias falsas contra seus companheiros? Se sim, quais seriam as alegações mais comuns? E o que poderia explicar esse comportamento?

RDO/Ano 2007	Mulher	Naturalidade	Idade	Homem	Naturalidade	Idade	Bairro da vítima
1	Auxiliar de Cozinha	Ribeirão Preto	28	Gráfico	Ribeirão Preto	27	Vila Abranches
36	Do lar	Ribeirão Preto	18	Zelador	Porto da Folha/Se	31	Salgado Filho I
68	Lavradora	Anapolis/GO	46	Pedreiro	Ribeirão Preto	45	Salgado Filho II
99	Vendedora	Ribeirão Preto	23	Auxiliar de Serviços Gerais	Ribeirão Preto	24	Vila Virginia
139	Prendas Domésticas	Ribeirão Preto	37	Pintor	Dourados	48	Vila Mariana
183	Operadora	Cajuru	27	Ajudante	Ribeirão Preto	48	Jd. Juliana
233	Do lar	Santa Rita do Passa Quatro	41	Pedreiro	Ribeirão Preto	44	Vila Virginia
281	Doméstica	Nhandeara/SP	37	Auxiliar de Serviços Gerais	Ribeirão Preto	41	Jd. Zara
312	Do lar	Ribeirão Preto	28	Vigilante	Couto Magalhães/TO	45	Ipiranga
375	Vendedora	Guaíra	45	Auxiliar de Serviços Gerais	Ribeirão Preto	27	Jd. Jockey Clube
429	Caixa	Ribeirão Preto	27	Mecânico	São Paulo	22	Ipiranga
498	Aposentada	Ribeirão Preto	69	Aposentado	Juruce	78	Centro
538	Do lar	Ribeirão Preto	31	Aposentado	Ribeirão Preto	51	Jd. Aeroporto
603	Vendedora	Curitiba	32	Tecnico em Informática	Ituiutaba/MG	29	Castelo Branco Novo
657	Doméstica	Ribeirão Preto	27	Pedreiro	Ribeirão Preto	27	Parque Ribeirão
715	Do lar	Cravinhos	46	Pedreiro	Ribeirão Preto	48	Jd. Maria das Graças
776	Supervisora	Nova Olinda/TO	27	Corretor de Imóveis	Ribeirão Preto	32	Ribeirania
834	Tecnica	Cravinhos	42	Auxiliar de Serviços Gerais	Montes Claros/MG	35	Jd. Centenário
868	Doméstica	Santo André/SP	52	Marceneiro	Ipuá	41	Ipiranga
923	Prendas Domésticas	São José do Rio Pardo/SP	28	Marceneiro	São Paulo	31	Heitor Rigon
972	Do lar	Ribeirão Preto	34	Motorista	Cravinhos	46	Jd. San Fernando
1012	Faxineira	Ribeirão Preto	46	Vigilante	Ribeirão Preto	47	Jd. Irajá
1058	Do lar	Ribeirão Preto	23	Encanador	Passos/MG	24	Jd. Progresso
1077	Doméstica	Tamauá/SP	49	Mecânico	Tamauá/SP	52	Parque Ribeirão
1132	Vendedora	São Miguel do Oeste	32	Segurança	Ribeirão Preto	36	Parque São Sebastião
1167	Aposentada	Bonfim Paulista	65	Marceneiro	Guaira	50	Bonfim Paulista
1209	Auxiliar de Cozinha	Ipuã/SP	28	Agricultor	Ribeirão Preto	30	Parque Ribeirão
1256	Auxiliar de serviços gerais	Montalvania	43	Pedreiro	Ribeirão Preto	49	Monte Alegre
1284	Doméstica	São Mateus	26	Auxiliar de Serviços Gerais	Maraújo	-	Salgado Filho
1338	Assistente Administrativo	São Bernardo do Campo	28	Porteiro	Ribeirão Preto	24	Ribeirão Verde
1373	Doméstica	Ribeirão Preto	45	Eletricista	Ribeirão Preto	50	Ipiranga
1411	Gerente	Morro Agudo	42	Garçon	Cariacica/ES	28	Mario Paiva Arantes
1443	Do lar	Ribeirão Preto	28	Fiscal	-	28	Quintino Facci I
1474	Vendedora	Ribeirão Preto	27	Auxiliar de Escritório	Ribeirão Preto	33	Vila Virginia
1521	Vendedora	Altinópolis	26	Entregador	Ribeirão Preto	26	Adelino Simioni
1575	Auxiliar de serviços gerais	Serrana	40	Jardineiro	São Paulo	34	Campos Elíseos
1600	Auxiliar dee Enfermagem	Pontal	49	Vendedor	São Paulo	40	Campos Elíseos
1648	Ajudante	Rio de Janeiro	38	Aposentado	Ribeirão Preto	62	Ipiranga
1686	Do lar	Goiania	26	Mototaxista	Ribeirão Preto	-	Campos Elíseos
1746	Manicure	Ribeirão Preto	41	Pintor	Ribeirão Preto	46	Adelino Simioni
1804	Doméstica	Ituverava	23	Vigilante	Aguas Vermelhas	32	Ipiranga
1847	Do lar	Partopolis	61	Carpinteiro	Ribeirão Preto	62	Vila Virginia
1908	Balconista	Ituiutaba	26	Padeiro	Curitiba	34	Maria Casa Grande
1959	Babá	Ribeirão Preto	25	Assistente Administrativo	Diadema	26	Vila Figueiredo
2003	Esteticista	Irai/RS	34	Taxista	-	54	Candido Portinari
2056	Auxiliar de Cozinha	Canela/RS	44	Funcionário público municipal	São Paulo	46	Jd. Paulista
2090	Vendedora	Ribeirão Preto	32	Fiscal	Ribeirão Preto	36	Adelino Simioni
2143	Vendedora	Teixeira de Freitas/BA	31	Pintor	Pará	23	Jd. Aeroporto
2198	Do lar	São Joaquim da Barra/SP	25	Grafico	Ribeirão Preto	26	Ipiranga
2242	Doméstica	Ribeirão Preto	32	Entregador	Vitória	29	Parque Ribeirão
2274	Servidora Pública	Santa Clara do Oeste	41	Funcionário público estadual	Ribeirão Preto	52	Solar Boa Vista
2314	Técnica	Guará	44	Engenheiro	Ribeirão Preto	46	Parque Bandeirantes

RDO/Ano 2008	Mulher	Naturalidade	Idade	Homem	Naturalidade	Idade	Bairro da vítima
2	Operadora de loja	Ribeirão Preto	23	Mecânico	-	26	Parque Ribeirão
38	Auxiliar de Lavanderia	São Paulo	44	Autônomo	Ribeirão Preto	43	Heitor Rigon
77	Doméstica	Ribeirão Preto	57	Metalúrgico	Batatais	60	Ipiranga
112	Do lar	Claudio/MG	36	Pedreiro	Ubauna/PR	44	Parque Ribeirão
148	Vendedora	Itambé/BA	34	Mecânico	Ribeirão Preto	38	Jd. Marquesi
183	Garconete	Ribeirão Preto	30	Ajudante	Pitangueiras	33	Sumarezinho
204	Agente Administrativo	São Paulo	39	Mecânico	Passos/MG	40	Ipiranga
253	Autônoma	Ribeirão Preto	29	Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	Maria Casa Grande
302	Doméstica	Bebedouro	41	Jardineiro	Ribeirão Preto	38	Planalto Verde
344	Manicure	Ituverava	30	Marceneiro	Guará	37	Parque Ribeirão
387	Do lar	Jequié/BA	32	Auxiliar de Serviços Gerais	São Paulo	41	Avelino Palma
452	Operadora de Telemarketing	Brodowski	41	Fotógrafo	Igarapava	47	Quintino Facci II
488	Cozinheira	Guará	45	Desocupado	São José do Divino/MG	43	Jd. Paulistano
516	Atendente de Telemarketing	Ribeirão Preto	19	Encarregado de Setor	São Roque	23	Vila Abranches
542	Do lar	Palotina/PR	42	Cabeleireiro	São Jorge Ivai/PR	47	Ipiranga
588	Aposentada	Recife/PE	36	Moto-Boy	-	-	Vila Hipica
627	Pizaiola	Grandes Rios/PR	36	Garçon	-	30	Ipiranga
665	Balconista	São Paulo	25	Coordenador	Ribeirão Preto	27	Parque Bandeirantes
704	Do lar	Guariba	21	Advogado	Presidente Prudente	47	República
733	Auxiliar de Limpeza	São José da Tapera/AL	55	Servente	Titoia/MA	-	Jd. Progresso
770	Do lar	São Joaquim da Barra	26	Gráfico	Ribeirão Preto	27	Ipiranga
854	Aposentada	Uberaba/MG	69	Desocupado	Lucélia	46	Bonfim Paulista
876	Caixa	Ituverava	32	-	-	-	Jd. Marquesi
912	Doméstica	Ribeirão Preto	35	-	Ribeirão Preto	44	Jd. Aeroporto
961	Motorista	Presidente Prudente	43	-	Ribeirão Preto	41	Parque dos Flamboyans
1016	Doméstica	Uberaba/MG	32	Carpinteiro	Capreu/CE	32	Campos Elíseos
1043	Do lar	Presidente Epitácio	33	Pedreiro	Ribeirão Preto	36	Parque Avelino
1088	Auxiliar de produção	Barretos	25	-	-	27	Jd. Antônio Palocci
1115	Doméstica	-	32	-	-	45	Parque São Sebastião
1141	Auxiliar de Serviços Gerais	Ribeirão Preto	32	-	-	35	Quintino Facci II
1181	Estudante	Praia Grande	18	-	Ribeirão Preto	28	Jd. Marquesi
1209	Do lar	Ribeirão Preto	20	-	Ribeirão Preto	24	Ipiranga
1234	Doméstica	Ribeirão Preto	18	Serralheiro	Maranhão	28	Jd. Aeroporto
1293	Do lar	Ribeirão Preto	25	Garçon	Alexandria/RN	34	Vila Elisa
1364	Advogada	Ribeirão Preto	31	-	Ribeirão Preto	34	Jd. Nova Aliança
1407	Copeira	Ribeirão Preto	25	Auxiliar de Serviços Gerais	Ribeirão Preto	35	Ipiranga
1458	Assistente de Vendas	Ribeirão Preto	30	Comprador	São José dos Campos	29	Quintino Facci II
1480	Auxiliar de Enfermagem	Ibitiara/BA	38	-	-	34	Jd. Antônio Palocci
1502	Vendedora	Assai/PR	45	Pedreiro	Nova Fátima/PR	42	Vila Virgínia
1515	Do lar	Ribeirão Preto	30	Auxiliar de Produção	-	37	Jd. Aeroporto
1535	Faxineira	Iturama/MG	37	Motorista	Santo André/SP	42	Jd. Novo Mundo
1544	Operadora de Telemarketing	Ribeirão Preto	24	Desocupado	Ribeirão Preto	27	Quintino Facci II
1559	Do lar	São Paulo	43	Pintor	São Paulo	40	Jd. Aeroporto
1574	Do lar	Ribeirão Preto	26	Auxiliar Administrativo	Ribeirão Preto	26	Ipiranga
1575	Vendedora Ambulante	Olimpia/SP	33	Comerciante	Ribeirão Preto	56	Campos Elíseos
1593	Do lar	Ribeirão Preto	32	Padeiro	Araminas/MG	38	Vila Albertina
1654	Faxineira	Araçatuba	33	Ajudante	Igarapava	28	Outro município (Araçatuba)
1718	Do lar	Ribeirão Preto	25	-	-	29	Parque Ribeirão
1757	Do lar	Ribeirão Preto	20	Auxiliar de Serviços Gerais	Ipira/BA	25	Jd. Piratininga
1821	Gerente	Olimpia/SP	27	Técnico	Ribeirão Preto	29	Orestes Lopes
1868	Telefonista	Altinópolis	34	Desocupado	Ribeirão Preto	49	Dom Bernardo José Mielle
1892	Vendedora	S.Helena/PR	37	Pedreiro	Morro Agudo/SP	41	Jd. Jandaia

RDO/Ano 2009	Mulher	Escolaridade	Naturalidade	Idade	Homem	Naturalidade	Idade	Bairro da vítima
6	Comerciante		Pitangueiras	49	-	-	52	Ribeirão Verde
64	Do lar		Ribeirão Preto	22	Auxiliar de Serviços Gerais	Orlândia	27	Jd. Progresso
99	Vendedora		Ribeirão Preto	20	-	-	22	Vila Virginia
157	Empresária		Ribeirão Preto	25	Corretor de Imóveis	Ribeirão Preto	44	Parque dos Servidores
190	Cozinheira		Terra Roxa/SP	56	-	-	53	Campos Eliseos
237	Auxiliar de Serviços Gerais		Ribeirão Preto	26	-	-	26	Simione
295	Auxiliar de Enfermagem		Serrana	43	Mecânico	-	28	José Sampaio
330	Doméstica		Sertãozinho	20	-	-	20	Maria Casa Grande
376	Balconista	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	23	Vigilante	Ribeirão Preto	34	Jd. Paiva
406	Secretária	Ensino Médio Completo	Matão	33	-	-	23	Vila Tibério
465	Enfermeira	Superior Completo	Tupã	49	Médico	São Paulo	47	Morro Mirante do Ipê
513	Psicóloga	Superior Completo	Barretos	33	Comerciante	Ribeirão Preto	40	Jd. Independência
564	Faxineira	-	Ipira/BA	34	Jardineiro	Ipira/BA	26	Jd. Iara
599	Desempregada	-	Ribeirão Preto	28	Motorista	Campinas	30	Parque Tanquinho
644	Doméstica	-	Altinópolis	43	-	-	44	Jd. Piratininga
709	Doméstica	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	55	-	Ribeirão Preto	55	Ipiranga
757	Ajudante	Ensino Fundamental Completo	Guaiambe/SP	27	Ajudante	Ribeirão Preto	30	Parque dos Flamboyans
818	Caixa	Ensino Fundamental Completo	Itacarambi/MG	27	Pedreiro	Itacarambi/MG	32	Parque Ribeirão
867	Auxiliar de Cozinha	Ensino Médio Completo	Sento Se/BA	31	Pedreiro	Pão de Açúcar/AL	29	Jd. Progresso
927	Coordenadora	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	35	Vendedor	Ribeirão Preto	46	Jd. Paulista
990	Estudante	Ensino Médio Completo	Rio de Janeiro	42	Representante Comercial	São Paulo	48	City Ribeirão
1036	Do lar	-	Ribeirão Preto	42	Taxista	Guape/MG	51	Monte Alegre
1066	Doméstica	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	52	Pedreiro	-	50	Maria Casa Grande
1093	Doméstica	Ensino Fundamental Completo	Paramirim/BA	39	Mestre de Obras	Ribeirão Preto	48	Jd. Manoel Pena
1134	Frentista	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	33	Motorista	Ribeirão Preto	35	Jd. Orestes Lopes
1176	Faxineira	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	20	Ajudante	Serra Azul	25	Alto do Ipiranga
1225	Auxiliar de Cozinha	Ensino Fundamental Completo	Batatas	25	Servente	Ribeirão Preto	29	Jd. Marchesi
1248	Vendedora	Ensino Médio Completo	Patrocínio Paulista	36	-	Jequie/BA	33	Jd. Progresso
1296	Doméstica	Ensino Fundamental Completo	Campinas	33	Desempregado	Ribeirão Preto	33	Jd. Presidente Dutra II
1341	Estudante	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	16	Jornalista	Ribeirão Preto	30	Jd. Mosteiro
1396	Doméstica	Ensino Médio Completo	Lajedo/PE	53	Pedreiro	Traipi/AL	71	Vila Pompeia
1448	Do lar	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	36	Empresário	-	36	Vila Virgínia
1485	Do lar	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	24	Mototaxista	Campinas	23	Vila Virgínia
1533	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	31	Topógrafo	Serrana	46	Jd. Emílio Garcia
1587	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental Completo	Ibipéba/BA	51	Pedreiro	Alvares Florence	51	Sumarezinho
1633	Doméstica	-	Guariba	43	Desempregado	Guariba	46	Diva Tarla
1664	Comerciante	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	29	Comerciante	Ribeirão Preto	41	Simione
1718	Funcionária Pº. Municipal	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	41	Desempregado	Ribeirão Preto	49	Jd. Novo Mundo
1779	Auxiliar de Produção	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	29	Vendedor	Ribeirão Preto	29	Ipiranga
1834	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental Completo	Jardinópolis	29	Jardineiro	-	33	Geraldo de Carvalho
1876	Auxiliar de Cozinha	-	Luz/MG	34	Comerciante	Guaranésia	39	Parque Ribeirão
1930	Doméstica	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	32	Professor	Ribeirão Preto	34	Ipiranga
1977	Vendedora	Superior Completo	São Paulo	41	Auxiliar de Serviços Gerais	-	46	Recreio Internacional
2075	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental Completo	São Paulo	23	Servente	Maceio/AL	21	Monte Alegre
2107	Auxiliar de Enfermagem	-	Barretos	35	Tecnico Eletricista	-	-	Vila Tibério
2164	Doméstica	-	Poloni/SP	45	Vendedor	Ribeirão Preto	47	Jd. Paiva
2244	Auxiliar de Produção	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	23	Autônomo	Ribeirão Preto	26	Parque Andorinhas
2300	Garçonete	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	19	Torneiro Mecânico	Ituiutaba/MG	26	Vila Albertina
2338	Do lar	-	Guarapiranga/SP	40	Pintor	São Paulo	44	Vila Virgínia
2391	Guarda Municipal	Ensino Médio Completo	Aramina	47	Lavador de Carro	Franca	35	Ipiranga
2425	Cozinheira	-	Presidente Prudente	33	Vendedor	Patrocínio Paulista	48	João Rossi

RDO/ANO 2010	Mulher	Escolaridade	Naturalidade	Idade	Homem	Naturalidade	Idade	Bairro da vítima
13	Doméstica	Ensino Fundamental Completo	Paudalho/PE	38	Servente	-	48	Jd. Progresso
44	Vendedora	Ensino Médio Completo	Primeiro de Maio/PR	41	Vendedor	Primeiro de Maio/PR	44	Ipiranga
87	Faxineira	Ensino Fundamental Completo	Taboão da Serra	29	Pedreiro	Guape/MG	55	Jd. Botânico
135	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	21	Desempregado	São Paulo	28	Centro
179	Diarista	Ensino Fundamental Completo	Sertãozinho	41	Tapeceiro	Serrana	50	Jd. Mario Paiva
228	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	40	Professor	Ribeirão Preto	46	Parque dos Servidores
272	Empresária	Ensino Médio Completo	Franca	41	Empresário	Ribeirão Preto	35	Orestes Lopes
296	Cabeleireira	-	Ribeirão Preto	31	Metalúrgico	Ipojuca/PE	38	Ipiranga
352	Representante Comercial	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	24	Desempregado	Ribeirão Preto	25	Campos Elíseos
406	Doméstica	Ensino Fundamental Completo	Apucarana/PR	39	Desempregado	Palotina/PR	38	Parque Ribeirão
484	Balconista	Ensino Médio Completo	Ipiaú/BA	28	Pedreiro	Ipiaú/BA	34	Salgado Filho I
508	Desempregada	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	21	Desempregado	Ribeirão Preto	27	Jd. Jandaia
565	Faxineira	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	35	Vigilante	Ribeirão Preto	39	Campos Elíseos
620	Receppcionista	Ensino Médio Completo	Santa Rita do Passa Quatro	25	Serralheiro	Ribeirão Preto	50	Jd. Zara
654	Balconista	Ensino Fundamental Completo	Pato Branco/PR	22	Pedreiro	Terra Roxa/PR	32	Jd. Paulista
705	Representante Comercial	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	41	Desempregado	Orlândia	29	Parque Ribeirão
758	Corretora de Imóveis	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	31	Corretor de Imóveis	Ribeirão Preto	35	Sumarezinho
826	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo	Uberlândia	26	Segurança	São Paulo	27	Cândido Portinari
872	Auxiliar de Enfermagem	Superior Completo	Ribeirão Preto	44	Motorista	São José do Rio Preto	47	Campos Elíseos
905	Balconista	Ensino Fundamental Completo	Padre Carvalho/MG	30	Vigilante	Salinas/MG	30	Campos Elíseos
949	Auxiliar de Cozinha	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	34	Pintor	Ribeirão Preto	37	Vila Virgínia
992	Auxiliar de Enfermagem	Superior Completo	Ribeirão Preto	56	Aposentado	Ribeirão Preto	59	Ipiranga
1030	Auxiliar Administrativa	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	37	Auxiliar de Produção	Ribeirão Preto	34	Vila Luzerna
1072	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	26	Frentista	Ribeirão Preto	29	Valentina Figueiredo
1102	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	29	Servente	Ribeirão Preto	38	Palmares
1146	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	23	Desempregado	Ribeirão Preto	31	Ipiranga
1190	Telefonista	Ensino Médio Completo	Cristália/MG	32	Servente	São Paulo	49	Jd. Progresso
1204	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	23	Lustrador	Ribeirão Preto	26	Geraldo de Carvalho
1249	Vendedora	Ensino Médio Completo	Campinas	29	Soldador	Ribeirão Preto	29	Ribeirão Verde
1286	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Orlândia	40	Segurança	Cajuru	53	Jd. Presidente Dutra I
1319	Cozinheira	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	35	-	Ribeirão Preto	37	Tanquinho
1373	Do lar	Ensino Médio Completo	São Paulo	37	Marceneiro	Cassia/MG	35	Vila Tibério
1424	Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio Completo	Riolândia	46	Ajudante	Ribeirão Preto	42	Parque dos Servidores
1474	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	47	-	Ribeirão Preto	31	Vila Tibério
1522	Doméstica	-	Altamira/PA	38	Pedreiro	Pernambuco	35	Vila Amélia
1566	Copeira	Ensino Fundamental Completo	Ipiaú/BA	28	Garçon	-	-	Vila Guiomar
1610	Supervisora de Telemarketing	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	34	Desempregado	Ituverava	37	Sumarezinho
1661	Do lar	Ensino Médio Completo	Brodowski	52	Pintor	Orlândia	45	José Sampaio
1710	Instrutora	Superior Completo	São Paulo	44	Controlador de Qualidad	Chavantes/SP	47	Jd. Das Pedras
1751	Manicure	Ensino Médio Completo	São Paulo	46	Garçon	Unaí/MG	46	Parque dos Sabiás
1822	Doméstica	Ensino Médio Completo	Sertãozinho	34	Ajudante	Ribeirão Preto	24	Alto do Ipiranga
1855	Vendedora	-	Porto Ferreira	33	Advogado	Ribeirão Preto	36	Parque dos Servidores
1905	Auxiliar de Produção	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	24	Vendedor	Ribeirão Preto	27	Simione
1958	Doméstica	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	30	Porteiro	Jiparana	-	Jd. Progresso
2023	Cobrador	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	25	Impressor	Ribeirão Preto	28	Ipiranga
2086	Cabeleireira	Ensino Fundamental Completo	Itambe/BA	46	Funileiro	-	41	Alexandre Balbo
2137	Vendedora	Ensino Médio Completo	São José do Rio Preto	23	Vendedor	Ribeirão Preto	23	Jd. Paulista
2206	Enfermeira	Superior Completo	Ribeirão Preto	48	Dentista	Ribeirão Preto	52	Jd. Paulista
2269	Receppcionista	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	28	Motorista	Ribeirão Preto	33	Quintino Facci II
2332	Balconista	Ensino Médio Completo	Ipiaú/BA	21	Auxiliar de Cozinha	Belo Horizonte	31	Centro
2393	Operadora de Telecomunicações	Ensino Médio Completo	Guarujá	29	Músico	Ribeirão Preto	32	Campos Elíseos
2442	Caixa	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	25	Auxiliar Geral	Ribeirão Preto	32	Alexandre Balbo

RDO/Ano 2011	Mulher	Escolaridade	Naturalidade	Idade	Homem	Naturalidade	Idade	Bairro da vítima
2	Balconista	Ensino Médio Incompleto	Ribeirão Preto	29	Mecânico	Ipatinga/MG	27	Paulo Gomes
59	Do lar	-	Ribeirão Preto	31	Pintor	-	72	Monte Alegre
107	Atendente	Ensino fundamental completo	Ribeirão Preto	20	Desempregado	Ribeirão Preto	27	Jd. Piratininha
156	Do lar	Ensino Médio Incompleto	Ribeirão Preto	31	Gesseiro	Ribeirão Preto	30	Heitor Rigon
232	Doméstica	Ensino fundamental incompleto	Ituutaba	40	Carroceiro	Riachuelo	51	Jd. São José
302	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Catanduva	25	Ajudante	Ribeirão Preto	28	Jd. Paulistano
376	Desempregada	-	Salgueiro/PE	35	Desempregado	-	33	Parque dos Flamboyans
422	Faxineira	-	Ribeirão Preto	35	Desempregado	São Paulo	39	Vila Lobato
475	Doméstica	Ensino fundamental incompleto	São Joaquim da Barra	42	Montador	Livramento do Brumado/BA	45	Parque Ribeirão Preto
516	Do lar	Ensino Médio Completo	São Paulo	25	Cabeleireiro	Ribeirão Preto	26	Jovino Campos
542	governanta	Ensino fundamental completo	Barra do choça/BA	41	Mestre de Obras	Planalto/BA	42	Parque dos Servidores
613	auxiliar de enfermagem	-	Ribeirão Preto	31	vendedor	São Paulo	31	Ipiranga
670	Auxiliar administrativo	-	Ribeirão Preto	32	Func. Públ. Estadual	Olinda/PE	56	Parque dos Bandeirantes
738	Recicadora	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	26	-	Ribeirão Preto	-	Branca Sales
802	Vendedora	Ensino Médio Completo	Piumhi/MG	30	Autônomo	Garulhos	29	Jardim Dos Hibiscos
883	Do lar	Ensino médio completo	São Paulo	24	Ajudante	Ribeirão Preto	30	Jamil s. Cury
927	auxiliar de enfermagem	Ensino Médio Completo	São Paulo	38	Operador	Conselheiro Lafaiete/MG	56	Geraldo de Carvalho
1003	Doméstica	Ensino fundamental incompleto	Douradina/PR	40	Encanador	Ribeirão Preto	40	Ipiranga
1059	Comerciante	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	26	Comerciante	Ribeirão Preto	27	Dom Miele
1130	Vendedora	Ensino médio completo	Independência/CE	45	Instalador	-	34	Castelo branco Novo
1217	Do lar	Ensino fundamental incompleto	Berilo/MG	37	Pedreiro	Serra Preta/BA	42	Salgado Filho I
1285	Auxiliar de escritório	Ensino Médio completo	Ribeirão Preto	26	Autônomo	Ribeirão Preto	31	Campos Elíseos
1352	Costureira	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	27	Desempregado	Ribeirão Preto	27	Jovino Campos
1413	Do lar	Ensino Médio completo	Ribeirão Preto	27	Vigilante	Ribeirão Preto	28	Jd. Juliana
1470	Ajudante	Ensino fundamental completo	Caetité/BA	49	Pedreiro	Caetité/BA	46	Jd. Progresso
1511	Bancária	Superior Completo	Ribeirão Preto	34	Empresário	Ribeirão Preto	37	Manoel Pena
1572	Fiscal	Ensino Médio completo	Curitiba/PR	28	Ajudante	Ribeirão Preto	29	Tanquinho
1621	Vendedora	Superior incompleto	Ribeirão Preto	31	Comerciante	Santo Antônio da Patrulha/RS	28	Vila Virginía
1677	Auxiliar de Limpeza	Ensino fundamental completo	Ribeirão Preto	37	Açougueiro	Bambuí/MG	28	Jd. Paulistano
1736	Faxineira	Ensino Fundamental Completo	Assis/SP	29	Ajudante	Ribeirão Preto	22	Jd. Aeroporto
1791	Gerente	Superior Competo	Ribeirão Preto	28	-	Ribeirão Preto	31	Jd. Paulista
1849	Do lar	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	36	Gerente	Cravinhos	36	Parque dos Servidores
1925	Do lar	Ensino fundamental Completo	Ribeirão Preto	45	Autônomo	Ribeirão Preto	42	Jd. Presidente Dutra
1994	Do lar	Ensino Médio Completo	Santo Antônio da Alegria	30	Motorista	Ribeirão Preto	26	Parque dos Pinos
2081	Gari	Ensino Fundamental Incompleto	Penápolis	35	Pintor	Ribeirão Preto	35	Parque Ribeirão Preto
2131	Costureira	Ensino Fundamental Completo	Canaoas/RS	49	Mototaxista	Ribeirão Preto	50	Alexandre Balbo
2223	Auxiliar de Produção	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	26	Artesão	Olimpia	32	Campos Elíseos
2299	Do lar	Ensino Fundamental Incompleto	Borborema	53	Aposentado	Ribeirão Preto	57	Vila Virginía
2369	Doméstica	Ensino Médio Completo	Virgem da Lapa/MG	27	Motorista	Barrinha	29	Jd. Sumaré
2450	Manicure	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	38	Mototaxista	Ribeirão Preto	41	Campos Elíseos
2518	Auxiliar de Escritório	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	19	-	Ribeirão Preto	20	Jd. Paulista
2572	Ajudante	Ensino Médio Completo	Viradouro	50	Aposentado	Ribeirão Preto	51	Vila Mariana
2630	Do lar	Ensino Médio Completo	Macaubas/BA	26	Pintor	Ribeirão Preto	22	Heitor Rigon
2671	Auxiliar administrativo	Ensino Médio Completo	Ipuã	43	Motorista	Franca	50	Quintino I
2726	Vendedora	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	26	Auxiliar de Produção	São Paulo	35	Parque das Sabias
2804	Desempregada	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	19	Desempregado	Pradópolis	20	Vila Tibério
2861	Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio Completo	Formiga/MG	35	Metalmecânico	Ribeirão Preto	32	Jd. Marchesi
2949	Cabeleireira	Ensino fundamental incompleto	Araraquara	24	Vendedor	Ribeirão Preto	27	Quintino II
3029	Vendedora	Ensino Fundamental Incompleto	Ribeirão Preto	31	Técnico de Eletrônica	Ribeirão Preto	30	Vila Virginía
3098	Comerciante	Ensino Médio completo	Ribeirão Preto	38	Comerciante	Santa Cruz Monte Castelo	36	Vila Elisa
3156	Diarista	Ensino Fundamental Incompleto	Jardimópolis	39	Motorista	Ribeirão Preto	43	Parque das Figueiras
3204	Administradora de Empresa	Superior Completo	Araraquara	43	Comerciante	-	37	Centro

RDO/Año 2012	Mulher	Escolaridade	Naturalidade	Idade	Homem	Naturalidade	Idade	Bairro da vítima
1	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	São Paulo	27	-	Ribeirão Preto	33	Ipiranga
68	Do lar	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	17	-	Ribeirão Preto	18	Jd. Bandeirantes
125	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	32	Auxiliar de Produção	Ribeirão Preto	28	Jd. Florestan Fernandes
183	Vendedora	Ensino Médio Completo	Posto das Trincheiras/AL	38	Metalurgico	-	48	Delboux
239	Doméstica	Ensino Fundamental Completo	Minas Novas/MG	27	Entregador	Rio Verde/GO	35	Heitor Rigon
306	Do lar	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	27	Mecânico	Ribeirão Preto	27	Geraldo de Carvalho
396	Do lar	-	Ribeirão Preto	38	Desempregado	Ribeirão Preto	39	Ipiranga
458	Faxineira	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	48	Aposentado	Ribeirão Preto	45	Orestes Lopes de Camargo
513	Auxiliar de Cozinha	Ensino Fundamental Completo	Ipira/BA	20	Montador	Ipira/BA	32	Ipiranga
566	Auxiliar de Limpeza	Ensino Médio Completo	Franca	35	Frentista	São Gotardo/MG	37	Jd. Jandala
659	Faxineira	Ensino Fundamental Incompleto	Sertãozinho	58	Servente de Pedreiro	Serra Preta/BA	43	Jd. Piratininga
723	Do lar	Ensino Fundamental Incompleto	Montalvânia/MG	51	Pensionista	Montalvânia/MG	34	Candido Portinari
798	Auxiliar de Vendas	Ensino Fundamental Completo	Olho d'água do Casado/AL	20	Auxiliar de Expedição	Ribeirão Preto	23	Jd. Salgado filho II
874	Comerciante	Ensino Médio Completo	Passos/MG	37	Comerciante	Capitolio/MG	46	Campos Eliseos
923	Auxiliar Administrativo	Superior Completo	Ribeirão Preto	38	Vendedor	Ribeirão Preto	37	Sumarezinho
991	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	24	Torneiro Mecânico	Ribeirão Preto	28	Ipiranga
1071	Professora	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	34	Gerente	Frutal/MG	38	J.J Clube
1138	Operadora de Telemarketing	Ensino Fundamental Completo	Pau Brasil/BA	23	Armador	Umuarama/PR	30	Jd. Aeroporto
1178	Cabeleireira	-	Pontal/SP	41	Autônomo	Ribeirão Preto	31	Ipiranga
1247	Representante Comercial	Superior Incompleto	Ribeirão Preto	31	-	Jaboticabal	34	Jd. João Rossi
1306	Eletricista	-	Itaobim/MG	34	Empresário	Governador Alexandre Costa/MA	29	Parque dos Flamboyans
1380	Faxineira	Ensino Fundamental Incompleto	Mundo Novo/BA	54	Pedreiro	Ribeirão Preto	46	Bonfim Paulista
1441	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo	São Joaquim da Barra	35	Ajustador Mecânico	Iguai/BA	40	Vila Seixas
1481	Garçonne	Ensino Fundamental Completo	Guariba	30	Vigilante	Dobradá	40	Joquel Clube
1551	Comerciante	Ensino Fundamental Incompleto	Salinas/MG	28	Segurança	-	35	Vila Virginia
1622	Atendente	Ensino Médio Completo	Jataí/GO	26	Comerciante	Ribeirão Preto	37	Bonfim Paulista
1695	Garçonne	Ensino Médio Completo	Ibiporã/PR	25	Auxiliar Mecânico	Ribeirão Preto	23	Jd. Das Mansões
1778	Técnica em Enfermagem	-	Viradouro	57	nico em Segurança do Trab	Ribeirão Preto	54	Parque dos Lagos
1821	Comerciante	Ensino fundamental Incompleto	Serrana	50	Motorista	Floresta/Pe	52	Monte Alegre
1882	Doméstica	Ensino Fundamental Incompleto	Ribeirão Preto	47	Desempregado	Sento Se/BA	36	Parque Ribeirão Preto
1958	Diarista	Ensino Fundamental Incompleto	Frutal/MG	37	Borracheiro	Santa Cruz/PR	55	Antônio Palocci
2009	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto	Queimadas/BA	36	Pedreiro	Ipirá/BA	34	Monte Alegre
2073	Desempregada	Ensino Médio Completo	Guarulhos	34	Embalador	Ribeirão Preto	24	Quintino Facci
2147	Assistente Administrativo	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	41	Motorista	Ribeirão Preto	39	Geraldo de Carvalho
2204	Pensionista	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	33	Vigilante	Maceió/AL	42	Vila Abranches
2262	Vendedora	-	Serrana	30	Empresário	Barretos	60	Jd. Paulista
2316	Faxineira	Ensino Fundamental Completo	Planura/MG	46	incarregado de Manutenção	Ribeirão Preto	40	Parque Ribeirão Preto
2393	Cozinheira	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	30	Pedreiro	Canindé/CE	37	Parque Ribeirão Preto
2493	Operadora de Telemarketing	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	18	Desempregado	Ribeirão Preto	24	Vila Seixas
2569	Faxineira	Ensino Fundamental Incompleto	Santo Antônio da Alegría	63	Borracheiro	-	58	Jd. Aeroporto
2648	Auxiliar de Cozinha	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	27	Desempregado	Ribeirão Preto	37	João Rossi
2708	Aposentada	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	61	Aposentado	Ribeirão Preto	70	Vila Tibério
2780	Doméstica	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	38	Vendedor Ambulante	Ribeirão Preto	30	Ipiranga
2863	Gari	Ensino Médio Completo	S. Maria do Suacuí/MG	31	Vendedor	Ribeirão Preto	43	Antônio Palocci
2939	Balconista	Ensino Médio Completo	Corumbaíba/GO	46	Taxista	Catanduva	46	Jd. Palmares
3018	Auxiliar Administrativo	Ensino Fundamental Completo	Lagoa da Prata/MG	27	Mototaxista	Ribeirão Preto	28	Vila Mariana
3056	Manicure	Ensino Médio Completo	Iacu/BA	28	Azulejista	Santa Rosa do Viterbo	31	Vila Virginia
3118	Atendente	-	Taipu/RN	35	Operador de Máquina	-	39	Jd. Piratininga
3201	Empacotadora	Ensino Fundamental Completo	Caxias-MA	21	Mamorista	-	41	Jd. Independência
3287	Doméstica	Ensino Fundamental Completo	Iuiú/BA	23	Eletricista	Taiobearas/MG	28	Vila Tibério
3362	Diarista	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	26	Desempregado	Ribeirão Preto	38	Jd. Zara
3437	Do lar	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	30	Ajudante de Motorista	Ribeirão Preto	31	Vila Tibério

RDO/Ano 2013	Mulher	Escolaridade	Naturalidade	Idade	Homem	Naturalidade	Idade	Bairro da vítima
1	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	22	Desempregado	Ribeirão Preto	20	Planalto Verde
54	Atendente	Ensino Médio Completo	Parnaíba/PI	25	Motorista	Ribeirão Preto	50	Vila Mariana
119	Do lar	Ensino Fundamental Completo	São Paulo	33	Coletor	Ituiutaba/MG	18	Vila Elisa
175	Auxiliar de Cozinha	Ensino Fundamental Incompleto	Belo Horizonte	39	Pizzaiolo	Ribeirão Preto	41	Parque Ribeirão Preto
253	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	31	Desempregado	Ribeirão Preto	28	Planalto Verde
328	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	29	Vendedor	Ribeirão Preto	31	Ipiranga
408	Do lar	Ensino Médio Completo	São Paulo	31	-	-	36	Jd. Procopio
451	Diarista	Ensino Fundamental Completo	São Paulo	41	-	Ribeirão Preto	29	Jd. Antartica
533	Estoquista	Ensino Fundamental Completo	Botumirim/MG	31	Pedreiro	-	39	Ipiranga
607	Zeladora	Ensino Fundamental Incompleto	Barretos	47	Gesseiro	Ituiutaba/MG	46	Jd. Aeroporto
691	Vendedora	Ensino Médio Completo	Morros/MA	34	Taxista	Ribeirão Preto	31	Vila Maria Luiza
776	Bancária	Ensino Médio Completo	Fortaleza/CE	24	Bancário	Andradina	53	Ipiranga
826	Montadora	Ensino Médio Completo	Marabá/PA	27	Auxiliar de Expedição	Ribeirão Preto	22	Jd. Iara
874	Vendedora	Ensino Médio Completo	Ituverava	18	Desempregado	Ribeirão Preto	23	Parque Ribeirão Preto
945	Vendedora	Ensino Médio Completo	Itanhaém do Livramento/PI	36	Porteiro	Ribeirão Preto	46	Jd. Paulista
998	Do lar	Ensino Médio Completo	Rolim de Moura/RO	26	Auxiliar Administrativo	Ribeirão Preto	34	Orestes Lopes de Camargo
1055	Desempregada	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	19	Desempregado	Ribeirão Preto	-	Parque dos Flamboyans
1122	Empresária	Superior Incompleto	Ribeirão Preto	20	Desempregado	Ribeirão Preto	22	Jd. Jandaia
1165	Do lar	Ensino Médio Incompleto	Uberaba	35	Armador	Três Lagoas/MG	42	Orestes Lopes de Camargo
1214	Do lar	Ensino Médio Incompleto	Ribeirão Preto	18	Mototaxista	-	20	Jd. Jandaia
1281	Aposentada	Ensino Fundamental Incompleto	Sertãozinho	71	Pedreiro	Campo do Meio/MG	47	Jd. Iguaçamy
1318	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental Incompleto	Ipuã/SP	54	Agente de Saúde	Ribeirão Preto	62	Dom Miele
1363	Balconista	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	22	Entregador de Gás	Ribeirão Preto	27	Geraldo de Carvalho
1399	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	22	Desempregado	Ribeirão Preto	27	Jd. Jandaia
1458	Faxineira	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	37	Gesseiro	Santo André/SP	36	Maria Casa Grande
1514	Telefonista	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	25	Gráfico	Ribeirão Preto	37	Planalto Verde
1564	Operadora de Caixa	Ensino Fundamental Completo	João Lourenço da Mata/PI	29	Guarda Municipal	Ribeirão Preto	40	Adelino Simioni
1613	Cabeleireira	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	30	Ovires	Ribeirão Preto	44	Jd. Independência
1640	Balconista	Ensino Fundamental Completo	Aramina/SP	51	Autônomo	Ipira/Ba	37	Jd. João Rossi
1694	Cabeleireira	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	46	Auxiliar de Mecânico	Macieira/AL	25	Vila Carvalho
1728	Do lar	Analfabeto	Jardinópolis	58	Mototaxista	Araguari/MG	68	Jd. Wilson Toni
1767	Manicure	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	26	Torneiro Mecânico	Ribeirão Preto	29	Planalto Verde
1806	Do lar	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	33	Motorista	Riolândia/SP	50	Alexandre Balbo 2
1854	Cozinheira	Ensino Médio Completo	Jaboticabal	47	Office-Boy	Ribeirão Preto	34	Campos Eliseos
1910	Vendedora	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	25	Desempregado	Santo André/SP	27	Jd. Novo Mundo
1951	Doméstica	Ensino Fundamental Completo	Chapada do Norte/MG	29	Carpinteiro	Chapada do Norte/MG	30	Vila Tibério
2022	Comerciária	Ensino Médio Completo	-	46	Desempregado	Ribeirão Preto	-	Adelino Simioni
2080	Garçonete	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	33	Mensageiro	Ribeirão Preto	35	Heitor Rigon
2133	Do lar	Ensino Médio Completo	Presidente Epitácio/SP	29	Porteiro	Ribeirão Preto	33	Vila Albertina
2182	Auxiliar de Limpeza	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	39	Aposentado	Altinópolis	46	Vila Virginia
2218	Guarda Municipal	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	36	Guarda Municipal	Ribeirão Preto	43	Jamil Semi Cury
2258	Comerciante	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	40	Comerciante	Ribeirão Preto	45	Vila Tibério
2301	Vendedora	Ensino Fundamental completo	Casa Nova/BA	16	Pintor de Paredes	-	26	Jd. Flamboyans
2373	Técnica em enfermagem	Ensino Médio Completo	Sertãozinho	34	Policial Militar	Barretos	38	Jd. José Sampaio
2424	Massoterapeuta	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	29	Manobrista	Monguagua	32	Jd. Marquesi
2497	Do lar	Ensino Médio Completo	Antônio Antônio da Alegria	32	Desempregado	Ribeirão Preto	28	Parque dos Pinus
2359	Vendedora	Ensino Fundamental Completo	Ouro Verde de Minas/MG	65	Aposentado	Ouro Verde de minas/MG	53	Parque dos Sabiás
2591	aposentada	Ensino Médio Completo	Ipuã/SP	63	Marceneiro	São Sebastião do Paraíso/MG	60	Quintino Facci II
2651	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio Completo	Santarem/PA	27	Motorista	Ribeirão Preto	33	Jd. Centenário
2713	Auxiliar de Produção	Ensino Fundamental Completo	Coroatá/MA	25	Armador	Coroatá/MA	26	Jd. Aeroporto
2772	Conferente	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	40	Manobrista	Batais	40	Parque Ribeirão Preto
2842	Operadora de Caixa	Ensino fundamental Completo	Bahia	28	Repositor	-	21	Ipiranga

RDO/Ano 2014	Mulher	Escolaridade	Naturalidade	Idade	Homem	Naturalidade	Idade	Bairro da vítima
35	Doméstica	Ensino fundamental Completo	Ribeirão Preto	33	Pedreiro	Ribeirão Preto	36	Jd. Paiva
85	Desempregada	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	27	Analista de Sistemas	Ribeirão Preto	32	Ipiranga
135	Doméstica	Ensino fundamental Completo	Ribeirão Preto	26	Desempregado	Ribeirão Preto	28	Vila Amélia
173	Diarista	Ensino fundamental Completo	Turmalina/MG	31	Vidraceiro	Ribeirão Preto	27	Jd. Joquel Clube
208	Do lar	-	Miguel Calmon/BA	19	Vigilante	Simões Filho/BA	22	Jd. Portinari
263	Faxineira	Ensino Fundamental incompleto	Cocha Bambá	38	Técnico em eletrônica	Potosi	40	Vila Virgínia
317	Vendedora	Ensino Médio Completo	Passos/MG	23	-	-	50	Ipiranga
366	Vendedora	Ensino Médio Completo	Campinas/SP	39	Gerente de Produção	Uberlândia	39	Parque dos Sabias
428	Do lar	Ensino Fundamental Incompleto	Ribeirão Preto	32	Motorista	Ribeirão Preto	38	Vila Carvalho
436	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	16	Açougueiro	-	33	Bonfim Paulista
437	Cabeleireira	Ensino fundamental Incompleto	Pedregulho	63	Pintor	Rio de Janeiro	56	Orestes Lopes de Camargo
544	Vendedora	Ensino Fundamental Completo	Passos/MG	39	Pedreiro	Olimpia	47	Jd. Paulo Gomes Romeu
621	Funcionária Pública Municipal	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	25	Vidraceiro	Ribeirão Preto	27	Parque Ribeirão Preto
674	-	Ensino Fundamental Completo	Iturama/MG	33	-	Ribeirão Preto	37	Ipiranga
728	Auxiliar de Cobrança	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	31	Metalúrgico	Ribeirão Preto	36	Área Rural
763	Doméstica	Ensino Fundamental Incompleto	Sertãozinho	43	-	Imperatriz/MA	49	Ipiranga
807	Auxiliar de Cozinha	Ensino Fundamental incompleto	Ribeirão Preto	27	Acabador de Mármore e granito	Ribeirão Preto	28	Marincel
836	Vendedora	Ensino superior Completo	Ribeirão Preto	28	Contador	São Paulo	35	Antônio Palocci
883	Do lar	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	28	Vigilante	Monte Aprazível	37	Monte Alegre
931	Bancária	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	33	Funcionário Público Estadual	Ribeirão Preto	37	Parque Industrial Lagoinha
973	Gerente Administrativo	-	Ribeirão Preto	33	motorista	Ribeirão Preto	34	Parque Industrial Tanquinho
1016	-	Ensino Fundamental Completo	Passos/MG	43	Desempregado	Engenheiro Beltrão/PR	56	Ribeirão Verde
1055	Esteticista	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	26	Comerciante	Ribeirão Preto	30	Campos Elíseos
1090	Auxiliar de Farmácia	-	Licínio/MG	48	Vendedor	Ribeirão Preto	31	Jd. João Rossi
1130	Balconista	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	19	-	Ribeirão Preto	28	ipiranga
1174	Tecnica em Enfermagem	-	Ribeirão Preto	39	-	Ribeirão Preto	46	City Ribeirão
1208	Promotora de Vendas	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	21	Lustrador	Cravinhos	35	Jd. Jandaiá
1234	Desempregada	Ensino Fundamental Completo	Pedregulho	27	Caminhoneiro	Pedregulho	-	Jd. Iara
1273	Do lar	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	31	Funileiro	-	-	Parque Ribeirão Preto
1313	Atendente	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	49	Auxiliar de Serviços Gerais	-	28	Bonfim Paulista
1359	Do lar	Ensino Médio Completo	Argentina	24	Auxiliar de Serviços Gerais	Franca	27	Campos Elíseos
1413	Do lar	Ensino Fundamental Completo	-	19	Servente de Pedreiro	-	20	Vila Elisa
1454	Operadora de Telemarketing	Ensino fundamental Incompleto	Ribeirão Preto	30	Servente de Pedreiro	Iguai/SP	29	Vila Monte Alegre
1496	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental Completo	Buritizeiro/MG	31	Mecânico	-	45	Jd. Progresso
1539	Auxiliar de Cozinha	Ensino Médio Completo	Recife/PE	51	Pintor	Ituutuba/MG	35	Ipiranga
1575	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	30	Desempregado	-	30	Vila Leopoldina
1615	Manicure	Ensino fundamental Completo	Ribeirão Preto	33	Mecânico de Manutenção	Ribeirão Preto	39	Ipiranga
1673	-	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	23	Marceneiro	Ribeirão Preto	28	Jd. Jandaiá
1718	Manicure	Ensino Médio Completo	São Paulo	21	-	Ituverava	21	Jd. Paiva
1764	Gari	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	34	Balconista	Ribeirão Preto	43	Branca Sales
1830	Cozinheiro	Ensino Fundamental Incompleto	Frutal/MG	45	Pedreiro	Sacramento	34	Ipiranga
1875	Comerciante	Ensino Fundamental Completo	Januári/MG	35	Ajudante Geral	Januári	43	Jd. Botânico
1946	Secretária	-	Ribeirão Preto	29	Vigilante	Ribeirão Preto	29	Simôni
1979	Prendas Domésticas	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	66	Aposentado	Ribeirão Preto	72	Jd. Anhanguera
2037	Vendedora	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	31	Autônomo	Fernandópolis	34	Parque Industrial Tanquinho
2077	-	Ensino Médio Completo	Guará/SP	52	Segurança	Recife	43	Jd. Jandaiá
2127	Servente	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	34	Operador de Máquina	Ribeirão Preto	33	Antônio Palocci
2196	Empresária	Ensino Médio Completo	Brusque/SC	52	Empresário	Brusque/SC	50	Campos Elíseos
2245	Representante Comercial	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	27	Cozinheiro	Rubratuba/GO	33	quintino Faci II
2291	Estagiária	-	Ribeirão Preto	36	Fundidor	Uberaba	32	quintino Faci II
2350	Prendas Domésticas	Ensino Fundamental incompleto	Ribeirão Preto	44	Encarregado de Produção	Guararapes	50	Ipiranga
2370	Garçonete	Ensino fundamental Completo	Ribeirão Preto	21	-	Guariba	26	Jd. Branca Sales

RDO/Ano 2015	Mulher	Escolaridade	Naturalidade	Idade	Homem	Naturalidade	Idade	Bairro da vítima
2	-	-	Ribeirão Preto	28	-	Ribeirão Preto	30	Jd. Heitor Rigon
56	-	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	19	-	Ribeirão Preto	23	Jd. Heitor Rigon
115	-	Ensino Fundamental Completo	Orlândia	54	-	Cardoso/SP	-	Antônio Paloci
159	Cozinheira	Ensino Fundamental Completo	São Luiz/BA	43	-	Bahia	38	Vila Virginia
207	Porteira	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	47	Funcionário Público Municipal	Uneiras do Oeste/P	50	Parque Avelino
242	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	31	Auxiliar de Manutenção	Ribeirão Preto	28	Ribeirão Verde
311	-	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	30	Mototaxista	-	42	Jd. América
336	uncionária Pública Municipa	Ensino Superior Completo	Ribeirão Preto	38	Autônomo	Paraíso do Tacantins	30	Jd. Paulista
378	Auxiliar Administrativa	Superior Completo	Taquaritinga	34	Mototaxista	Ribeirão Preto	29	Ribeirão Verde
431	Promotora de Vendas	Ensino Médio Completo	Ituverava	20	Auxiliar Administrativo	Ribeirão Preto	22	Parque Ribeirão Preto
472	Telefonista	Superior Completo	Parnaíba/PI	30	Pintor	Cruz das Almas/Ba	40	Ipiranga
518	Prendas Domésticas	Ensino Médio Completo	Ibia/MG	24	Motorista	Ubaitaba/BA	-	Vila Albertina
580	Gerente	Ensino Médio Completo	Osasco	31	Confeiteiro	Erico Cardoso/BA	31	João Rossi
624	Auxiliar de Escritório	Ensino Médio Completo	Passos/MG	48	Vigilante	Ribeirão Preto	44	Adelino Simioni
668	Auxiliar de Cobrança	Ensino Superior Completo	Campina Verde/MG	37	Comerciante	Ribeirão Preto	35	Jd. Palma Travassos
711	Balconista	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	18	Frentista	Sebara/BA	25	Jd. Paulista
741	Vendedora	Superior Incompleto	Alto Araguaia/MT	49	-	Ribeirão Preto	34	Centro
795	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	35	Fundidor	Ribeirão Preto	30	Maria Casa Grande
846	Manicure	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	46	Serralheiro	Piracanjuba/GO	43	Parque dos Lagos
865	Atendente	Ensino Médio Completo	Ilicinea/MG	33	Tratorista	Olimpia	38	Jd. Branca Sales
920	Manicure	Ensino Médio Completo	São Paulo	37	Auxiliar de Escritório	Ribeirão Preto	32	Ipiranga
965	Auxiliar de Produção	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	40	-	-	43	Jd. Joquiel Clube
1009	-	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	22	-	-	-	Ribeirânia
1059	Auxiliar de Limpeza	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	40	Servente	Ribeirão Preto	40	Quintino Facci II
1078	Auxiliar Administrativa	Ensino Médio Completo	Jardinópolis	34	Advogado	São Paulo	41	Jd. Irajá
1130	Prendas Domésticas	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	46	Autônomo	-	61	j. Maria da Graça
1188	Dama de Companhia	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	37	Torneiro	Francia	43	Ipiranga
1236	Cabeleireira	Ensino Fundamental Completo	Maracana/PA	37	Porteiro	Belem/PA	35	Campos Eliseos
1288	Professora	Ensino Superior Completo	Guarulhos	31	Pintor	Guariba	35	Planalto Verde
1337	Atendente	Superior Completo	Ribeirão Preto	37	Motorista	Ribeirão Preto	38	Planalto Verde
1376	Camareira	Ensino Fundamental Completo	Afrânio/PE	38	Frentista	Afrânio/PE	48	Parque Flamboyans
1450	Vendedora	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	36	Vigilante	Ribeirão Preto	39	Planalto Verde
1500	Cozinheira	Ensino Fundamental Completo	São Luiz/BA	44	Empacador	-	39	Vila Virginia
1550	-	-	-	57	Auxiliar Administrativo	Ribeirão Preto	57	Jd. José Sampaio Junior
1621	Prendas Domésticas	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	34	Auxiliar Geral	Ribeirão Preto	34	Maria Goretti
1690	-	Ensino Fundamental Completo	Campinas	21	Vendedor	Ribeirão Preto	34	Candido Portinari
1742	Coordenadora	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	21	Operador de Produção	Tocantins	-	Parque São Sebastião
1807	Faxineira	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	33	Motorista	Ribeirão Preto	33	Ipiranga
1864	Dama de Companhia	Ensino Médio Completo	Carmo do Rio Claro/MG	48	Eletricista	Sertãozinho	58	Campos Eliseos
1933	Auxiliar Administrativa	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	28	Auxiliar de Produção	Ribeirão Preto	29	Jd. Marquezi
1974	Auxiliar de Cozinha	Ensino Fundamental Completo	Pouso Alegre/MG	36	Padeiro	Poços de Caldas/MG	33	Parque São Sebastião
2014	Prendas Domésticas	Ensino Médio Completo	Santo André	31	Corretor	Ribeirão Preto	42	Ribeirania
2076	Escrutária	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	46	Empresário	Ribeirão Preto	49	Jd. Recreio
2118	Telefonista	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	38	Desempregado	Ribeirão Preto	36	Vila Virginia
2161	Farmaceutica	Superior Completo	Ribeirão Preto	42	Porteiro	Ribeirão Preto	45	Campos Eliseos
2222	Desempregada	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	28	Vendedor	Ribeirão Preto	28	Monte Alegre
2269	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo	Frutal/MG	30	Autônomo	Itaquera	49	Parque Ribeirão Preto
2343	Cabeleireira	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	33	-	-	31	Ribeirão Verde
2364	Desempregada	Ensino Fundamental Completo	Governador Valadares/MG	44	Porteiro	-	61	Maria Casa Grande

RDO/Ano 2016	Mulher	Escalaridade	Naturalidade	Idade	Homem	Naturalidade	Idade	Bairro da vítima
6	Hacionária Pública Municipal	Ensino Médio Completo	Sebastião do Paraíso/N	33	Borracheiro	Ribeirão Preto	25	Campos Elíseos
52	Prendas Domésticas	-	-	49	Motorista	São Paulo	52	Jd. Iara
89	Artesã	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	42	Segurança	Ribeirão Preto	45	Jd Irajá
127	Assistente Administrativa	Ensino Médio Completo	Junqueiropolis	31	Estoquista	Ribeirão Preto	34	Jd. Manoel Penal
177	Prendas Domésticas	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	25	Vidraceiro	Ribeirão Preto	36	Monte Alegre
232	Cabeleireira	Ensino Médio Completo	Guara	28	Manobrista	Ribeirão Preto	29	Candido Portinari
262	Comerciante	Superior Completo	Ribeirão Preto	48	Comerciante	Ribeirão Preto	53	Recreio Internacional
308	Faxineira	-	Ribeirão Preto	39	Soldador	Presidente Venceslau	53	Ribeirão Verde
360	Auxiliar de Cobrança	Ensino Fundamental Completo	Santos	19	Estudante	-	21	Jd. Paulista
405	Fonoaudióloga	Superior Completo	Martínópolis/SP	48	Engenheiro Agrônomo	Presidente Prudente	50	Jd. Canada
453	Desempregada	Ensino Fundamental Completo	Conceição/PB	21	Operador de Máquina	Conceição do Piauí/PB	31	Recreio Anhanguera
501	Desempregada	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	28	Auxiliar de Escritório	-	36	Parque das Bandeirantes
555	Vendedora	Ensino Médio Completo	São João do Ivaí/PR	44	Comerciante	-	47	Jd. Botânico
620	Prendas Domésticas	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	29	Ajudante	Ribeirão Preto	23	Quintino Facci II
678	Prendas Domésticas	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	44	-	Campinas	46	Recreio das Acacias
731	Cabeleireira	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	38	Vendedor	-	36	Monte Alegre
758	Fiscal	-	Campo Grande/MS	29	Auxiliar de Pessoal	Araraquara	30	Campos Elíseos
812	Faxineira	Ensino Fundamental Completo	Paraná	45	Pintor	-	50	Parque Ribeirão Preto
868	Promotora da Vendas	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	24	Mecânico	Batatais	25	Ipiranga
931	Promotora da Vendas	Ensino Médio Completo	Piumhi/MG	37	Psicólogo	-	-	Ipiranga
981	Operadora de Telemarketing	Ensino Médio Completo	Salvador/BA	27	Mecânico	Ribeirão Preto	23	Centro
1019	Vendedora	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	29	Motorista	Ribeirão Preto	29	João Rossi
1067	-	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	34	Pedreiro	Aqua Preta/PE	46	Parque Ribeirão Preto
1114	Assistente Administrativa	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	49	Industriário	Ribeirão Preto	52	Jd. Paiva I
1168	Analista Financeira	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	36	Empresário	Ribeirão Preto	38	Presidente Medici
1216	Faxineira	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	25	Operador de Máquina	Ribeirão Preto	20	Ribeirão Verde
1266	Prendas Domésticas	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	32	Caminhoneiro	Igarapava	47	Presidente Dutra II
1312	Desempregada	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	33	Auxiliar Mecânico	Ribeirão Preto	35	Jd. Zára
1358	Vendedora	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	19	Operador de Máquina	Ribeirão Preto	21	Valentina Figueiredo
1400	Caixa	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	39	Empresário	Uberaba	42	Sumarezinho
1453	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	40	Funileiro	Jardim alegre/PR	43	Vila Albertina
1503	Aposentada	Ensino Médio Completo	Itirapuã/SP	76	Vigilante	-	47	Jd. Mosteiro
1557	Professora	Superior Completo	Ribeirão Preto	41	Instalador	Campinas	46	Sumarezinho
1610	Prendas Domésticas	Ensino Fundamental Completo	Guatapará	31	Desempregado	Ribeirão Preto	32	Jd. Marchesi
1660	Auxiliar de Cozinha	Ensino Fundamental Completo	Itapejara do Oeste/PR	34	Motorista	Ribeirão Preto	47	Ribeirão Verde
1705	Manicure	-	Ribeirão Preto	32	Borracheiro	Cachoeira/BA	29	Jd. Salgado Filho
1757	Ajudante Geral	-	São Carlos	34	Autônomo	São Carlos	36	Parque dos Servidores
1800	Fisioterapeuta	Superior Completo	Ribeirão Preto	27	Professor	Sertãozinho	29	Campos Elíseos
1849	Aposentada	-	Pirangi/SP	56	Engenheiro Agrônomo	Ribeirão Preto	56	Dom Miele
1892	-	Ensino Fundamental Completo	Miguelópolis	28	Técnico em refrigeração	Ituverava	38	Jd. Heitor Rigon
1931	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	24	Professor	Ribeirão Preto	27	Ipiranga
1969	Promotora da Vendas	Ensino Médio Completo	São Paulo	28	Promotor de Vendas	Ribeirão Preto	37	Parque São Sebastião
2018	Operadora	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	25	Ajudante	Quipapá/PE	-	Vila Virginia
2064	Manicure	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	18	Operador de Máquina	Ribeirão Preto	22	Ribeirão Verde
2111	Prendas Domésticas	Ensino Médio Completo	Ribeirão Preto	31	Vendedor	Ribeirão Preto	28	Centro
2163	Farmaceutica	Superior Completo	Uberaba	28	Monitor	Guariba	40	Jd. Palmares
2197	Professora	Ensino Fundamental Completo	Ribeirão Preto	31	Desempregado	Itau/MG	30	Centro
2252	Manicure	Ensino Fundamental Incompleto	Ivaiporã/PR	46	Motorista	São Simão	50	Jd. Paulistano
2303	Prendas Domésticas	-	São Paulo	45	Pedreiro	-	44	Campos Elíseos
2347	Comerciante	-	Ribeirão Preto	41	Funcionário Público Municipal	Araraquara	45	Vila Albertina
2390	-	-	São Paulo	31	-	Ribeirão Preto	27	Jd. Aeroporto
2432	Vendedora	Ensino Médio Completo	Sousa/PB	37	Segurança	Ribeirão Preto	37	Vila Albertina